

===== **ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA EM VINTE E CINCO DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS:** =====

===== Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, pelas 17 horas, nos termos do artigo 3º da Lei nº 1-A/2020 de 19 de março, e posteriores alterações, reuniu, em Sessão Ordinária, na Sala Polivalente da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, sob a Presidência de **Bernardo Amaro Moreira Simões**, secretariado por **Manuel José Tavares Soares** - Primeiro Secretário e por **Márcia Oliveira Gomes** - Segunda Secretária, com a seguinte Ordem de Trabalho: =====

1. **Primeiro Período de Intervenção do Público;** (intervenção, mediante inscrição prévia ou preenchimento do formulário disponível no site do Município - Assembleia Municipal, a enviar por via eletrónica para am.azemeis@cm-oaz.pt dirigido à Mesa da Assembleia.) =====
2. **Informações Gerais;** =====
3. **Período de Antes da Ordem do Dia;** =====
4. **Ordem do Dia;** =====
5. **Segundo Período de Intervenção do Público** (intervenção, mediante inscrição prévia ou preenchimento do formulário disponível no site do Município - Assembleia Municipal, a enviar por via eletrónica para am.azemeis@cm-oaz.pt dirigido à Mesa da Assembleia.) =====

===== **Pontos da Ordem do Dia:** =====

===== **Ponto um:** - Ata nº 02, Sessão da Assembleia Municipal de 06-12-2021 - Aprovação; ==

===== **Ponto dois:** - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município - Apreciação; =====

===== **Ponto três:** - Moção de Recomendação Apresentada pelo Bloco de Esquerda “Mais apoios à qualificação dos Oliveirenses” (I/10745/2022); =====

===== **Ponto quatro:** - Relatório Anual Avaliação da Atividade da CPCJ/OAZ - Relativo ao ano de 2021 (I/10748/2022) - Conhecimento; =====

===== **Ponto cinco:** - Designação de quatro cidadãos eleitores para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de OAZ - Art.º 17º da Lei 147/99 de 01 de setembro (I/10754/2022); =====

===== **Ponto seis:** - Designação pela Assembleia Municipal de três cidadãos eleitores para a composição da Comissão de Toponímia; =====

===== **Ponto sete:** - Designação de três membros da Assembleia Municipal para Constituição de um Grupo de Trabalho para análise e discussão dos caminhos públicos/ caminhos privados;=====

===== **Ponto oito:** - Designação de dois representantes das Freguesias do Concelho para integrar a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais (I/9679/2021); =====

===== **Ponto nove:** - 3ª Modificação Orçamental 2022 - 1ª Revisão Orçamental 2022 (I/1714/2022) - Conhecimento/Aprovação;=====

===== **Ponto dez:** - Compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida - Subsídios (I/8213/2022) - Aprovação; =====

===== **Ponto onze:** - Isenção de taxas de esplanadas (I/3836/2022) - Aprovação; =====

===== **Ponto doze:** - Minuta de Protocolo de Cooperação a celebrar com Instituto Nacional para a Reabilitação (INR) - (I/71874/2021) - Autorização; =====

===== **Ponto treze:** - Protocolo de condições de contratação e funcionamento das Equipas de Intervenção Permanente, com a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fajões e o Município. (I/72147/2021) - Autorização/ Ratificação; =====

===== **Ponto catorze:** - Minuta de Protocolo de Colaboração com a Administração Regional de Saúde do Norte, I.P, (I/1207/2022) - Autorização; =====

===== **Ponto quinze:** - Minuta de Adenda ao Contrato Interadministrativo Apoio de Financeiro - Freguesia de Carregosa (I/8457/2022) - Autorização; =====

===== **Ponto dezasseis:** - Alteração do regulamento das distinções honoríficas e do cerimonial do município de Oliveira de Azeméis (I/4951/2022) - Aprovação; =====

===== **Ponto dezassete:** - Normas de utilização da Casinha do Parque de La Salette (I/1493/2022) - Aprovação; =====

===== **Ponto dezoito:** - *Estratégia Local de Habitação (ELH) do Município de Oliveira de Azeméis - Aprovação;* =====

===== **Ponto dezanove:** - *Cedência e aceitação de parcela de terreno para construção do Parque Urbano para promoção da acessibilidade inclusiva (I/69530/2021) - Aprovação;* =====

===== **Ponto vinte:** - *Medidas de Cooperação Interadministrativa com as Freguesias/Uniões de Freguesias (I/7876/2022) - Aprovação;* =====

===== **Ponto vinte e um:** - *Reconhecimento de Interesse Municipal da Obra de Requalificação do Monte de S. Marcos - Fajões (I/1393/2022) - Aprovação;* =====

===== **Ponto vinte e dois:** - *Adenda ao Contrato Interadministrativo de Apoio Financeiro “Requalificação e Dinamização do Monte de S. Marcos” com a Junta de Freguesia de Fajões (I/8266/2022) - Autorização;* =====

===== **Ponto vinte e três:** - *Minuta de 2ª Adenda ao Contrato Interadministrativo de Apoio Financeiro “Requalificação e Dinamização do Monte de S. Marcos” com a Junta de Freguesia de Fajões - (I/11368/2022) - Autorização;* =====

===== **Ponto vinte e quatro:** - *Minuta de Contrato de Consórcio a celebrar com a Universidade de Aveiro (UA) - e Cedência do Direito de superfície, à mesma, de três prédios urbanos - Autorização e Aprovação;* =====

===== **Ponto vinte e cinco:** - *Postura de trânsito na Rua da Galiza - Oliveira de Azeméis (I/70919/2021) - Aprovação;* =====

===== **Ponto vinte e seis:** - *Descentralização - Quadro da transferência de competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais - Domínio da Ação Social - Prorrogação do prazo para concretização da transferência de competências até 1 de janeiro de 2023 (I/8429/2022) - Aprovação;* =====

===== **Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal:**=====

===== **PARTIDO SOCIALISTA (PS):** Bruno Armando Aragão Henriques, Maria Odete Martins Tavares Gomes Roma de Resende, Luís Filipe Moreira da Silva de Bastos Oliveira, José Ramos da Silva, Rui Jorge Duarte Rios Santos Rocha, Marisa Lopes de Sousa, Bruno Miguel da Silva Costa, Maria João Xará Martins, José António Domingues Marques Lourenço, Daniela

Patrícia Oliveira da Silva, José Manuel Marques Ribeiro, João Marcelo Ameixieira Moreira, Óscar José Santos Teixeira, Vítor Manuel Cardoso Andrade, António Manuel Leite Marques da Silva, Simão da Costa Godinho, Gaspar de Sá Almeida e Manuel Alberto Marques Dias Pereira. =

===== **PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA (PSD)**: *Helga Alexandra Freire Correia, Francisco José Gomes da Silva, Carla Susana da Silva Reis, Maria José Ribeiro de Barros Calix, Fernando Manuel Gomes Pais Ferreira, Diana Janete da Cunha Semblano, António Filipe Costa Valente de Almeida Ferreira, António João Cabral Paiva Ferreira dos Santos, Ana Rita Gomes Costa, José da Silva Queirós, Florbela Neves da Silva e José Rodrigues dos Santos.* =====

===== **PARTIDO POPULAR (CDS/PP)**: *António Pinto Moreira.* =====

===== **CHEGA (CH)**: *Rudolfo Lourenço Ventura Rodrigues.* =====

===== **BLOCO DE ESQUERDA (B.E.)**: *Alcino da Silva Martins.* =====

===== **INDEPENDENTE POR CESAR (IC)**: *Augusto Moreira da Silva.* =====

===== **JUNTOS PELA NOSSA UNIÃO (JPNU)**: *Susana Clara Mortágua Gomes.* =====

===== **Ausência de Membros**: *Tendo sido justificada a falta do seguinte membro: João Manuel Oliveira Castro (PS).* =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa verificou a identidade e legitimidade dos seguintes membros: José Ramos da Silva que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de partido João Pedro Santos Costa, Carla Susana da Silva Reis que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de partido João Rebelo Martins, António Filipe Costa Valente de Almeida Ferreira que marcou presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de partido Maria da Graça Marques Casimiro Almeida, e João Marcelo Ameixieira Moreira que marcou presença nesta Assembleia para substituir a Presidente de Junta da Freguesia de Carregosa - Constança Correia de Melo, em virtude dos mesmos terem solicitado a sua substituição.* =====

===== **Estiveram presentes por parte do Executivo Municipal**: =====

===== *Presidente da Câmara: Joaquim Jorge Ferreira; Vereadores: Rui Jorge da Silva Luzes Cabral, Inês Dias Lamego, Rogério Miguel Marques Ribeiro, Ana Filipa Pinho de Oliveira,*

Carla Maria de Pinho Rodrigues, José Domingos Campos da Silva e Joana Sofia da Silva Ferreira. =====

===== *O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** deu início à Sessão declarando:* =====

===== *Boa tarde a todos. Caros membros da Assembleia, Vereadores da Câmara Municipal, público, técnicos da câmara, comunicação social. Muito obrigado pela vossa presença. Vamos contribuir todos para o bom desempenho desta Sessão da Assembleia Municipal, do mês de fevereiro.*=====

===== **INFORMAÇÕES GERAIS**=====

===== *Pelo Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito:*=====

===== *Temos aqui na Mesa três votos de pesar, que passo a ler: **Voto de pesar**: Os Grupos Municipais representados nesta Assembleia Municipal propõem a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento de José Maria dos Santos Pinto Ferreira Ribas, aos 54 anos de idade. Oliveirense, amigo de Oliveira de Azeméis e com uma grande paixão pelo desporto e em particular pelo Basquetebol. São inúmeras as qualidades que podem ser atribuídas a José Ribas. Para aqueles que tiveram o privilégio de conhecer e de conviver com o José Ribas, bem sabem as inúmeras qualidades deste Homem, enquanto filho, irmão, marido e pai, profissional, mas também sabem da amizade e do carinho que tinha pelas pessoas, da simpatia e humildade no relacionamento com estas, a seriedade e o compromisso que sempre manteve com as pessoas e, também, com tudo em que se envolvia, são apenas algumas das características que faziam dele uma pessoa acarinhada por todos e em quem muitos se sentiram representados. Foi no basquetebol, desde cedo, que encontrou uma das suas grandes paixões e onde se deu a conhecer a muitos de nós, ficará sempre ligado à história e à memória desta modalidade no concelho, mas também na região e no país, onde foi sempre recebido com admiração e respeito por todos, pelas suas conquistas e pelo exemplo que sempre nos deu. Exemplo que transmitiu a todos que com ele privaram, exemplo que permitiu inúmeras competências desportivas e que lhe garantiram um percurso desportivo de elevada qualidade, com presenças várias, ao longo de vários anos, nos pontos mais altos do basquetebol nacional, depois de sucessivas subidas de divisão e para as quais muito contribuiu. Iniciou a prática da modalidade na extinta ARCA, jogou em diferentes clubes da região, mas foi com a União Desportiva Oliveirense que fez o seu principal caminho, o seu clube do coração! Onde foi Capitão. E que bem estivemos representados, no campo e fora deste, sempre em defesa dos interesses e do sucesso da nossa União Desportiva Oliveirense, era presença assídua nas diferentes modalidades praticadas por esta instituição. José Ribas, em*

qualquer um dos planos, pessoal e desportivo, era isto, UNIÃO. União, talvez uma das maiores ambições do José Ribas, tão bem lhe cabia esta palavra e tudo o que possa significar, tão bem lhe assentava a camisola! Contagiou e motivou, dentro e fora do campo, tantos outros, de diferentes gerações, a ligarem-se à sua terra e a associarem-se a esta modalidade, hoje reconhecida e acarinhada pela maioria de nós e que faz parte da nossa identidade. A Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, reunida em Sessão Ordinária no dia 25 de fevereiro, aprova um voto de pesar pelo falecimento de José Maria dos Santos Pinto Ferreira Ribas. Num momento particularmente difícil, endereçamos à sua família e a toda a comunidade que reconhece esta perda, as mais sentidas condolências. **Voto de pesar:** Os Grupos Municipais representados nesta Assembleia Municipal propõem a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento de Orlando Oliveira de Almeida, aos 87 anos de idade, no passado mês de janeiro. Natural de Pindelo, Orlando Almeida era uma pessoa muito querida e estimada na freguesia onde, durante dois mandatos, foi presidente de junta tendo contribuído decisivamente para a afirmação e desenvolvimento da freguesia. A Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, reunida em Sessão Ordinária no dia 25 de fevereiro, aprova um voto de pesar pelo falecimento de Orlando Oliveira de Almeida. Num momento particularmente difícil, endereçamos à sua família e a toda a comunidade que reconhece esta perda, as mais sentidas condolências. **Voto de pesar:** Os Grupos Municipais representados nesta Assembleia Municipal propõem a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento de Manuel Pinto Nunes, aos 78 anos de idade. Manuel Pinto Nunes viveu com intensidade o 25 de abril e desse período, marcante para essa geração, recordava muitas histórias. A convicção política forjada nesses tempos, marcou definitivamente o seu empenho político e a forma como o exerceu. Militante desde cedo do Partido Socialista, foi candidato nas suas listas à Câmara e à Assembleia Municipal. Foi vereador da oposição entre 1976 e 1979, em resultado das primeiras eleições autárquicas e do primeiro mandato do poder local eleito. Foi membro da Assembleia Municipal por vários anos e membro da Assembleia de Freguesia em Santiago de Riba-Ul. O seu compromisso com a comunidade, extravasou largamente o seu envolvimento político, e teve expoente máximo na Cerciaz, instituição a que dedicou muitos anos da sua vida e cujo percurso definitivamente marcou. A sua personalidade afável garantiu-lhe o respeito de todos, sem nunca lhe diminuir as convicções políticas. Foi sempre um homem de esquerda e um convicto socialista. A Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, reunida em Sessão Ordinária no dia 25 de fevereiro de 2022, aprova um voto de pesar pela morte de Manuel Pinto Nunes. Num momento particularmente difícil, endereçamos à sua família e a toda a comunidade que reconhece esta perda, as mais sentidas condolências. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à admissão e votação os votos de pesar apresentados, sendo os mesmos admitidos e aprovados por unanimidade. =====

===== A Assembleia Municipal fez um minuto de silêncio. =====

== **1º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 23º DO REGIMENTO)** ==

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição dos munícipes Ana Nunes, Daniel Silva e Constantino Oliveira.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora Ana Nunes, residente em Oliveira de Azeméis.* =====

===== *Senhor Presidente da Mesa da Assembleia - Bernardo Amaro Simões, e a todos os outros presentes na sala, muito boa tarde. Hoje venho falar-vos da arte de dançar que, infelizmente, no nosso concelho, ainda está longe de atingir os resultados que considero possíveis para esta dimensão. Sabemos, hoje, que a cada aluno que damos oportunidade de dançar, criamos os despertar para a mudança, a descoberta do seu projeto de vida, a vontade de refletir, pesquisar, fomentando a curiosidade e possibilidade de se criarem adultos mais críticos, mais sensíveis e até mais visionários. Não estamos a falar só das artes, enquanto formação em bailarinos, mas também no desenvolvimento do concelho para a criação de públicos industriais mais criativos, adultos mais responsáveis, autónomos e acima de tudo mais participativos na comunidade. Em nome da Fabrica das Artes, é esse o nome que hoje represento, a escola de dança conta já com 300 alunos e 12 creches que abrange todas as freguesias da autarquia que tem feito um trabalho de implementar a arte de dançar por todas as gerações, géneros e na generalidade da população oliveirense, lamento não termos tido ainda a oportunidade de fechar o investimento por parte da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, para que finalmente as ruas da cidade possam ter a percorrer os jovens bailarinos com sonhos e ambições. Com um projeto desenhado a cinco anos e protocolo feito com a uma das maiores e mais reconhecidas escolas do ensino artístico especializado de dança, O Ginásio Escola de Dança, e inclusivamente já com entrada nos mega agrupamentos de escola de Oliveira de Azeméis, venho vos questionar, até quando vamos ter que esperar pelo vosso apoio? Quando é que vai ser o momento da dança em Oliveira de Azeméis? Sabemos que tem sido feito um esforço grande para a mudança. No que diz respeito à cultura temos visto apoio às bandas de música, apoio às companhias de teatro, apoio às estruturas de ensino artístico da música e mais uma vez perguntamos: quando é que chega a vez da dança? Com isto, queria terminar como aparecimento do Caracas, com as obras a terminar no próximo ano. Quando é que vamos estar prontos para preparar públicos para encher estas salas? Não será de igual modo importante educar as nossas crianças e jovens com sensibilidade artística? Não serão estas crianças e jovens o futuro da nossa cidade? Deixo aqui uma frase de Marce Cunningham, para reflexão de todos: “A dança não dá nada em troca. Nem manuscritos para guardar, nem quadros para pendurar nos museus, nem poemas para imprimir. Não dá nada a não ser a efémera sensação de estar vivo.” Com isto aguardo uma resolução para iniciar o próximo ano letivo, com mais garantias de que o município vai valorizar a arte de dançar e tem orgulho*

em ver crescer bailarinos na cidade. Estou e estarei disponível, para tudo o que se possa fazer para ver esta cidade crescer para um lugar maior e melhor. Obrigada a todos. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Daniel Silva**, residente em Oliveira de Azeméis. =====*

===== Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Senhor Presidente e restantes políticos e público. Uma notícia alertou-me profundamente, em determinado jornal do concelho de Oliveira de Azeméis vem a notícia que a autarquia não concorreu ao Plano de Recuperação e Resiliência. O Plano de Recuperação e Resiliência é um programa nacional que pode ter princípios tais como: transição climática, transição digital estruturante e resiliência. Até há data e sendo a informação pública, os beneficiários diretos e finais foram e são vários: instituições sociais, escolas, famílias, autarquias, empresas, áreas metropolitanas, etc. Sabendo todos nós que o município de Oliveira de Azeméis está atrasado comparado a muitos outros municípios e dando o exemplo do município de Águeda, que aproveitou 20 milhões de euros deste fundo, pergunto: Se o município de Oliveira de Azeméis tivesse também 20 milhões de euros de mão beijada, a presidência, na sua pessoa e vereação, recusava este luxo? Mais acrescento, que a vida do quotidiano está cada vez mais cara para a população, fragilmente e vulneravelmente economicamente, refletindo-se no preço das rendas e difícil acesso à habitação digna, dentro dos recursos do seu orçamento familiar. Tal exposição leva à saída da população para outras zonas do país e estrangeiro, contra a sua própria vontade e também acrescento que, normalmente as pessoas, as instituições só pedem dinheiro e o dinheiro nunca chega a quem realmente precisa. As instituições para funcionarem querem cada vez mais dinheiro. E isso não é verdade. Por exemplo: o trabalho de cinco doutores pode ser feito apenas por um doutor. Portanto, solicito à Câmara Municipal que corte verbas às instituições de caridade, supostamente de caridade, e que dê diretamente a quem precisa. Muito obrigado. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Constantino Oliveira**, residente em Pinheiro da Bemposta. =====*

===== Muito boa tarde a todos. Sintam-se todos cumprimentados na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia. Trago aqui um assunto que é pertinente à nossa população, neste caso é a requalificação do IC2. É um assunto que teve uma recomendação do último Parlamento, em todos os partidos votaram a favor menos o PS. Eu gostava de saber, em relação ao IC2, principalmente no troço que merece requalificação que é uma zona muito negra para a sinistralidade. Se não aproveitarmos agora as condições que nós temos de fazer essa requalificação e melhorar a nossa segurança de todos como utentes da via. Sou freguês do Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz, há uma situação que também faz parte dessa

recomendação, nós perguntamos para quando a eliminação dos sinais luminosos e a construção de uma alternativa que será as rotundas, possivelmente será uma solução bastante mais segura e que provoca também uma maior fluidez do trânsito na zona? Os habitantes da nossa União também gostavam que essa situação também fosse prevista. E também, já agora, gostava de perguntar aos elementos aqui presentes da nossa União e a todos os grupos desta Assembleia Municipal, qual era a opinião sobre este assunto e o que é que poderíamos fazer, todos em conjunto, para que este assunto pudesse ser resolvido? Às vezes esses pequenos grandes assuntos são a causa com que a população sinta a relação de proximidade com os políticos e com quem faz política. Muito obrigado. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

===== Muito boa tarde a todos e a todas. Cumprimentar, em primeiro lugar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, os Senhores Secretários, Caros Colegas do Executivo, Senhores Deputados Municipais, um cumprimento muito especial para os nossos Presidentes de Junta/ União de Freguesias, elementos do público, as pessoas que intervieram no período do público, os funcionários da autarquia e, naturalmente, todos oliveirenses que nos acompanham a partir de suas casas. Antes de dar uma breve resposta, a que é possível dar a estas intervenções do público, eu gostaria de, em nome de toda a comunidade oliveirense, condenar a invasão da Ucrânia pela Rússia. Nós que somos defensores do mundo livre, naturalmente, que repudiamos esta agressão, esta violação do estado de direito, este atentado à democracia. E, portanto, enviar ao povo ucraniano um grande abraço da comunidade oliveirenses, do povo português. Enviar-lhes também uma palavra de carinho e solidariedade, desejando que o conflito que os atormenta rapidamente seja dublado. Dar nota que a Câmara Municipal e, a própria Área Metropolitana do Porto, na reunião que tivemos hoje de manhã, aprovamos o envio para a Embaixada da Ucrânia em Portugal de uma carta de repúdio e condenação a esta invasão. Em relação às intervenções, começaria pela ordem, a intervenção da Ana Nunes: Dizer-lhe que é inquestionável a qualidade do trabalho que a Fábrica das Artes faz pelo ensino da dança no nosso concelho. É um projeto que nós esperamos mais cedo ou mais tarde virmos a acarinhar. É óbvio que aquilo que aconteceu, já falamos sobre isto, já tivemos oportunidade de responder a um pedido de atribuição de 10 bolsas no valor de 2.300,00€ cada uma. Já tivemos oportunidade de receber uma comunicação dos pais que pediam 15 bolsas/apoios, julgo que de 30.500,00€. Já tivemos na iminência de assinar um protocolo que envolvia um conjunto de salas, transporte para os alunos, limpeza dessas salas. Mas, efetivamente, não temos ainda reunidas as condições porque não temos instalações que nos permitam acomodar, com as exigências da DGEsTE, por um lado, e com a dignidade que gostamos de ter nos equipamentos públicos, por outro, essa resposta. É evidente que não tem rigorosamente nada a ver com a dança. Tem a ver com a dança, como tem a ver com

a pintura, com a escultura, com a escrita. E, portanto, também gostamos de ter todas as representações artísticas no nosso concelho e de as disponibilizar à população. Obviamente que ainda não foi possível. Peço desculpa por isso. Mas aquilo que eu espero é que, como referiu, no domínio do desporto e no domínio da formação musical, onde reforçamos o apoio que prestamos de 30,00€ para 60,00€ por cada formando, tenhamos condições também para no domínio da dança e de outras manifestações artísticas criarmos as condições para que o concelho seja muito mais rico nesse domínio e tenhamos essa oportunidade de disponibilizar às nossa crianças, que não têm que necessariamente dar chutos em bolas ou praticar um dado desporto de forma federada, puderem também, caso pretendam, seguir por esta via do ensino artístico. Em relação à intervenção do Senhor Daniel Silva: Dar a explicação de que, a Câmara Municipal não desistiu de concorrer às verbas do Plano de Recuperação e Resiliência. A notícia que leu prende-se com uma notícia de um órgão de comunicação social que referiu que a Câmara Municipal não concorreu a um dado Aviso relacionado com zonas industriais. Há uma explicação para isso: É que nós neste momento outras preocupações em relação às nossas zonas industriais. E essas preocupações prendem-se com a criação de infraestruturas, com a criação de redes de água e saneamento, com a criação de acessos, em tornar essas zonas transitáveis, ou seja, termos pavimentos condignos, em transformar as nossas zonas industriais em lugares dignos para os seus utilizadores e um cartão-de-visita para os nossos empresários e para a realidade económica do nosso concelho. Aquilo que aconteceu foi que: Nós, antes desse aviso, já nos tínhamos candidatado a um aviso de cerca de cinco milhões de euros, onde a dotação máxima de apoio dos fundos comunitários era de um milhão de euros e o restante financiamento era assegurado através do orçamento municipal. Entretanto, sai esse Aviso. Um Aviso muito específico. Um Aviso dirigido para a transição verde, para economia verde e para transição digital que privilegiava espaços de acolhimento empresarial com determinados critérios, que nós não conseguimos cumprir, consolidados, que permitissem investimentos no domínio auto produção de energia e armazenamento de energia em postos de carregamento elétrico. Foi este o Aviso que, por exemplo, o município de Águeda viu contemplado. Estamos a falar especificamente nestas tipologias, comunidades energéticas, etc.. Como lhe disse, nós estamos neste momento preocupados em dar outro tipo de respostas, estas que lhe acabei de referir, e seguramente teremos oportunidade também de fazer o nosso papel, o nosso trabalho, no domínio da transição energética e da transição digital na nossa economia. Em relação à observação que fez: permita-me que discorde - que o município de Oliveira de Azeméis é um município muito mais atrasado que os outros concelhos - não é isso que dizem os indicadores que servem para caracterizar a realidade socioeconómica dos concelhos. Agora, é evidente que o concelho de Oliveira de Azeméis, à semelhança dos outros, tem um conjunto de fragilidades e de problemas que importa resolver. Ainda agora tivemos aqui a oportunidade de ouvir, da Ana Nunes, um deles que é naturalmente promover a nossa cultura, promover a arte no nosso concelho. Em relação à intervenção do Senhor Constantino Amadeu: É verdade que o IC2 é palco regular de acidentes. Alguns deles,

acidentes de grande gravidade. Efetivamente importa proceder à requalificação daquele troço, sobretudo no troço que nos diz respeito, entre o quilómetro 262 e 271. O que acontece é que está previsto no plano de investimentos de grandes reparações, plano de investimentos de proximidade das Infraestruturas de Portugal essa intervenção. Portanto, ela vai acontecer. A não ser que as Infraestruturas de Portugal falte à verdade, falte aquilo que é o seu compromisso o seu plano de atividades. Portanto, o que nós esperamos é que essa intervenção venha a ser uma realidade e que as condições de segurança para automobilistas e peões sejam rapidamente criadas, melhoradas e reforçadas, no sentido de eliminarmos os problemas que têm dado origem a alguns acidentes. Também é verdade que, nós temos de forma recorrente solicitado à Infraestruturas de Portugal essa intervenção e temos também solicitado que na Rua da Banda da Música e no cruzamento com a Rua Padre Bernardo Xavier Coutinho se equacione a possibilidade de substituir os semáforos por rotundas. Porque a avaria dos sinais luminosos causa perigo, causa transtorno, causa filas desnecessárias. Portanto, esperamos também que este estudo que foi solicitado - temo-lo feito de forma recorrente, fizemo-lo há 15 dias, fizemo-lo no final do ano, fizemo-lo em agosto de 2021. Portanto, temos de forma recorrente solicitado às Infraestruturas de Portugal esta reabilitação do troço do IC2, de acordo com aquilo que está previsto no seu plano de proximidade. E temos também alertado para a importância de estudarmos soluções de trânsito para estes cruzamentos de grande constrangimento, nomeadamente na freguesia do Pinheiro da Bemposta. =====

===== **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” (Art.º 21º DO REGIMENTO)** =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início ao período de “Antes da Ordem do Dia”.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Manuel Soares, Rita Costa, Alcino Martins, José Lourenço, António Santos, Fernando Pais, Rudolfo Rodrigues, José Santos, Bruno Costa, José queirós e Bruno Aragão.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Manuel Soares**, do PS.* =====

===== *Boa tarde a todos. Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Cara Secretária, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados, público presente, comunicação social, senhores funcionários. A Associação Nacional das Assembleias Municipais, que agrega neste momento 181 municípios, realizou o seu terceiro congresso na Covilhã, há uma semana, onde participaram os Secretários desta Assembleia Municipal com a autorização e em representação do Senhor Presidente. Temas como a*

Regionalização, o Poder Local e a Governação Multinível foram abordados através de diversas perspetivas tendo o painel contado, nomeadamente, com as presenças do Secretário-geral Adjunto do PS, José Luís Carneiro, o Eurodeputado do PSD, José Manuel Fernandes e Cecília Meireles, ex-deputada do CDS/PP. Este congresso reiterou a importância da Assembleia Municipal na construção de uma democracia que nunca está acabada, realçando o papel deste órgão na produção da aproximação do poder político, por maioria da razão ao poder político local, aos cidadãos incluindo os jovens a que se apela que não se “divorciem” do acompanhamento das medidas e das estratégias que são apresentadas e aprovadas para os seus territórios ainda por cima numa altura em que temas como a regionalização e a descentralização estão na ordem do dia com os seus benefícios e também vicissitudes. E, quanto à regionalização, teremos que estar todos atentos à eventual criação de uma nova autarquia regional implicando a implementação de novos órgãos. E como ninguém governa sozinho, o conceito de governação multinível ganha uma especial dimensão, no âmbito da transferência de competências em que vivemos, mas que deve ser sustentada em termos financeiros e económicos para que não se dilua. As assembleias municipais como escolas de democracia continuaram a desenvolver a sua vocação pedagógica e concreta de análise e aprovação das políticas desenvolvidas pelos executivos, como fazem desde o 25 de Abril de 1974. Muito obrigado. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à deputada **Rita Costa**, do PSD. =====*

===== Caro Senhor Presidente e Secretários da Mesa da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara e restantes membros do executivo, deputados desta Assembleia, comunicação social e demais presentes. O único acesso à Área de Acolhimento Empresarial de Ul/Loureiro apresenta condições inaceitáveis de circulação. A obra que teve início, em abril de 2021, tinha a duração prevista de 240 dias, oito meses, mas o período já se estende há mais de dez meses. Após início das obras, assistiu-se a diferentes períodos de paragem dos trabalhos, por longos períodos de tempo. Neste momento as obras na faixa de acesso estão praticamente paradas há mais de dois meses. Assistiu-se ao retomar dos trabalhos recentemente, depois de muita divulgação e contestação na comunicação social, mas as obras continuam a um ritmo lento, desorganizado e sem fim à vista. Parece assistir-se a uma clara falta de planeamento, uma vez que foram iniciados trabalhos em diferentes vias simultaneamente sem que fosse prevista uma faixa de circulação para as centenas de pessoas que comutam para os seus locais de trabalho, deixando todo o acesso da Área de Acolhimento Empresarial em condições deploráveis sem condições de circulação, sem faixas identificadas e com postos de comunicação com cabos caídos pelo chão. Trata-se de uma situação inaceitável que prejudica centenas de trabalhadores que se deslocam de vários concelhos vizinhos para Oliveira de Azeméis, prejudica os habitantes locais e prejudica estas empresas recebem semanalmente visitantes de diferentes partes do mundo. E aos nossos visitantes

estrangeiros mostramos a imagem de um concelho com obras mal sinalizadas, estagnadas e sem planeamento e perspetiva de conclusão à vista. Não é esta a imagem que queremos dar dos oliveirenses, nem do tecido empresarial de Oliveira de Azeméis. Os empresários encontram-se extremamente descontentes pelas promessas que foram feitas aquando da implementação das suas empresas nesta zona industrial, de tal forma que já manifestaram o seu desagrado quer à Câmara Municipal diretamente, quer à comunicação social por diversas vezes. Os oliveirenses tiveram oportunidade de ouvir e ler o reconhecimento por parte do Senhor Presidente da Câmara, da urgência de resolver este problema que afeta centenas de pessoas diariamente mas, efetivamente, as obras continuam paradas, sem prazo previsto de conclusão. As responsabilidades são imputadas ao empreiteiro da obra. No entanto, é necessário conhecer as diligências que têm sido tomadas pelo executivo para fazer avançar esta obra que tem tanto impacto na vida dos oliveirenses e na daqueles que os visitam. Oliveira de Azeméis é um concelho fortemente marcado pelo seu tecido empresarial. A autarquia deve ser um parceiro das empresas, mobilizando-as para uma estratégia de desenvolvimento territorial, económico e social integrado. Neste momento, os empresários, os trabalhadores e locais desta área do concelho desesperam e não se sentem apoiados pela autarquia. Senhor Presidente da Câmara, aquilo que os oliveirenses querem saber e, que pedimos que responda de forma clara e concreta: Quais os motivos para um atraso tão significativo desta obra? Que medidas de fiscalização estão a ser tomadas para assegurar o cumprimento dos prazos na realização desta obra? E qual o prazo previsto para a conclusão das obras? Muito obrigada. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Alcino Martins**, do BE.=====*

===== Boa tarde, cumprimento todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente Amaro Simões e a todos os oliveirenses que estão a seguir a transmissão desta Assembleia Municipal. Oliveira de Azeméis continua a marcar passo no seu desenvolvimento, apesar do Senhor Presidente da Câmara contar com quase 30 anos como autarca, a realidade mostra que afinal não aprendeu nada enquanto esteve na oposição e apesar do seu discurso em tornar o nosso Concelho, o melhor para viver investir e trabalhar a verdade é que, continua-se com taxas de execução medíocres de 40% quando deveria estar acima dos 80%, temos que ser mais ambiciosos. Um Executivo, que, numa tarefa básica de selecionar 25 assistente operacionais, num concurso que fechou as candidaturas em Abril de 2021, e sabendo das necessidades urgentes dos agrupamentos escolares, que devido à pandemia, dobrou o trabalho nas escolas para os assistentes operacionais, já conta com mais de 10 meses para fazer a seleção, o que na nossa opinião, deve-se apenas à falta de interesse do Senhor Presidente da Câmara na colocação dos assistentes operacionais nas escolas, e já nem vale a pena questionar o executivo, para quando os assistentes operacionais entram ao serviço porque dizem, que estão no caminho certo. Depois

de 8 meses para pavimentar a antiga Nacional 1, já passaram 6 meses e ainda não foi feita a marcação das linhas e das passadeiras na estrada, questiono: se ainda é este ano? Na zona industrial de Santiago Riba-Ul, os passeios, para quem entra do lado norte, até à rotunda em frente à casa Velha estão com pilhas de pedras da calçada e areias, o que faz com que as tenham que andar pela estrada e já há mais de mês e meio que as obras estão paradas, questiono para quando a sua conclusão e questiono também a razão para que, na zona industrial não existir praticamente nenhuma passadeira? (Relativamente à intervenção que aconteceu agora à bocado, das danças, - só para informar que: de 2017 a 2019, o concelho caiu 62 lugares, no investimento da cultura.) Para terminar, acrescento, que durante este mandato, será determinante que nesta Assembleia se construa pontes em vez de muros e se prefira sempre o diálogo, para que juntos possamos alavancar o nosso Concelho para o lugar que merece, e que seja uma referência a nível nacional, porque aqui não se decide se ganha o partido A ou partido B, aqui, o foco deve ser o bem-estar de uma comunidade que se quer forte, em que os problemas dos outros sejam o problema de todos nós, e a solução para esse problemas seja encontrada coletivamente, devemos estar à altura da nossa História. Muito obrigado. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **José Lourenço**, do PS. =====*

===== Muito obrigado. Senhor Presidente, Executivo, Vereação, caros colegas, comunicação social, todo o público aqui presente, sintam-se todos cumprimentados. Respondendo ao apelo do Senhor Constantino: eu, como morador do Pinheiro da Bemposta, sou solidário com os anseios da população, com as preocupações, nomeadamente com os constrangimentos causados pelos semáforos no IC2 que atravessa a nossa freguesia. No passado dia 30 de janeiro, o Partido Socialista obteve uma vitória inequívoca nas eleições legislativas a que fomos chamados para decidir os destinos do nosso país. Depois de seis anos de governação intensa, com mais de dois deles envoltos numa pandemia cruel e mortal, António Costa e o Partido Socialista venceram de novo as eleições, desta feita com maioria absoluta. O povo português é sensato e soube reconhecer os méritos e a capacidade das pessoas e isso viu-se nestas eleições. A responsabilidade agora é enorme e nós enquanto povo, não podemos deixar de ser exigentes e permanecer vigilantes. Como o próprio referiu, agora há que saber “interpretar esta vitória como um voto de confiança” e “como uma enorme responsabilidade pessoal”. Sem ter sido perfeito e isento de melhorias, a criação de melhores condições de vida e de existência para todos os Portugueses foram as suas grandes preocupações e ambições: - Aumentou o salário mínimo das pessoas que outros criticaram como uma grande desgraça para o País e para a generalidade das empresas; - Reforçou a capacidade do Serviço Nacional de Saúde com recursos humanos, técnicos e materiais, quase que adivinhando que íamos passar por uma pandemia; - Operacionalizou os serviços da Segurança Social, tornando-os mais céleres e eficazes, para responderem às

necessidades dos cidadãos; - Foi em frente na Educação com novos investimentos e a redução histórica do abandono escolar precoce; e, - Com todo este investimento interno, reduziu o deficit e a dívida pública, permitindo que Portugal tenha crescido economicamente acima da média da União Europeia no período da geringonça e pré-pandemia. Todos estes dados, facilmente comprováveis, quer pelo INE quer pelo Eurostat, mereciam um tratamento aprofundado e específico que não é, nem podia ser, o objeto desta minha intervenção. Ela serve apenas como reflexão ao fim de um ciclo, que um processo eleitoral sempre encerra e ao início de outro que, apesar de manter o mesmo líder, traz novas esperanças e novos desafios. É também uma reflexão ao processo eleitoral e a uma campanha onde todos, fazendo as suas opções, procuraram deixar clara a visão para o país e procuraram defender as suas propostas. Mesmo com a forte crise económica que atingiu as empresas, as famílias e o País, António Costa nunca deixou de acudir a todos nestes momentos difíceis. Os apoios ao tecido empresarial, os apoios às famílias, os apoios aos trabalhadores e às empresas, através do layoff, a concessão de subsídios a fundo perdido, às famílias e a título individual, o acompanhamento da situação financeira das, dos desempregados e de todos os que viviam em situação difícil são algumas das marcas de um homem que nos soube governar com sabedoria, tranquilidade e afeto. Pela primeira vez uma crise foi respondida com apoios efetivos, percebendo as necessidades das pessoas e das empresas e procurando não deixar ninguém para trás. Isso fez toda a diferença nos meses que vivemos, e faz agora na capacidade e nas condições para a recuperação. Continuar a avançar, sempre no caminho certo, é aquilo a que nos comprometemos, nacional ou localmente. Os portugueses, incluindo os oliveirenses, provaram mais uma vez que sabem ser justos e, acima de tudo, que querem um futuro melhor para todos e um futuro com Estado Social. Foi, para nós, a vitória de uma visão do país e das políticas públicas que defendemos. Do nosso concelho, integradas nas listas dos diferentes partidos ao círculo eleitoral de Aveiro, partiram várias pessoas à luta por um Portugal melhor para todas e todos os portugueses. A todos eles devemos estar gratos pela sua predisposição para abraçar a causa de todos nós. Devem distinguir-nos as ideias e os compromissos. Em tudo o resto, que funcione a democracia, plena de significado, de desafios e de liberdade. Aos que foram eleitos diretamente pelo nosso distrito, qualquer que seja o seu partido, votos de um profícuo trabalho em prol de todos os concelhos. De forma particular, por serem oliveirenses, e porque um pouco de bairrismo também não nos faz mal, ao Bruno Aragão e à Helga Correia, que saibam ser bons portadores da confiança que em vós foi depositada. Bom trabalho e os maiores sucessos. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **António Santos**, do PSD. =====*

===== Muito boa tarde a todas e a todos. Começo por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa o seu Secretariado, o Senhor Presidente da Câmara, todos os vereadores aqui presentes, os membros da Assembleia Municipal, o público aqui presente e o

que nos segue à distancia, e os elementos da comunicação social. Sintam-se todos cumprimentados. A razão da minha intervenção prende-se com a necessidade que sentimos de saber como é que estão determinados processos de obras, nomeadamente a situação da obra Sequeira Monterroso, que já na última Assembleia tinha sido abordado o assunto de forma extensa no seu historial e a obra não voltou arrancar, e também a questão das piscinas municipais, sendo que já temos o conhecimento que abriu um concurso e que ficou deserto. O assunto que gostaria de ver abordado era a adequação dos preços base dos concursos à realidade atual. Isto é um assunto que eu penso que o município se deva debruçar sob pena de estarmos a perder tempo, nomeadamente em várias obras que têm alguma urgência. E não podemos continuar num ciclo de lançar obras a concurso abaixo do preço de custo/preço atual, este tipo de situações atrasam o nosso desenvolvimento. E penso que é algo que deve ser atendido. Disse. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para dar resposta às intervenções anteriores.=====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Em relação à intervenção do senhor deputado José Manuel Soares: Não tenho nada a acrescentar. O congresso Nacional de Municípios é uma oportunidade para os municípios e um momento importante de reflexão, um momento importante de abordagem dos problemas que existem na Administração Pública Local e, naturalmente, uma oportunidade também para discutir os problemas profundos e os desafios que se deparam para os nossos municípios, para as nossas freguesias nos próximos anos. Em relação à intervenção da senhora deputada Rita Costa, sobre a Área de Acolhimento Empresarial UI/Loureiro, felizmente que hoje falamos de constrangimentos em obras e não falamos na falta delas e na inexistência delas. Isso é particularmente importante. Estamos a investir na requalificação das nossas zonas industriais. Na zona de Oliveira de Azeméis, estamos a investir 330.000,00€, já aqui o assunto foi abordado pelo senhor deputado Alcino Martins. E estamos a investir cerca de 600.000,00€ na Área de Acolhimento Empresarial de UI/Loureiro. Disse uma coisa que é particularmente importante que é, os nossos empresários estão descontentes, sentem-se defraudados com as promessas que foram feitas quando ali se instalaram. Mas quem é que os defraudou e quem é que lhes fez essas promessas? Não foi seguramente este executivo. Este executivo está precisamente a procurar resolver tudo aqui que lá foi deixado. Eu já disse repetidamente o estado em que encontramos a nossa zona industrial, ele é conhecido de todos, desde problemas ao nível do fornecimento de energia elétrica para as unidades industriais e tivemos que pagar dezenas de milhões de euros para a sua instalação; Problemas graves no Business Center, vamos investir entre 250.000,00€ a 300.000,00€ para resolver problemas de infiltrações e problemas de pintura na estrutura metálica, num edifício que nunca foi utilizado. Foi inaugurado, lembram-se bem, com geradores, mas nunca foi utilizado. Os acessos, já aqui referidos também. Acessos péssimos pela Rua da Vidigueira. Acessos péssimos pela Rua da Moura. Estradas em terra batida. Foi assim que foi deixada a zona

industrial. Para além da falta sinalética, da falta da prometida ETAR, e, naturalmente, da falta de uma importante ligação estratégica à EN224 que permitirá que a Área de Acolhimento Empresarial que é fundamental para aquilo que é o potencial económico e social, associado ao potencial económico do nosso concelho, venha a ser uma realidade. Portanto, dizer-lhe que, aquilo que estamos a fazer neste momento é claramente a criar condições para que as nossas zonas industriais sejam dignas desse nome. No caso concreto da Área de Acolhimento Empresarial existem um conjunto de constrangimentos que são normais, quando executamos obras, mas há um conjunto de constrangimentos que devem ser minimizados ou até evitados como estes que aqui foram referidos do pó, das depressões nas entradas de algumas instalações, problemas causados à circulação ou ao normal funcionamento da Área de Acolhimento Empresarial. Portanto, nós compreendemos perfeitamente, - já o dissemos, que todos os utilizadores das zonas industriais se sintam legitimamente aborrecidos, prejudicados com esta situação. Naturalmente que não gostamos que as obras derrapem. Isto não é uma particularidade do nosso concelho, estou farto de o repetidor também. Há autarcas a anunciar dezenas e dezenas de obras com atrasos substanciais, em relação àquilo que eram os prazos previstos. Há razões objetivas que têm muito a ver com a dificuldade do fornecimento dos materiais, com a situação pandémica. E, portanto, este atraso, não era desejável. Aquilo que gostaríamos, também o tenho dito incansavelmente, era que esta obra já estivesse concluída. Respondendo objetivamente às suas questões: Quais os motivos para o atraso? Já lhe referi. As medidas de fiscalização? A obra é fiscalizada diariamente. O senhor vereador Rogério Ribeiro esteve lá hoje e seguramente esteve lá ontem e os fiscais da Câmara Municipal vão todos os dias. Mas isso não significa que não existam constrangimentos e não existam problemas. O que acontece é que nós, naturalmente, reportamos ao empreiteiro esses problemas e exigimos a sua correção. Muitas vezes, a correção, é imediata. Outras vezes, a correção, não ocorre no tempo que desejaríamos. Dizer-vos também que a obra não está parada. A obra, neste momento, está com uma atividade intensa. Quem visita a obra com regularidade sabe que ela teve períodos de grande atividade e teve períodos de algum arrefecimento. A empresa comunicou-nos isso. O prazo foi aceite e prorrogado. As razões invocadas foram razões que se prendiam com a pandemia, com as condições atmosféricas, são as razões que normalmente são invocadas, juntar a essas também a dificuldade no fornecimento de matéria-prima, que todos sabemos, é uma realidade. Concretamente, em relação a esta obra, aquilo que vai acontecer é que nós esperamos que durante a próxima semana, quem entra na Área de Acolhimento pela rua do lado direito que serve um lote que ainda é propriedade da autarquia, Lote 1, tenha a primeira camada de bander, teremos condições para desviar o trânsito. A Travessa da Moura, que é uma rua em terra batida, na semana seguinte receberá também o bander. Ficaremos com estas duas ruas com outras condições de transitabilidade. Aquilo que nós esperamos é que ultrapassadas as questões de mudança de postos de média tensão, instalada já neste momento a iluminação pública, tendo já resolvido um problema com um dos operadores, que é a Vodafone, que rapidamente tenhamos a possibilidade de a MEO e a NOZ poderem deslocar os postes que se encontram ainda no meio e que impedem que o

empreiteiro possa avançar com aquilo que tem que fazer em termos de infraestruturacão. Aquilo que nós estamos a procurar fazer é que muito rapidamente estas infraestruturas, que estão aéreas e que vão ser enterradas, possam ser removidas. Esperamos que os operadores o façam nos próximos dias. E teremos condições seguramente de avançar. Prazo de conclusão? O prazo de conclusão, desde que essas infraestruturas estejam prontas, nós em dois ou três meses estamos convencidos que o empreiteiro conclua a obra. Até esperamos que o faça antes. Em relação à intervenção do senhor deputado Alcino Martins: Dizer-lhe que, obviamente, as taxas de execucao, no município de Oliveira de Azeméis, são baixas. Nós temos progressivamente melhorado essas taxas de execucao. Mas o mais importante também é que essas taxas de execucao são acompanhadas, apesar de serem percentagens baixas, dos maiores investimentos de sempre alguma vez realizados no concelho. Esperamos que, aquando da aprovacao do próximo relatório de contas, tenhamos oportunidade de verificar uma evolucao positiva naquilo que é o volume de investimento que nós conseguimos em termos de execucao a nível municipal. Portanto, trabalhar para que cada vez mais tenhamos mais execucao orçamento e tenhamos cada vez mais esses investimentos a produzir efeitos na vida dos oliveirenses. Em relação à questao dos assistentes operacionais, julgo que no final da próxima semana estará regularizada essa situacao. Estamos a falar de 301 candidatos, para 25+12 lugares. Esses candidatos são todos alvo de entrevistas, são todos alvo de testes. Portanto, é um processo moroso. E, mais uma vez repito porque isto é muito importante, muitas vezes quando falamos parece que estamos a falar de um município ilha. Isto acontece, infelizmente, em todo o país. Entre a aprovacao do mapa de pessoal, num dado ano, e o provimento dos lugares que se perspetivam e que se necessita prover, temos muitas vezes um hiato de um ano, um ano e tal. E muitas vezes as pessoas acabam por não entrar no ano que nós prevíamos e entram precisamente ano seguinte. E, portanto, aquilo que nós esperamos é que, no final da próxima semana, finalmente, a contratacao destes assistentes operacionais seja uma realidade. Dizer-vos também, no caso da pintura da Estrada Nacional 1 e dos passeios: Temos mais uma vez o mesmo problema. Aquilo que nós esperamos é que empreiteiro conclua os passeios. Os materiais, inclusive, estão depositados nos passeios. E portanto, terá que fazer deslocar para a obra os calceteiros, para que a obra seja finalizada. [Questao colocada pela bancada do BE. Resposta do Senhor Presidente da Câmara: “Não deve fazê-lo. Nem a Junta de Freguesia, nem a Câmara Municipal devem mexer em materiais de uma obra que não são nossa propriedade. Nós não o fazemos. Não os deslocamos. Naturalmente, nem sequer queremos ficar com a responsabilidade de os guardar. Aquilo que temos obrigacao de fazer é exigir que o empreiteiro crie condições de segurança para os peões. Ele é que tem que criar as condições. Ele é que tem que remover esses materiais, coloca-los em estaleiro e fazê-los deslocar à medida das necessidades de execucao que vai tendo nos passeios. Portanto, vamos seguramente fazê-lo e agradeço naturalmente essa observacao que é pertinente.”] Em relação à intervenção do senhor deputado José Lourenço, sobre eleições legislativas 2021: Não tenho rigorosamente nada a dizer. A não ser, assinalar, mais uma vez, o elevado civismo e a participacao dos oliveirenses, a elevacao com que decorreu o ato eleitoral no nosso concelho, que

é grande motivo de regozijo para todos nós. Em relação à intervenção do senhor deputado António João Santos: Eu tenho que lhe pedir desculpa. O Senhor disse que, da última vez que falamos disto, foi abordado de uma forma exaustiva, julgo que foi o termo que utilizou. E eu agora vou ser absolutamente objetivo. Vou-lhe pedir desculpa, por não lhe dar grandes esclarecimentos sobre este assunto, porque tudo aquilo que eu disser pode colocar em causa um conjunto de questões. Portanto, eu gostaria de não fazer. Aquilo que eu lhe posso dizer em relação a este assunto, é que nós andamos há meses a discutir soluções e métodos construtivos com o empreiteiro e com o projetista da obra. Portanto, é isso que andamos a fazer. E espero poder dizer algo de mais objetivo, já na próxima semana. Em relação às piscinas municipais: Foi lançado um procedimento, julgo que por volta dos 116.000,00€. Não se lançam procedimentos com valores inventados pela Câmara Municipal ou decididos sequer decididos pela Câmara Municipal. Estes valores resultaram de uma consulta preliminar que foi feita ao mercado. Portanto, nós temos uma orçamentação que é feita por um projetista ou pela Câmara Municipal, temos o mapa de quantidades e uma estimativa orçamental, mas depois balizamos essa estimativa orçamental com uma consulta preliminar que fazemos ao mercado que, quando tem resposta, naturalmente permite que possamos definir o valor base. Se não houverem respostas, naturalmente que o valor base é aquele que resulta da estimativa orçamental definida pelo projetista. E foi o que aconteceu. E, portanto, não há necessidade de fazer nenhuma adequação dos preços à realidade, porque a realidade foi determinada pelo mercado. Portanto, aquilo que nós esperamos é que isto, infelizmente, assola todos os municípios do país que é os concursos ficarem recorrentemente desertos, deixe de acontecer ou que tenhamos a oportunidade, no caso concreto um equipamento que é tão necessário possamos ter um empreiteiro disponível para fazer obra. Dizer-lhe que, estamos a lançar neste momento, pela segunda vez, o procedimento para procurarmos ter alguém que o faça, porque o mercado obviamente, sabe isso muito bem, está cheio de trabalho. E uma obra de 116.000,00€ não é muito apetecível para um empreiteiro de alguma dimensão, que tenha alvará para fazer este tipo de obra. Os pequenos empreiteiros normalmente não têm alvará para isto. E esses grandes empreiteiros preferem obra com outro tipo de expressão. Mas vamos ver se temos sorte nesta segunda vez em que lançamos o procedimento. =

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Fernando Pais**, do PSD. =====*

===== Cumprimentar Vossa Excelência Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Executivo, os meus colegas de Assembleia Municipal, público aqui presente e as pessoas que nos estão a ver lá em casa. Eu só queria fazer uma observação à intervenção do meu colega da Assembleia Municipal, José Lourenço, porque de facto ele trouxe-nos aqui uma visão do nosso país, que eu fiquei de alguma forma até espantado com a visão tão otimista que ele tem do país. Nós é evidente que vivemos situação pós-pandémica, mas de facto parece-me que há muita coisa por resolver. E eu fui ver os indicadores, indicadores absolutamente imparciais, segunda as

contas da Comissão Europeia, a economia portuguesa chegará ao final de 2023 com menor crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) face ao valor de pré-pandemia. E outro dado que também recolhi foi que o PIB per capita, medido como paridade de poder de compra, ou seja, estabelecer um poder de compra nosso com os restantes parceiros europeus, face à média europeia e em 2020 ano da pandemia e o bem-estar social e económico dos portugueses, também segundo os últimos dados da Comissão Europeia, do passado mês de janeiro, sofreu um decréscimo assinalável e preocupante. E a Comissão Europeia recomenda para que as entidades públicas utilizem o PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), que é de facto motivo alavancador ou pressupõem-se que seja o motivo alavancador da economia nacional. E isto é uma mensagem que eu deixo a este executivo, para que de facto aproveite integralmente os benefícios do PRR e a integração do PRR nos investimentos públicos do concelho. Posto isto, eu ouvi com atenção também a intervenção de um dos senhores do público em que ele se queixava: e de facto é primeira página do Correio de Azeméis uma notícia de que a Câmara não concorreu ao PRR para as zonas industriais. Eu vi logo que este soundbite tinha que ter alguma justificação. E fui procurar a justificação. E no interior o que é que tinha? No interior há uma explicação do senhor presidente. Como senhor presidente sabe, havia um prazo até um de setembro do ano passado, para fazer uma manifestação de interesse para as pessoas poderem concorrer ao PRR. Ou seja, de alguma forma, eleger investimentos integradores daquilo que estava no PRR. O que é que aconteceu? O senhor presidente disse-o cá, hoje, não fizemos nenhuma candidatura ao PRR neste domínio, que fundamentalmente é mais virado para as áreas digitais e para as áreas verdes/urbanísticas. E não o fizemos por duas razões: Primeiro, porque não era uma necessidade do município e, em segundo lugar, isto não era elegível. Dizer isto, no meu entendimento, é muito pouco. Mas o que fiz a seguir? Fui ler. E o presidente já falou na questão do município vizinho e amigo, Águeda, que ficou em primeiro lugar, e tem uma participação de 20 milhões de euros. Tudo a fundo perdido. E eu, com algum espírito crítico, digamos, fui ver em que é que se decompunham estes 20 milhões. Ou seja, onde é que eles vão utilizar os 20 milhões? E cheguei a esta conclusão que quero partilhar convosco: 17 milhões, tem a ver com a instalação de um sistema de produção e armazenamento de energia renovável para autoconsumo e construção de uma estação de fornecimento; ou seja, no domínio digital, incorporava também a questão das energias renováveis. E tinha a ver fundamentalmente com a qualidade do fornecimento de energia elétrica. Isto porque, numa perspetiva europeia, nós sabemos muito bem que em muitas gerações adiante da nossa a energia elétrica vai ser a predominante, mesmo na questão da mobilidade ao nível os transportes; 3 milhões era para implantação de postos de carregamento de energia elétrica e para fortalecer as comunicações em 5G. Eu digo assim: Faça esta pergunta - e queria que o Senhor Presidente fosse claro na resposta - nós não tínhamos essas necessidades também? Essas necessidades que Águeda aprovou, não era necessidades também sentidas por nós e até por qualquer outro município? E pedia-lhe, Senhor Presidente, para esclarecer isso de forma clara e inequívoca, sem rodeios, porque de facto pode haver aqui outras coisas que o senhor presidente não tenha dito e possa dizer agora e nos possa justificar. Isto eram

dois pontos prévios que eu queria partilhar convosco. Já aqui falamos, é um tema até que de alguma forma criou algum alarme social, que é a questão do investimento nas zonas industriais. Eu não venho falar nem particularizar na zona industrial de Loureiro, porque já tivemos aqui várias intervenções. E eu podia correr o risco de, além de gastar o tempo que me assiste, me repetir. Queria deixar aqui alguns pontos importantes: Obviamente que, a criação de boas acessibilidades devidamente infraestruturadas é reconhecido a nível nacional e internacional como terreno fértil para o crescimento de empresas e indústrias. Com estes enquadramentos industriais criam-se condições de excelência para a instalação de mais empresas no nosso concelho, o que significa mais emprego, mais qualificação e mais qualidade de vida. Através desses investimentos estaríamos a providenciar o ambiente ideal para o sucesso da atividade empresarial, através da criação de uma completa rede de infraestruturas de transportes e comunicações que permitirá uma rápida ligação entre empresas, os seus fornecedores, clientes e até os próprios trabalhadores. Eu depois, Senhor Presidente, tive a preocupação de ir ao quadro do PPI aprovado ver o que é que se investiu até 2020 e o que é que se propõe investir a partir de 2020. E vi que, por exemplo, na zona industrial do Nordeste Cesar/Fajões, em anos anteriores investiu-se zero. Não estou a dizer que a culpa é só sua. Porque o senhor vem-me já com os quatro anos. Até 2020, investiu-se zero. Estimativa para 2021: 172.550,00€. Não conheço as contas. Não sei o que é que se executou desta verba. Para 2022: 600.000,00€. De facto, números interessantes. Vamos ver se os mesmos são concretizados. Para a infraestrutura da zona industrial de Nogueira do Cravo/Pindelo, em anos anteriores também zero. Estimativa para 2021: 54.000,00€. Para 2022: Sim, uns generosos 250.000,00€. Depois há uma verba que é infraestruturas em zonas industriais existentes e futuras: Embora não aqui diga, eu penso que aqui estará incluído, não tenho certeza, as zonas industriais de Macieira de Sarnes e Pinheiro da Bemposta, em que anos anteriores é zero e a estimativa para 2021, é zero, e a estimativa para 2022, 25.000,00€. Creio que, estes 25.000,00€, foram colocados aqui só para sinalizar o investimento. Na zona industrial de Oliveira de Azeméis sim, em anos anteriores, zero; Estimativa para 2021, 349.000,00€; Em 2022, 200.000,00€. Na zona industrial da Costa Má, que é uma promessa que o Senhor Presidente já veio aqui bastas vezes, em anos anteriores, zero; Não tem nenhum investimento na Costa Má, Senhor Presidente. Mas, a perspetiva para 2021, também é zero. Para 2022 e seguintes: são 25.000,00€, está sinalizado. O que é que nós podemos concluir daqui? Que, de facto, Senhor Presidente, há uma falta de arrojo ao nível do investimento e conseqüente perda de competitividade. Esse investimento que urge, do nosso ponto de vista, é mais prioritário do que o seguido por este executivo do investimento brutal e, na nossa perspetiva, intempestivo nos imóveis e equipamentos públicos sediados na sede de concelho, permite reforçar a competitividade territorial e promover a atração e fixação de empresas no nosso concelho, favorecendo um desenvolvimento mais equilibrado do tecido produtivo e social. Uma nota breve: no mandato anterior nós tínhamos aprovado 1,1 milhões de euros para a zona industrial. Ou seja, quase 30% daquilo que o município pretendia investir como medida Covid. 1,1 milhões de euros era para a zona industrial. Na altura, sei que nós tivemos aqui uma intervenção, não compreendíamos o motivo

por que é que o investimento na zona industrial era uma medida covid, mas congratulamo-nos no sentido de ela ser implementada. Na altura eu pensei que até fosse uma medida Plus, ou seja, um investimento adicional àquele que estaria previsto. Também, por aí, não aconteceu. As situações das nossas zonas industriais com consequente impacto negativo relevantes na economia e no emprego, na coesão social e empresarial local e o alarme social criado, devido a posições de vários empresários na comunicação social, o município, Senhor Presidente, tem obrigação de reconhecer a necessidade de serem adaptadas medidas excepcionais e temporárias de emergência social e económica municipal, para além das que já realiza, de mitigação da crise social e económica, visando claramente minimizar os efeitos que a situação concreta podendo provocar a falta de investimento do nosso concelho e a deslocalização para concelhos vizinhos. Os empresários, Senhor Presidente, vão dizendo “o presidente da Câmara fica mal na fotografia” e insistem que a Câmara Municipal tem que ter capacidade para acompanhar a dinâmica dos nossos empresários, não pode haver investidores que construíram as suas fabricas numa zona industrial que não tem acesso capaz, é inaceitável. A Câmara invoca várias dificuldades na execução da obra, dizem assim acreditar que será a justificação, mas isso não é sua responsabilidade. Assume incapacidade para fazer obras num acesso à zona industrial, muito mau. Azeméis é indústria, tem empresários empreendedores, geradores de empregos, riqueza e impostos. Esta última afirmação, não é minha, são dos empresários oliveirenses. Muito obrigado. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Rudolfo Rodrigues**, do CH. =====*

===== Boa tarde. Cumprimento todos na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia. Nos últimos tempos temos assistido, em alguns lugares do nosso concelho, a situações que só podemos catalogar de verdadeiros atentados ambientais. Mais grave, é saber que a autarquia é um dos principais prevaricadores. Dou como exemplo, o caso dos entulhos depositados na Mina do Pintor, em Nogueira do Cravo, entulhos esses provenientes de obras públicas realizados no concelho e são constituídos por telhas de amianto, blocos de alcatrão e outros. Após a colocação destes entulhos nocivos ao ambiente, nomeadamente aos cursos de água existentes na zona, assistimos ao respaldo desses mesmos entulhos e não à sua separação, para posterior reciclagem, como seria espectável. Na casa das Mina do Pintor, está o estaleiro ao ar livre há quase um ano. Quer dizer, o provisório torna-se definitivo. Outro exemplo: aconteceu mais recentemente no Caminho do Paço Velho, onde podemos constatar depósito de entulho de obras provenientes do cemitério, lápides partidas, latas de tinta cheias e abertas, estando algumas a verter para o solo e a contaminar o solo, e também diversos materiais têxteis provenientes de eventos organizados pela autarquia. Assim, face ao exposto, o CHEGA vem aqui pedir três coisas muito simples: Primeiro - requerer ao executivo camarário que faculte a esta Assembleia os documentos existentes que autorizem este depósito de entulho, se houver; Segundo - que informe, por que

motivo foi terraplanado e levantado o entulho existente na Mina do Pintor; Terceiro - pretendemos o acesso, caso haja, aos documentos que comprovem o encaminhamento dos resíduos para os centros autorizados de reciclagem. Muito obrigado. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **José Santos**, Presidente da Junta de Freguesia de Ossela. =====*

===== Boa tarde, a todos. Os meus cumprimentos à Mesa, ao Senhor Presidente da Câmara e aos Senhores Vereadores, aos elementos desta Assembleia, aos meus colegas presidentes de Junta, à comunicação social, ao público e a todos que nos veem em casa. O que me trás aqui é uma coisa muito simples: Eu tive conhecimento que está a decorrer até 15 de abril uma candidatura a um fundo ambiental com a denominação “Condomínio Ambiental de Aldeias”, programa integrado no apoio às aldeias localizadas em território de floresta. Não tive oportunidade de ler o documento todo. Embora, na parte do aviso, consegui ver que possivelmente terá interesse para a nossa comunidade e em particular para Ossela. Penso que o Senhor Presidente já terá conhecimento deste apoio do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência). E gostaria de saber o que o Senhor Presidente pensa fazer? Se já está a fazer alguma coisa? Porque a freguesia de Ossela é a única, deste nosso concelho, que cumpre todos os requisitos para essa candidatura. Por isso, estamos prontos a dar toda a colaboração que seja necessária ao executivo, para podermos ter alguma coisa a nosso bem. Porque a nossa massa florestal é muito grande e a nossa população sofre também com isso. Muito obrigado. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Bruno Costa**, do PS. =====*

===== Boa tarde. Na pessoa do Senhor Presidente cumprimento todos os presentes e a quem nos vê e ouve lá em casa. No passado dia 7 deste mês abriu o centro de vacinação Covid de Oliveira de Azeméis, na Casa das Coletividades em Nogueira do Cravo, dando uma resposta a uma necessidade em tempo e local, o nosso ACES, entendeu como melhor. Desde o início da pandemia, em março de 2020, que a autarquia se manteve firme e coerente numa estrita ligação com as autoridades de saúde. Mais do que atitudes desabridas, populismo, ou vaidade a postura foi de cooperação e muita responsabilidade nas decisões mesmo quando, ao longo de todo este processo, por vários momentos, se procurou municipalizar a pandemia. O passar do tempo e os resultados, são também, para esses, a melhor resposta. E há condições que se tornaram evidentes. A importância da flexibilidade, serenidade e comunicação entre instituições garante melhor resposta perante as incertezas. Objetivos comuns antecipam problemas e geram melhores resultados. O combate à Covid foi todo ele, não só no nosso território, um processo em harmónio, adaptar condições às necessidades. A politização cria ruído ao invés de sinergias e foi em todo

este processo perfeitamente dispensável. O papel das autoridades passa por identificar e priorizar respostas. É a política da visão em detrimento da política da reação. Neste momento, gradualmente, entramos numa nova fase, diminuindo restrições e retomando cada vez mais uma normalidade que quase esquecemos. Sabemos todos que a prudência obriga a uma atenção continua e por isso não há precipitação em decretar o seu fim. Há, no entanto, qualquer que seja o cenário, lições que podemos retirar de todos estes meses. A importância e a centralidade que o espaço público ganhou: a procura por espaços públicos de conforto que reforcem a qualidade de vida das pessoas e lhes permitam uma maior imersividade com esses espaços; a importância e a necessidade de ar livre e atividade física; a procura por espaços verdes. Os muitos movimentos que têm surgido a exigir esses espaços e aumento das suas áreas, sobretudo para uso intensivo. É por isso que recuperar desta pandemia significa continuar a olhar para o que precisamos de fazer e, nesse sentido, a notícia do lançamento a concurso do parque urbano, só reforça uma necessidade que hoje, por força de razão, se sente ainda mais. Antes desta pandemia, o parque urbano era para alguns uma excentricidade. Este contexto de emergência tornou-o essencial, evidenciando que os espaços verdes são importantes às populações, principalmente nos centros urbanos. Foi esta visão, questionada pela oposição na altura, que nos permitiu antecipar um futuro que já o deveria ter sido no passado. Também procuramos mostrar que estávamos no caminho certo, com o tempo que as opções exigem e os passos que elas precisam. Adquirimos o terreno com total transparência. Encontramos formas de o financiar sem onerar as finanças do município. Antes do final deste mandato estará pago, quase sem nos ter apercebido, sem termos condicionado investimentos e reforçando património do município. Iniciamos a preparação do seu projeto para aquele espaço que pretendíamos, da visão que tínhamos para uma cidade precisa de centralidade e de capacidade para gerar dinâmicas. Procuramos perceber as respostas que exigem os cidadãos e que, neste caso em particular, a pandemia salientou ainda mais. Com o lançamento do concurso continuamos este caminho, esperando cada vez mais que o parque urbano seja uma realidade que sirva a nossa população, bem como as populações dos concelhos vizinhos, melhorando não só as condições de vida e possibilitando também captar mais pessoas valorizando o nosso território. Faremos este investimento, mais uma vez, com toda a transparência e consciência de recursos, mostrando afinal que a boa gestão gera mais investimento. Passo a passo, com serenidade, vamos dando corpo aos nossos compromissos. Isso faz toda a diferença. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **José Queirós**, Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro. =====*

===== Boa tarde, a todos. Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, senhores deputados da Assembleia, comunicação social, público aqui presente e todos aqueles que, nos seguem, lá em casa, através da Azeméis TV.

Não venho aqui falar das obras da Área de Acolhimento Empresarial de Loureio nem da Travessa da Moura. Essas já foram sobejamente debatidas. E creio que estarão perto da sua conclusão e, naturalmente, é para mim uma grande satisfação, enquanto Presidente da Junta e loureirense. Também gostava que essas obras já estivessem concluídas, naturalmente. Mas, mais importante do que isso é saber que vai acontecer muito brevemente e vamos aliviar alguns constrangimentos e devolver às empresas ali instaladas alguma dignidade que merecem. E vamos também, de certa forma, dizer obrigado a todos os empresários que fizeram a escolha de ali se instalarem, apesar das condições não serem as melhores, e naturalmente beneficiar todos os que ali se deslocam. O que hoje quero dizer ao Senhor Presidente e a esta Assembleia, é que na rua Almas da Moura, que é uma rua onde a Travessa da Moura, que está neste momento a ser requalificada, vai entroncar e serve um conjunto de empresas das quais permito-me destacar, a NOVARROZ e a MOLDIT, por serem as primeiras empresas instaladas naquela zona há cerca de 40 e 30 anos, respetivamente. Duas empresas exportadoras que dão trabalho a cerca de 400 pessoas. E que terão uma faturação na ordem dos 48 milhões de euros/ano. Dar nota de que quando falo só destas duas empresas é sobretudo pelo tempo que já ali estão instaladas, muito embora todas as outras, maiores ou menores, me merecem a mesma consideração. O que venho hoje aqui pedir Senhor Presidente, é que tenha em atenção o acesso a este conjunto de empresas, pois está muito degradado e causa transtorno a todos os que tem que utilizar aquela estrada no seu dia-a-dia. E causa ainda uma má impressão a todos os clientes que os visitam, sobretudo os clientes estrangeiros que não estarão certamente habituados a ver empresas instaladas com estas condições de acesso. É urgente fazermos um encaminhamento de águas pluviais e proceder à requalificação do piso. Estas empresas merecem certamente que olhemos para elas com olhos que sabem ver. É isso que venho pedir. E é disso que se trata. Mas, como julgo ser imperioso resolver esta situação, espero que este pedido seja levado em consideração muito brevemente. Muito obrigado. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Bruno Aragão**, do PS. =====*

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Sintam-se todos cumprimentados, na sua pessoa, como habitualmente. O melhor predictor do comportamento futuro é certamente sempre o comportamento passado porque as pessoas têm de facto tendência a agir como sempre agiram, esta Assembleia é claramente a prova disso. E por isso mesmo preparei, porque antecipava que fosse esse o tema, uma reflexão séria sobre zonas industriais. De facto, o melhor predictor do comportamento futuro é sempre o comportamento passado. Não peçam ao Partido Socialista que faça na situação aquilo que nós sempre dissemos que não faríamos, que era embarcarmos num discurso laudatório que só vê virtualidades, mas também não nos peçam que admitamos agora que um conjunto de pessoas responsáveis por problemas seríssimos que ainda hoje temos de lidar

e não devíamos, se façam hoje de esquecidas das razões que nos trouxeram precisamente à discussão dos problemas que estamos a enfrentar. E dou um exemplo simples, que toda a gente percebe, e tive já oportunidade de noutros fóruns de o dar também como exemplo do que são as debilidades que ainda temos que enfrentar, bem podemos falar em 5G, indústrias 4.0, sociedade 5.0. Há muitos municípios que já estão nessa fase, e bem. Nós estamos ainda nas necessidades 1.0. Nós temos zonas industriais sem água, sem saneamento, sem ETARS, sem vias de acesso. Não sei se as pessoas têm noção disto? Nós estamos na terceira década do século XXI. Portanto, não peçam agora para virmos fazer estes exercícios de dizer: Senhor Presidente da Câmara, que vergonha aquilo que está a acontecer nas zonas industriais. Porque isso é a política da ferida. A gente encontra a ferida; Chega lá, escarafuncha, escarafuncha até doer; Esquecendo por completo o que é que a gerou. Mas é isso que devemos mesmo recordar e é isso que vamos fazer. Porque é isso que também nos permite encontrar as soluções para os problemas que este município enfrenta. Porque somos um concelho com muitos desafios. E as circunstâncias do presente, como veremos, aliás, ao longo da ordem de trabalhos desta Assembleia, somamos muitos problemas do passado que não resolvemos. Isto é um facto, mesmo que procurem ignorar até ao limite. E é esta dupla realidade que nos torna num caso muito particular e que torna de facto a nossa gestão muito exigente. Dissemos muitas vezes, e os acontecimentos têm-nos dado razão, que esperávamos o tempo em que pudéssemos discutir obras e não dívidas: Aí está. Esperávamos o tempo em que pudéssemos assumir as nossas opções e mostrar que, quando se é responsável pela gestão e quando se faz gestão de forma séria, todos os assuntos podem ser discutidos com franqueza, até este que aparentemente podia ser difícil para nós. Não, não é. Façamo-lo portanto, e discutamos aqui, com possibilidade de debate, mas uma coisa que é fundamental em política de contraditória, de esclarecimento direto sobre investimentos que estamos a fazer e que temos ainda que continuar a fazer nas nossas zonas industriais. Primeiro ponto: Porque o temos que fazer? A resposta é simples: porque não o fizemos, de facto, no tempo certo. Segundo ponto: porque se discutem hoje com esta acutilância? Porque se estão a fazer, também é um facto. E finalmente há obras para falar, para criticar e até, em alguns casos, para se fingir que não se conhece o histórico. Mas isso fica à consciência de cada um. Em 2020, à semelhança de muitos municípios, Oliveira de Azeméis apresentou um conjunto de medidas, para iniciar a partir de 2021, referentes às zonas industriais. Nessa altura, como explicamos, mostramos a importância de acompanhar o que seria a recuperação económica e, para ela, a necessidade de ultrapassar necessidades que no concelho a pudessem limitar. Não há dúvidas, até para atenção que hoje estão a ter de que esta assembleia é, aliás, um bom exemplo, que as zonas industriais, a qualidade do espaço industrial, a necessidade desse espaço, os acessos são hoje assuntos com uma necessidade por todos. Nem sempre foi assim. E aqui vamos por pontos: em primeiro lugar: a diminuição de espaços industriais a que no último PDM assistimos. Alguns desses espaços foram até elencados pelo meu colega Fernando Pais. Desafio-o a ver o que aconteceu no último PDM, em relação a quase todos eles. A necessidade de qualificar e melhorar a zona industrial de Oliveira de Azeméis,

o maior parque industrial do concelho que, como em muitos casos do país, é bastante anterior aos instrumentos de ordenamento do território. E veja-se neste caso particular, quais foram as opções de gestão do município nos últimos anos: será fácil de perceber, se o fizermos com seriedade, porque estamos hoje a fazer pela primeira vez, em muitos anos, uma intervenção de maior fundo que lhe possa dar, dentro das suas contingências, outra qualidade. Aliás, recorde-se aqui também um exemplo, que é o seu próprio acesso. E já não vamos falar das vias estruturantes que é para não complicar. Falemos apenas da antiga EN1 que, aliás, hoje também já foi aqui referida, que é o grande acesso ao maior parque industrial do concelho: Que intervenções de fundo teve, desde que passou a camararia? Teve apenas, em 2021, uma intervenção de fundo, 2021. Não só na qualidade da via, mas nas infraestruturas silenciosas que há muito deveriam ter sido feitas. O que é curioso neste caso, não é apenas a ausência completa de investimento durante anos, foi a sua não priorização mesmo quando o município recebeu o envelope financeiro para a sua requalificação integral quando a estrada foi municipalizada. Penso por exemplo, no Zé da Curva e na complicação que foi durante anos como se fosse um grande problema e que, afinal, se conseguiu resolver com muito mais facilidade. Por fim, a Área de Acolhimento Empresarial Ul/Loureiro, discutindo abertamente as polémicas das últimas semanas e os constrangimentos efetivos que aquelas obras têm gerado. Porque têm gerado esta discussão? Porque se estão de facto a fazer. E o silêncio anterior? Foi porque as coisas estavam, como sempre estiveram, absolutamente paradas. Sempre aprendi em política que, a melhor forma, Senhor Presidente, de não ter problemas, é mesmo não fazer nada. E porque são impactantes estes constrangimentos? Porque de facto é substancial a sua intervenção. Mas não deixa de ser curioso que aqui já falamos e bem, várias vezes, dos empresários mas ainda não ouvi falar-se das pessoas que durante anos tiveram que conviver com vias de acesso, que não são vias de acesso, porque a deslocação para aquela zona passa mesmo por aglomerado populacional. E a questão é porque é que discutimos isto agora? Porque é que discutimos agora? É uma zona industrial que foi apresentada há muitos anos, no tempo de outros novos horizontes, como uma grande nova novidade para o concelho de Oliveira de Azeméis. Porque nunca cuidamos de facto esta questão de fazer no tempo certo aquilo que devíamos ter feito. E, reparem, podíamos falar do Business Center e da forma como foi inaugurado e do estado em que imediatamente ficou. Podíamos falar do processo de expropriação e das condenações que o município sofreu. Podíamos falar do que foi o seu custo inicial e final. Podíamos falar da média tensão, das redes de água e saneamento que deveria ter, da ETAR Podíamos falar dos contornos do famoso investimento chinês. Podíamos falar do processo de venda de terrenos e do seu regulamento posterior. Podíamos falar de tudo isto mas, de facto, não vale a pena. Mas falamos das obras em curso que estão a acontecer e que vão melhorar substancialmente o acesso aquela área de acolhimento, facilitando o trabalho das empresas e diminuindo o impacto sobre as populações. E, aqui, mais uma vez, Senhor Presidente, entra aquilo que alguém na situação deve fazer. Porque a política da ferida é falar apenas das obras que estão em curso. Mas nós temos que falar muito mais que isso. É que esta solução não vai responder de

facto ao que tem de ser os acessos diretos e de outra envergadura que aquela zona industrial precisa. E porque é que somos nós a falar disto? Porque enquanto não há obra e os constrangimentos que ela gera, certamente, não vão ser os responsáveis por elas não existirem que vão falar delas. Para nós é fundamental concluir as obras que estão em curso, mas não podemos deixar de exigir ao Governo e às Infraestruturas de Portugal soluções para acessos completamente diferentes e, aí sim, muito mais competitivos para aquela zona industrial. É inegável a sua importância. E é inegável que estamos mesmo a resolver um problema. Por isso, Senhor Presidente, peço-lhe mais uma vez, porque aparentemente as suas explicações claras na primeira intervenção não foram suficientes, que volte a explicar aquilo que está a acontecer. Sem nunca esquecermos que neste processo, como noutros, há uma verdade que nós devemos sempre dizer: não nos peçam, não nos peçam mesmo, porque fomos profundamente marcados por isso e o concelho também, para dizer que vamos fazer em quatro, ou oito, ou até em doze anos - E reparam no horizonte temporal que estamos a falar - aquilo que não é possível fazer em menos. Não vamos recuperar muitos dos problemas deste município em muito menos tempo que isso. E teremos tempo, na ordem de trabalhos, de voltar a este ponto. Talvez depois disto, aqueles para quem tudo estava bem, possam abandonar o tom desajustado com que falavam destes processos ou, pelo menos, possam dar o benefício da dúvida que os investimentos que estão a acontecer impõem mesmo com muitas das dificuldades que dois anos de pandemia, que a destruturação dos mercados internacionais trazem também para estas questões. E termino, Senhor Presidente, se me permite, apenas com uma explicação, porque é muito pertinente, sobre o IC 2, porque o assumi, absteve-me na Assembleia da República, no que foi o processo que outros partidos apresentaram sobre o IC2. Porque, mais uma vez, levo com total seriedade aquilo que faço. Não me peçam para fazer o trabalho simples, para evitar ter que explicar os comportamentos que tenho. É muito simples, o meu voto de abstenção, e agradeço essa oportunidade: Não me peçam para propor ao Governo, qualquer que ele seja, ou à Câmara Municipal, - e vamos ter aqui também oportunidade de falar de outros exemplos, para fazer aquilo que já está previsto e, sobretudo, que não olhe para este município como uma ilha. O IC2 tem problema sérios. Não é só na freguesia do Pinheiro da Bemposta. Há uma intervenção prevista, tivemos essa comunicação, todos os deputados tiveram essa comunicação, está prevista para 2022. Aquilo que nós devemos exigir e cá estaremos para o fazer sem problema nenhum, é que de facto no tempo em que está calendarizada ela possa acontecer. Uma coisa nos obriga e nos impõe, é quando há um calendário para um conjunto de obras e nós entendemos ou quem gere entende alterar esse calendário, nunca nos podemos esquecer é que alguma coisa está a ser preterida. Parto do princípio, com total transparência, de que quando as Infraestruturas de Portugal quando fazem um calendário priorizam obras que podem ser ainda mais prementes e mais relevantes do que aquela, mesmo que aquela para mim, também como morador dessa união de freguesias, seja prioritária. Aquilo que nós devemos exigir, e cá estaremos para isso, é que no final de 2022 as Infraestruturas de Portugal possam mesmo ter feito essa requalificação. Mas não é só em Oliveira de Azeméis porque não é isso que está previsto,

porque nós também não chegamos a Oliveira de Azeméis sem ser pelo IC2, portanto, é num espetro um bocadinho mais alargado. Obrigado.=====

===== *Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal.***=====

===== *Muito obrigado, Senhor Presidente, vou tentar ser breve. Em relação à intervenção do deputado Fernando Pais: Mais uma vez vou repetir aquilo que sempre disse, nós não perdemos um único cêntimo de fundos comunitários. Não aconteceu isso no passado. Não acontece no presente. E esperamos que não venha a acontecer no futuro. Não podemos ir a todas, porque não temos condições de elegibilidade para ir a algumas dessas candidaturas. Eu não disse, que nós não tínhamos necessidade deste tipo de intervenções no nosso território. Não foi nada disso que eu disse. O Senhor interpretou abusivamente aquilo que eu disse. Eu disse que nós, sempre que fosse possível, concorriamos a todas as candidaturas, conforme eu já tive oportunidade de explicar, tínhamos uma candidatura a decorrer para essa zona industrial (Área de Acolhimento Empresarial UI/Loureiro). E para essas candidaturas é preciso ter condições de elegibilidade, nomeadamente declarações de impacto ambiental e estudos de impacto ambiental feitos, avaliados, e decididos pela Comissão Coordenação de Desenvolvimento Regional do Norte. Deixe-me dizer-lhe que, nós prevemos ter o nosso estudo de impacto ambiental, que é determinante para candidaturas de zonas industriais, aprovado apenas em abril de 2022. Está na Comissão de Coordenação Regional do Norte há muitos meses. E previsivelmente, esta é a data que apontam, para abril de 2022 termos o nosso estudo de impacto ambiental aprovado. Dizer-lhe também que esse investimento do parque industrial do Casarão e muitos outros que acontecem no país, não quero estar a particularizar com nenhum investimento específico em dado município, acontece quando se reúnem condições para que eles aconteçam. Portanto, referiu aqui exatamente os aspetos da comunidade energética, das ilhas energéticas, da auto produção e do armazenamento, dos três milhões de euros para postos de carregamentos elétricos. Portanto, têm que ser criadas essas condições ou existir essas condições para que seja possível aceder a esses investimentos. É isso que estamos a fazer. O Plano Recuperação e Resiliência não terminou. Aliás, o Plano de Recuperação e Resiliência está arrancar. E aquilo que esperamos é que, novos avisos para candidaturas a zonas industriais permitam resolver aquilo que nós consideramos que é mais premente. Não querendo com isso dizer que, aquilo que é mais premente estanque todas as necessidades que nós temos. Claramente todos nós estamos de acordo que aquilo que importa resolver na Área de Acolhimento Empresarial de UI/Loureiro e também noutras de áreas de acolhimento. Aliá, o Senhor Presidente da Junta de Loureiro referiu aqui um aspeto muito simples, quase que adquirido na maior parte dos territórios, que é o simples asfaltamento das vias e encaminhamento das águas pluviais para satisfazer necessidades básicas dos empresários. Portanto, aquilo que são as prioridades em termos da Área de Acolhimento Empresarial de*

Ul/Loureiro, é a criação de um acesso digno à Área de Acolhimento Empresarial de Ul/Loureiro através da Estrada Nacional 224 e, naturalmente, as questões que se prendem com a rede de águas residuais. Portanto, estas são duas prioridades importantes. Não querendo eu com isto dizer, para que não hajam interpretações abusivas, que não existem outras prioridades nas nossas áreas de acolhimento. O Senhor praticamente discutiu aqui o Orçamento e o Plano Plurianual de Investimentos; referiu aqui um conjunto de investimentos nas áreas de acolhimento empresarial. Sendo dessa região sabe que foi lançado a concurso a requalificação da zona industrial do Nordeste - Cesar/ Carregosa/ Fajões e também a zona industrial de Nogueira do Cravo/Pindelo, duas zonas industriais que estão num estado deplorável, e que o concurso ficou deserto. Aquilo que importa referir-lhe, é que mais que elencar aquilo que foi feito e aquilo que ficou por fazer, é aquilo que se prevê investir nos próximos quatro anos. Portanto, o rigor leva-nos a dizer que estão previstos no nosso Orçamento 12 milhões de euros de investimentos nas nossas áreas de acolhimento empresarial. Claro que o investimento mais substancial, porque essa é absolutamente estratégica para o concelho, é na Área de Acolhimento Empresarial de Ul/Loureiro onde temos previstos 9,5 milhões de euros, mas temos também a zona industrial de Costa Má/ S. Roque e as requalificações que referiu: zona industrial do Nordeste, zona industrial de Nogueira do Cravo/Pindelo e, naturalmente, das questões que se prendem com a criação de novas zonas acolhimento e a expansão das atuais. Mas, deixe-me que lhe diga que, soma-se, a este investimento previsto de 12 milhões de euros na requalificação dos nossos espaços de acolhimento empresarial, também a redução da taxa do IMI, que é um fator de competitividade importante, a criação de duas respostas no domínio do empreendedorismo, com o valor global anual de meio milhão de euros, venham daí projetos para serem apoiados porque existe o instrumento financeiro para o fazer, a isenção das taxas de licenciamento urbanístico para as empresas que se instalarem no concelho. Tem aqui um conjunto de aspetos que são fundamentais para atrair investimento para o nosso concelho e, certamente, outros seguirão, havendo oportunidade para o fazer. Mas, deixe-me que lhe diga o seguinte: tenho alguma dificuldade, sinceramente, em perceber expressões - sei que elas são também, de certa forma, ditas com alguma espontaneidade e muitas vezes sem o necessário rigor: “que há uma falta completa de arrojo, em termos de investimento.” Foi uma coisa deste género, que disse. Nós temos tido evoluções absolutamente substanciais, de ano para ano, em termos de matéria de investimento. Isso é reconhecido pelos oliveirenses. Isso manifesta-se naturalmente nos apoios inequívocos que os oliveirenses deram a este projeto de desenvolvimento para o nosso concelho. E naturalmente que, se os oliveirenses sentirem que não existe o investimento que ambicionam, certamente que saberão penalizar. Portanto, dizer-lhe que discordo dessa falta de arrojo. Nós estamos a falar de um investimento, para o ano 2022, de 26 milhões de euros. Eu convido-o a visitar os orçamentos dos municípios da região, para perceber a importância e o arrojo deste montante. Agora, é evidente, já aqui foi dito, e eu estou absolutamente de acordo com isso, é importante é que nós passemos de taxas de execução de 40% para 60 ou 70%. As taxas de execução de 80% são fantásticas, mas muito difíceis de atingir pelos

municípios. Mas aquilo que importa é que efetivamente melhoremos todos os anos o investimento que vamos fazendo, a capacidade que temos para concretizar aquilo que nos propomos fazer. Em relação à intervenção do senhor deputado Rudolfo, dizer-lhe o seguinte: Eu desconheço essa questão das Minas do Pintor, de terraplanagem e de esconder entulho, manutenção do estaleiro. Não sei a que é que se está a referir? Mas, depois, terei oportunidade de falar consigo e de perceber exatamente do que é que está a falar. Nós temos efetivamente um problema sério no nosso concelho. Nós temos, infelizmente, uma deposição indevida de resíduos de construção e demolição um pouco por todo concelho. É evidente que é muito difícil detetar essas situações, porque não feitas à luz do dia. São crimes que são cometidos no escondido da noite. Aquilo que esperamos é que através da qualificação e da formação das pessoas e também, naturalmente, através de uma fiscalização seguramente mais agressiva e mais penalizadora, estas práticas vão sendo erradicadas. Em relação ao caso concreto do município de Oliveira de Azeméis, os exemplos que se refere, refere-se à nossa estação de tratamento de água, onde temos um local há muitos anos que é um local onde são depositadas, de forma transitória, os tais resíduos que se vão recolhendo e que são deixados indevidamente quer nos ecopontos, quer nos contentores. Se visitou aquilo percebe que aquilo não é uma montanha de lixo, conforme foi possibilitado. Aquilo que acontece é que o lixo é encaminhado para ali, é separado, e depois encaminhado para os destinos convenientes. Os vestígios de tecidos são dos espantalhos que estavam no salão nobre e os que não foram aproveitados foram para lá encaminhados conjuntamente com latas de tinta que lá estavam, e por isso é que estamos a separar os plásticos e o metal, conjuntamente com objetos plásticos, para depois lhes dar o devido encaminhamento. Não existem documento que autorizem a deposição dos resíduos nas instalações. A Câmara pode fazê-lo. Aliás, deve fazê-lo, deve recolhe-los da via pública e dar o devido encaminhamento. Em relação aos documentos para encaminhamento e tratamento pelas empresas certificadas, eu depois far-lhe-ei chegar esses documentos que solicitou. Em relação à intervenção do senhor presidente de Junta de Ossela, José Santos: Eu, sinceramente, não sei, vou tomar como boa as suas palavras. Não sei se a Freguesia de Ossela é a única que se enquadra no Aviso com domínio “Aldeia”. É um Aviso muito orientado para o mundo rural, para a ruralidade do território. Julgo que há outras freguesias no nosso concelho que poderão ser eventualmente enquadráveis. É um aviso de 17,5 milhões de euros que nós estamos a estudar. Procurando honrar aquilo que acabei de dizer: que não deixamos que nenhum cêntimo passível de ser utilizado, o seja. Estamos a trabalhar nessa candidatura, não apenas, sinceramente, para a freguesia de Ossela, mas para as freguesias que no nosso território tiverem condições de elegibilidade. Em relação à intervenção do senhor deputado Bruno Costa, sobre o Parque Urbano: Não tenho nada de especial a acrescentar. É evidente que estes espaços hoje, mais do que nunca, por força da pandemia que vivemos ainda, são espaços importantes. Já falamos aqui sobejamente sobre a importância desses espaços. Também já tivemos oportunidade de falar sobre as divergências de opinião, em relação à importância estratégica deste investimento. Julgo que não faz sentido estar a fazê-lo aqui de novo. Para mim, que acredito

piamente nesta resposta e que acho que ela vai ter uma ampla utilização, acho que é uma resposta importantíssima para a qualidade de vida dos oliveirenses e para a própria cidade. É naturalmente com muito regozijo e satisfação que vejo este concurso a ser lançado no valor de 4,6 milhões de euros, para criarmos ali um parque urbano. Que já existe em muitas cidades do nosso país e que tem tido grande sucesso, porque naturalmente é grande a apetência da população por este tipo de espaços de lazer. Em relação da intervenção do senhor presidente de Junta de Freguesia de Loureiro, José Queirós: Completamente de acordo. Quer dizer, não há como esconder esta situação, a rua tem um estado miserável como muitas ruas que servem espaços industriais. Isto é, digamos, ao fim ao cabo, o diagnóstico mais fácil que conseguimos fazer. Não se chega a este estado de um dia para o outro. Chega-se a este estado porque, efetivamente, durante muitos anos nunca se fez rigorosamente nenhum investimento nos nossos espaços de acolhimento empresarial nem nas vias que o servem. Foi o senhor que o disse, caracterizou isso de forma exemplar quando diz que há vinte anos que não se faz nada ali naquelas vias. Portanto, aquelas vias estão assim há muitos anos. Fizemos o alargamento na zona da Capela de Adães, que era um constrangimento enorme que existia naquela zona. Essa via faz parte da candidatura que nós temos para a expansão da área de acolhimento empresarial que eu falei há pouco. Essa via precisa para além do encaminhamento das águas pluviais de outras infraestruturas básica que não tem. Não tem passeios, não tem baías de estacionamento, não tem saneamento e, portanto, essas infraestruturas básicas têm que ser feitas. É importante que sejam feitas. Inteiramente de acordo, não só a Moldit ou a Novarroz, portanto, todas aquelas empresas que utilizam diariamente aquela via, mas também todas as outras empresas de outras zonas que, também, não estando ali localizadas, utilizam essa via para circular. Inteiramente de acordo. É uma via que precisa de ser requalificada. Temos o perfil da via definido. Sabemos aquilo que é necessário fazer. Vamos ver se, muito rapidamente, conseguimos resolver essa situação dotando a via de infraestruturas. Estamos a procurar, por muito penoso que seja em termos de exigência financeira, fazer intervenções que fiquem para o futuro. Seria relativamente simples pavimentar aquilo. E, portanto, melhorar as condições de transitabilidade mantendo tudo aquilo que existe. Julgo que não é isso que se pretende. Aquilo que se pretende é que aquela via seja uma via estruturante para outros investimentos e uma via que permita atrair outros investimentos para aquela zona. E portanto, fica aqui o meu compromisso de, consigo, procurarmos encontrar uma solução para aquele problema. Que está estudado e que está equacionado resolver. =====

*===== O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal - Senhor Amaro Simões**, anunciou o tempo utilizado pelos Grupos Municipais: o PS utilizou 27 minutos e 24 segundos; o PSD utilizou 23 minutos e 45 segundos; o B.E. utilizou 2 minutos e 17 segundos; o CH utilizou 1 minuto e 55 segundos; os restantes Grupos Municipais, não usaram da palavra. =====*

*===== **PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 22º DO REGIMENTO)** =====*

===== *Seguindo os trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu início ao Período da Ordem do Dia.*=====

=====**Ponto um:** *Ata nº 02, Sessão da Assembleia Municipal de 06-12-2021 - Aprovação;*==

===== *Presente para aprovação a ata n.º 02 - Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 06 de dezembro de 2021* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Colocada à votação a ata n.º 02 - Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 06 de dezembro de 2021, foi aprovada, por unanimidade, não tendo participado na análise e votação deste ponto os Membros da Assembleia que não estiveram presentes na Sessão a que ela respeita, por força do nº 3, art.º 34º do Código do Procedimento Administrativo.* =====

=====**Ponto dois:** *- Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município - Apreciação;* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentado um “dossier” exaustivo dando a conhecer todas as atividades realizadas pela Câmara Municipal, assim como a situação financeira do Município.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Estamos a submeter à vossa apreciação uma informação escrita sobre a situação financeira do Município, reportada à execução de 15 de fevereiro, para dar cumprimento ao artigo 35º, nº 1, alínea y) da Lei 75/20213.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se os pedidos de José Ribeiro, Fernando Pais e Bruno Aragão.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao deputado **José Ribeiro**, do PS.* =====

===== *Excelentíssimo Senhor Presidente, Senhores deputados e Presidentes de Junta, membros do executivo, comunicação social e público, presente e online. Na informação escrita disponibilizada pela Câmara Municipal, e que decorre de exigência legal, podemos acompanhar*

a atividade e a gestão municipal, para além dos momentos de apresentação de contas ou mesmo de discussão do orçamento. Como o fizemos tantas vezes na oposição, acompanhar o contencioso em que o município está envolvido é, pelas muitas razões e conhecidas razões, relevante para podermos compreender o espaço que temos, as opções que fazemos e as suas consequências. Temos toda a consciência dos processos sérios em que o município se tem envolvido, dos vários processos em que no último mandato foi condenado, por erradas opções do passado. Condenações que oneram, para além da imagem, a capacidade financeira do município. Infelizmente, temos de continuar a falar do passado, não porque gostemos de o invocar, mas sim, por que esse passado nos continua a entrar, todos os dias, pelo presente adentro. Apreciamos neste ponto, um resumo de 8 páginas elaborado pela Unidade Municipal de Assuntos Jurídicos e de Contencioso com mais de 40 processos que, num cenário adverso, podem ascender, pelas minhas contas, a condenações superiores a 5.700.000,00€, sem considerar aqui juros ou custas judiciais que ascendem, tantas vezes, a valores pesados. Estamos a falar de mais de 10% do orçamento deste ano e quase 1/4 das despesas de capital previstas, e que dos vários impactos que pode trazer, tem pelo menos um já direto e por força da lei, que são as provisões para perdas, que obrigam o município a reter uma verba avultada, por conta destes processos. Processos como o da Via do Nordeste, a Oliprojeta, a Área de Acolhimento Empresarial Ul/Loureiro, entre outros..., feitos nas condições que hoje ninguém pode negar, desrespeitando muitas vezes os trâmites legais e os procedimentos concursais, arrastam agora o município neste rol de processos em que pelo menos uma pena já é certa: a condenação política e a degradação do bom nome do município na praça pública, por via de tais práticas. Senhor Presidente, a questão que lhe coloco, é de como estão estes processos ou a maioria deles, em termos de evolução, e qual a perspetiva que tem da sua decisão. E que informação pode detalhar sobre a sua conclusão. Muito obrigado. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta à intervenção anterior. =====*

===== Vou tomar como boa a sua soma dos 5.7 milhões de euros e do número de processos. Estar aqui a explicar a situação destes processos em termos de decisão, é uma tarefa muito complicada. Mas, é efetivamente uma situação penosa para nós, até em termos de planeamento do orçamento municipal. No último mandato nós tivemos condenações de mais de 2 milhões de euros. Portanto, isto é extremamente exigente, como é evidente. E naturalmente quando temos aqui processos judiciais de muitas centenas de milhares de euros e alguns até de milhões de euros, é evidente que são situações que nos preocupam. Aliás, muito recentemente, deixem-me dizer-vos, tivemos mais uma condenação de cerca de setenta mil euros. Aliás, aconteceu esta semana, de um processo com alguns anos onde o empreiteiro fez a obra sem qualquer procedimento concursal. Obviamente que o empreiteiro não tem culpa. O empreiteiro fez a obra e tem direito a receber o dinheiro. O que é um facto é que, estas coisas são coisa que, naturalmente, prejudicam o normal

funcionamento da instituição. E, portanto, aquilo que nós esperamos é que estes valores que aqui estão sejam valores que não se venham a traduzir em exigências financeiras desta natureza. Porque, obviamente, é depois uma decisão judicial que apura o valor efetivo. Portanto, nós estamos a prestar informação do estado do processo. Mas tem aqui processos que aguardam decisão. Outros aguardam termos ulteriores. Há aqui processos que estarão findos. Outros que recorreremos. Há aqui uma panóplia muito grande de situações. Obviamente que aquilo que nós esperamos é que, todos estes processos, não se traduzam concretamente em ações condenatórias para o município com estes níveis de expressão financeira. Mas o que é um facto é que temos tido efetivamente este tipo de problemas. Uma das situações já foi aqui, inclusive, abordada. Estamos a falar num só processo de mais de 1.5 milhões de euros. E há aqui efetivamente outros processos dessa natureza. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao deputado **Fernando Pais**, do PSD. =====*

===== Responder à intervenção do meu colega que disse que a maioria dos processos resultam de más práticas. Eu só queria dizer ao Senhor Presidente que, a maior parte dos processos ou uma grande parte dos processos são processos de expropriação. E os processos de expropriação tem a ver com resignação do particular em aceitar o preço que lhe é dado de acordo com a avaliação que é feita. Porque, eu não vi mais nenhum processo da Câmara, os maiores processos são os processos de expropriação. E isso vai acontecer. Gastamos 1.5 milhões de euros para adquirir terrenos na zona industrial de Loureiro. É evidente que aquilo não vai ficar por 1,5 milhões de euros. Porque as pessoas têm o direito de não aceitar o valor que lhes é proposto. A grande parte, também não tenho acesso, como o senhor não teve, de qual é a causa de pedir as ações, basicamente, é isto. Ou seja, nós deliberamos comprar para fazer a posse administrativa por 1.5 milhões de euros. Daqui a dez anos vem cá um senhor que diz exatamente aquilo que o senhor disse neste momento. Exatamente o que disse. Olhe, projetou 1.5 milhões de euros e afinal tivemos que pagar 4.5 milhões de euros. Isso é contingência do próprio processo. Era só isto que eu queria dizer, Senhor Presidente. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao deputado **Bruno Aragão**, do PS. =====*

===== É uma coisa rápida, porque eu estou preso ao meu próprio compromisso. Comprometi-me, no último mandato, com o Dr. Fernando Pais, de que não iria trazer mais nenhuma ata, nenhuma situação sua, porque estava a gerar muita confusão. Portanto, como estou preso a esse compromisso, só lhe posso dizer: Veja, por favor, uma intervenção sua, numa assembleia municipal, exatamente sobre esse tema das expropriações. =====

===== **Ponto três:** - ***Moção de Recomendação Apresentada pelo Bloco de Esquerda “Mais apoios à qualificação dos Oliveirenses” (I/10745/2022)***;=====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao deputado **Alcino Martins**, do B.E., para prestar esclarecimentos.* =====

===== *O que se pretende com esta recomendação, é que a Câmara Municipal, ajuste a oferta das bolsas de estudo para o ensino superior, aos candidatos que tenham os requisitos necessários para as receber. Não podemos deixar de nos indignar, que o Senhor Presidente da Câmara, depois de nos informar na última Assembleia Municipal, da existência de cerca de 80 candidatos que reuniam os requisitos para aceder às bolsas, ter decidido não aumentar a oferta, porque de certeza, era o que faria um Presidente de Câmara responsável que se preocupa com a sua comunidade, porque a imagem que retemos, é a de 60 jovens estudantes oliveirenses a quem o Senhor Presidente da Câmara fechou a porta, mas a imagem e a impressão que fica retida nesses 60 jovens oliveirenses é que, na pessoa do senhor Presidente da Câmara, foi todo o Concelho de Oliveira de Azeméis que lhes retirou a esperança. Esta Assembleia, onde estão representados praticamente todos os oliveirenses, não pode, nem deve permitir que esses jovens estudantes fiquem com essa impressão, nem pode, nem deve permitir que fiquem sem o justo apoio, senão, devemos questionar qual é o objetivo maior de uma Assembleia Municipal, que não consegue olhar por uma geração que representa o futuro do nosso Concelho. Muito Obrigado.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se os pedidos de Maria José Calix e Daniela Silva.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra à deputada **Maria José Cáliz**, do PSD.* =====

===== *Excelentíssimo Presidente da Assembleia Municipal e Secretários, Excelentíssimo Presidente da Câmara e restantes Vereadores, caros membros desta Assembleia, caros oliveirenses, os que estão cá e os em casa; Boa tarde, a todos. Em seguimento da proposta de recomendação à Câmara Municipal apresentada a esta Assembleia pelo Bloco de Esquerda vimos aqui manifestar uma urgente e efetiva necessidade de um maior investimento na Educação no concelho de Oliveira de Azeméis. Usando as palavras do Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, proferidas em dezembro último, “abriu-se um novo ciclo para Oliveira de Azeméis”, reportando-se, concretamente à área da “Educação, enquanto motor de desenvolvimento” - entenda-se, pessoal, social e económico. Ora, a medida da criação de Bolsas de Estudo a estudantes do Ensino Superior implementadas pelo executivo nestes dois anos consecutivos, visa, para além de uma valorização académica pessoal, minorar as diferenças económicas e sociais existentes tornando-*

se, assim, numa medida, também, de cariz social. A este propósito, lembro, uma vez mais, as palavras do senhor presidente da câmara, “temos de nos centrar nas causas dos problemas”, destacando, entre outras, “as dificuldades no acesso à Educação”. A este propósito trazemos para a reflexão alguns dados relativos ao território (Oliveira de Azeméis) que julgamos pertinentes (Censos 2021) e que passo a citar: 1. Perda de População em OAZ - 3,5% (País: 2,1%); 2. Percentagem de população residente com Ensino Superior em OAZ - 11,1% (País: 17%); 3. Em 2011, a percentagem de população com Ensino Superior em OAZ - 7% (País: 12%), revelando uma tendência de agravamento dum situação que, passados 10 anos, deveria estar a melhorar e não a agravar-se. Ainda, e recorrendo agora aos dados das plataformas do Ministério da Educação, nomeadamente, a “Infoescolas”, constata-se que: 1. Cerca de 30% de alunos que frequentam a escolaridade obrigatória no concelho usufruem de apoios no âmbito da Ação Social Escolar; 2. A percentagem dos alunos do concelho que concluem o ensino secundário nos cursos científico-humanísticos após um percurso sem retenções - percurso de sucesso - e que usufruem de apoio da Ação Social Escolar cifra-se em 54%, percentagem superior ao valor nacional que é de 43%; 1. A percentagem de alunos do concelho que concluem o ensino secundário profissional em 3 anos - também num percurso de sucesso - e com apoio da Ação Social Escolar, cifra-se em 68%, taxa esta, também, superior à nacional que é de 56%. Ou seja, estes dados mostram bem que os alunos de Oliveira de Azeméis, e as suas famílias, merecem todos os esforços que puderem ser feitos para os apoiar. Com efeito, o problema existe, a situação no concelho, em termos médios, é pior do que a situação do país, mas, ao mesmo tempo, os alunos e as famílias oliveirenses mostram que aproveitam melhor e rentabilizam os apoios e as oportunidades que lhes são dadas. Por outro lado, registamos que o investimento que o Município despendeu na atribuição das 10 bolsas de estudo, no limite máximo de 150 euros mensais para cada estudante (fonte CMOAZ), parece-nos pouco ambicioso e pouco coerente com uma aposta clara na “coesão social e na igualdade de oportunidades”, bem como no reforço da “importância da educação enquanto motor de desenvolvimento”, nas próprias palavras do senhor presidente da câmara. Finalmente, dizer que, não concordando em absoluto com os termos em que a recomendação se encontra formulada, não podemos deixar de aderir ao espírito que lhe subjaz, que é o de reforçar, de forma significativa, o esforço financeiro que a Câmara dedicou a esta medida. Assim, e apesar desta reserva, informamos que votaremos favoravelmente a Recomendação. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra à deputada **Daniela Silva**, do PS. =====

===== Boa tarde a todos. Sintam-se todos cumprimentados na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Amaro Simões. Um programa de apoio municipal à frequência do ensino superior foi iniciado, pela primeira vez, em Oliveira de Azeméis, pelo Partido Socialista. Em primeiro lugar, vou partilhar um breve panorama relativamente aos jovens Oliveirenses no

ensino superior. Segundo os dados, recentes e provisórios, dos Censos, realizados em 2021, fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística, é visível o aumento da adesão, ao ensino universitário, por parte dos jovens Oliveirenses. Em 2011, foram aferidos, um total de 4805 residentes, a frequentar o ensino superior. Já em 2021, o número é visivelmente maior. Foram identificados 7730 residentes. Um aumento significativo de 2925 residentes. Este aumento acompanhou a tendência nacional e o que foi, sobretudo depois de 2015, o esforço de aumentar a frequência deste nível de ensino. Portugal, só no ano 2020/2021 atingiu, e conseguiu ultrapassar, pela primeira vez, a meta de pelo menos 50% dos jovens com 20 anos a frequentar o ensino superior. Os jovens, cada vez mais, reforçam a sua participação no ensino superior, prolongando os seus percursos académicos. Medidas como a diminuição da propina, nas licenciaturas e nos mestrados, são fundamentais para que os jovens ingressem na universidade e para que o abandono universitário diminua. Estas medidas devem ser complementadas, sempre que possível, por estratégias municipais que dissipem as desigualdades no acesso e que encorajem os jovens a desenvolver os seus conhecimentos. Todos os apoios sociais que a Câmara tem dado às famílias são essenciais na promoção da igualdade de oportunidades e na coesão social. Medidas como os vales de educação, o apoio à natalidade, o empreendedorismo jovem, e agora as bolsas de estudo, só para citar alguns exemplos, são preponderantes na vida das famílias com mais fragilidades económicas. As bolsas de estudo municipais foram atribuídas pela primeira vez em 2020, por opção do deste executivo. Uma opção coerente, com as propostas que ainda na oposição, antes de 2017, o Partido Socialista havia apresentado neste âmbito, sempre recusadas pelos executivos anteriores. Nunca foi, até aí, prioridade. Temos, hoje, um executivo com diferentes preocupações na sua agenda política. Os jovens, a sua formação e qualificação, o seu futuro, são prioridades assumidas e declaradas. Felizmente, hoje, podemos ter uma boa discussão, sobre como poderemos continuar a reforçar este programa e torná-lo, definitivamente, uma marca no concelho. O envolvimento das empresas, a sua disponibilidade, é um sinal claro do que pode ser um projeto de comunidade e de responsabilidade social partilhada. Hoje, podemos de facto discutir, sobre como poderemos continuar a reforçar este programa e não sobre a sua existência, sobre a importância ou a necessidade de uma medida deste âmbito. No ano letivo de 2020/2021, o primeiro ano deste programa, foram atribuídas 10 bolsas de estudo. Já este ano letivo, 2021/2022, o segundo ano deste programa, foram atribuídas 20 bolsas de estudo. O reforço, desta medida, deu a oportunidade de ajudar economicamente mais 10 estudantes. Na última Assembleia Municipal, o Sr. Presidente deixou clara a disponibilidade e a intenção de continuar este reforço nas próximas edições e nos próximos anos letivos. O número de candidatos demonstra bem a pertinência desta medida, a forma como as famílias a reconhecem, a forma como os empresários a compreendem. É este o caminho que os jovens querem que se continue a seguir. Nós próprios, exigentes com as políticas públicas que nos são dirigidas, sem aceitarmos as dificuldades que antes nos apresentavam por não haver medidas destas, mas também sem entrarmos em facilitismos e em algum aproveitamento que agora se procura fazer com uma medida que,

efetivamente, é reconhecida por todos os oliveirenses. É também esta a nossa responsabilidade como jovens. Ter defendido esta medida, apoiá-la, esperar que ela possa continuar a fazer o seu caminho, de forma sustentada e sólida. Porque há uma coisa, que nós jovens, depois de duas crises sérias, uma económica e outra pandémica, sentimos de forma ainda mais forte: a importância das políticas públicas e a importância da sua sustentabilidade. Obrigada. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====*

===== Eu não tenho que dar explicações sobre este tema. Isto é uma recomendação dirigida à Assembleia. O que eu posso dizer é que, naturalmente, este é um processo que se iniciou, não existia nenhuma forma de apoio. E nós estamos a fazer esse caminho. E conforme aqui já foi referido, este caminho iniciou-se com 10 bolsas no ano letivo de 2020/2021, duplicamos o número de bolsas com a colaboração dos nossos empresários para o ano de letivo de 2021/2022. Em relação a esta recomendação do Bloco de Esquerda, é evidente, é preciso perceber, até recorrendo dos próprios considerandos da recomendação, de que as gerações mais novas são as mais condicionadas pelos percursos e pelas decisões das gerações que as antecedem. É precisamente por isso que nós devemos ter responsabilidade na gestão dos recursos públicos. Não onerando as gerações futuras com atitudes irresponsáveis que tomamos no presente. Portanto, o caminho tem de ser um caminho de aprofundamento, de melhoria, de consolidação das respostas. Porque, obviamente, não é a mesma coisa atribuímos 10 bolsas - 15 mil euros ou passar para 70 bolsas - 135 mil euros. Nem podemos utilizar o argumento dos que ficam de fora. Nós, efetivamente, tínhamos disponibilidade de 20 bolsas. Havia critérios e tivemos 20 candidatos que foram contemplados com essas bolsas. Portanto, não ficaram de fora, conforme referiram, injustamente todos os outros. Eu citaria um exemplo, que é um exemplo um bocadinho absurdo, mas é um facto: Nós quando estávamos a falar há pouco de 301 candidatos a assistentes operacionais: foram admitidas 228 candidaturas, foram 73 excluídas, mas foram contratadas 25 pessoas. Portanto, as outras pessoas não foram injustamente excluídas. Pelo facto de termos todas estas candidaturas, não vamos admitir estes colaboradores para a Câmara Municipal. O que é que isto quer dizer? Quer dizer que efetivamente a quantidade das bolsas não pode ser um padrão. Porque se para o ano tivéssemos 200 bolsas estaríamos a falar de 3 milhões de euros. E, portanto, temos que ter responsabilidade naquilo que nós fazemos. Outra coisa que é importante também referir é que a questão da quantidade é uma questão discutível. Para nós o que é importante é que façamos um apoio que seja um apoio que ajude a atenuar as dificuldades das famílias. Porque, obviamente, nós poderíamos estar a falar de 60 bolsas de 250 euros, em vez de 10 bolsas de 15 mil euros, estaríamos a falar exatamente do mesmo valor. Não é isso que se pretende. O que se pretende é que o apoio que se presta tenha efetivamente essa dimensão de promoção da equidade, de promoção da igualdade de oportunidades e, naturalmente, procurar atenuar as dificuldades que os

orçamentos familiares têm quando pretendem ver os seus filhos a prosseguir a carreira académica. Portanto, é apenas isso que se pretende. É iniciar um processo, continuar a aprofundar esse processo. E, obviamente que, isso passa por nós olharmos para esta medida. Uma medida que tem uma grande recetividade por parte das famílias. Sabendo que, as 20 bolsas agora atribuídas, não correspondem ao universo das necessidades. Temos essa consciência. Mas isso também se aplica em relação a qualquer outra coisa. Porque é que nós só damos 500 euros, no MAFIN (Medida de Apoio à Família e Incentivo à Natalidade), para uma criança nascida no nosso concelho, e não damos 1000 euros? Porque é que nós damos um Vale Educação de 30 euros e não damos um Vale de 100 euros? Porque é que nós temos um programa de 50 mil euros por ano para melhorias habitacionais e não temos um programa de 500 mil euros por ano? Aliás, vamos discutir hoje uma Estratégia Local de Habitação e percebemos bem as carências habitacionais que existem no nosso concelho. Isto tem a ver com uma questão muito simples: É gerir com rigor os recursos públicos. É gerir com seriedade e com responsabilidade os recursos públicos e não entrar em mecanismos que depois trarão problemas a prazo. E, portanto, estas medidas que têm um fortíssimo impacto na vida das pessoas são medidas que devem merecer a nossa atenção. O Bloco de Esquerda diz também um conjunto de coisas nos considerandos que fazem todo o sentido: As bolsas financeiras são manifestamente insuficientes; grandes restrições de acesso ao ensino superior; inexistência de uma rede de transportes públicos adequada; falta de residências. Nós temos de começar a olhar para estas coisas e começar a dar respostas. Por isso é que nós estamos a fazer um fortíssimo investimento, aliás, não só nós, sejamos rigorosos, os municípios todos da área Metropolitana do Porto, no Programa de Apoio à Redução Tarifária. Portanto, é um investimento fortíssimo, por parte dos municípios, que permite economias substanciais às famílias que têm de pagar os transportes dos seus educandos. Estamos também a trabalhar na criação de residências universitárias a preços manifestamente inferiores aos preços que são praticados pelo mercado. Precisamente, para permitir também que os estudantes carenciados tenham possibilidade de alojamento estudantil. E, portanto, todos estes caminhos são caminhos que se vão fazendo. Porque, obviamente, todos nós sabemos que gostaríamos de ter respostas latas, respostas universais que permitissem resolver todos os nossos problemas, e eles são muitos, sejam eles de natureza social, seja de outra natureza qualquer. O que eu acho que é absolutamente determinante neste processo é todos nós termos consciência da nossa realidade. E a nossa realidade é que temos efetivamente nós temos um conjunto de famílias que têm dificuldades em assegurar que os seus filhos possam prosseguir uma carreira académica no ensino superior. E, por outro lado, todos nós temos consciência de que esta medida que nós implementamos fica muito aquém daquilo que são as necessidades. E, portanto, a nossa obrigação coletiva é de criar condições para que esta medida se vá reforçando, para que esta medida vá, cada vez mais, correspondendo e satisfazendo aquilo que são as nossas necessidades. Se o Senhor Presidente me permitisse e se os senhores deputados me permitissem, consideraria que respondi a todas as intervenções neste domínio, para não estar aqui a particularizar. Há intervenções que visam

fundamentalmente avaliar a importância desta medida. Não vou estar aqui a discutir o estado da educação no nosso concelho. Teremos naturalmente outras oportunidades para o fazer. Mas mantenho aquilo que disse: “a educação é um investimento estratégico para o nosso concelho, é fundamental para o nosso concelho.” E, portanto, temos todos a obrigação de elencar a educação como a prioridade das prioridades, naquilo que são as políticas públicas municipais que vamos implementar nos próximos anos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número três à votação, tendo sido rejeitada, por maioria, a Moção de Recomendação Apresentada pelo Bloco de Esquerda “Mais apoios à qualificação dos Oliveirenses”, com a seguinte votação: A favor: onze (11) votos do PSD, um (1) voto do CDS-PP, um (1) voto do B.E., um (1) voto do CH, um (1) voto do Presidente da Junta de Freguesia de Cesar, um (1) voto da Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca; Contra: vinte um (21) votos do PS. =====

*===== **Ponto quatro**: - **Relatório Anual Avaliação da Atividade da CPCJ/OAZ - Relativo ao ano de 2021 (I/10748/2022) - Conhecimento**; =====*

===== Presente o Relatório Anual de avaliação da atividade da CPCJ/OAZ - Relativo ao ano de 2021, submete-se o mesmo para apreciação e conhecimento da Assembleia Municipal. ==

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se pedidos de inscrição de Diana Semblano e Bruno Costa. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra à deputada **Diana Semblano**, do PSD. =====*

===== Boa tarde a todos e a todas. Sintam-se todos cumprimentados na pessoa do Presidente da Assembleia Municipal. A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Oliveira de Azeméis visa promover os direitos das crianças e dos jovens e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral. Esta instituição desenvolve um trabalho notório no nosso concelho na prevenção de situações de perigo e muito pouco visível. No relatório anual de avaliação da atividade da CPCJ de Oliveira de Azeméis relativo ao ano de 2021 é notório o aumento acentuado do número de processos, totalizando 303 processos, o que significa que cada técnico da comissão restrita tem que gerir 34 processos, em 9 horas semanais. Apenas a Presidente encontra-se a desempenhar funções a tempo inteiro. Para o ano de 2022, transitaram 145 processos e, à data de hoje, existem 160 processos em aberto. Neste seguimento, e considerando as problemáticas sinalizadas que dizem respeito

sobretudo a situações de violência doméstica, falta de supervisão e acompanhamento familiar e absentismo escolar, torna-se imperioso a afetação a tempo inteiro de um técnico da área do serviço social, que trabalhe no âmbito da mediação familiar na promoção de uma parentalidade positiva. Termina a minha intervenção reiterando a importância desta estrutura no seio da comunidade oliveirense, agradecendo o profissionalismo, descrição e empenho de todos os seus membros, na defesa do superior interesse da criança. Obrigada. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao deputado **Bruno Costa**, do PS. =====*

===== O papel da CPCJ numa comunidade está bem delineado, seja através da sinalização, seja através do acompanhamento, intervenção e situações de risco. Não podemos deixar de enaltecer o sacrifício e entrega dos comissários da Comissão restrita que, num contexto duríssimo como o da pandemia Covid facilitador de fragmentação e isolador de família, não deixaram de cumprir o seu papel social. Não podemos deixar de referir o elevado sentido de dever, indo para além dos próprios medos, sem nunca deixarem de ir ao encontro do outro e das suas fragilidades, combatendo o abandono que este contexto forçou. A comunidade compreende a importância do papel das CPCJ e reconhece que esta, em particular, honrou o seu desígnio e a ela deve estar grata. O papel de uma comunidade para com as suas crianças e jovens não se esgota, contudo, na nomeação de cidadãos para a composição desta organização. Terá de ir muito mais além, principalmente nesta fase de recuperação pós Covid em que as emergências sociais e mentais se tornarão mais evidentes. Em comunidade o espírito das CPCJ deve ser replicado. Devemos continuar vigilantes, atentos aos sinais, interventivos e solidários. Ainda ontem partilharam comigo uma história de uma mãe que num contexto inusitado pede ajuda para que lhe ensinem a educar o filho de 3 anos, que diz não compreender. Não devemos serenar perante a existência da CPCJ. Pelo contrário, para além da necessidade de atenção e apoio que esta instituição nos deve merecer, é a nossa consciência que deve despertar através do seu exemplo que servirá de estímulo. Os comissários desenvolvem o seu trabalho com resiliência. Enquanto membro da Comissão Alargada, indicado por esta Assembleia, devo aqui prestar contas. Foi um mandato que, para todos, a pandemia tornou ainda mais longo. Mas acredito que a Comissão conseguiu estar à altura dos desafios e das exigências. O relatório de que agora formalmente tomamos conhecimento procura sumariar este trabalho. Sabemos que, por melhor que seja, será sempre incapaz de encerrar a complexidade das respostas e o compromisso sério que a Comissão assegura. Disso, devo dar aqui o meu testemunho. Obrigada. =====

===== A Assembleia Municipal tomou conhecimento e apreciou a referida informação. =====

===== **Ponto cinco:** - *Designação de quatro cidadãos eleitores para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de OAZ - Art.º 17º da Lei 147/99 de 01 de setembro (I/10754/2022);* =====

===== Pelo Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====

===== Vamos proceder à eleição de quatro elementos para esta comissão. Aproveito para dar nota das pessoas que estão indigitadas/convidadas para esta comissão: Diana Janete Semblano, Bruno Miguel Costa, Brígida Susana Resende Ramos e Sílvia da Graça Rodrigues. Portanto, é uma proposta de recondução. E aproveitamos para dar nota do nosso agradecimento e do nosso reconhecimento pelo trabalho efetuado. =====

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se pedidos de inscrição de Bruno Aragão e Fernando Pais. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao deputado **Bruno Aragão**, do PS. =====

===== Senhor Presidente, permita-me falar do conjunto de pontos que vamos votar agora, portanto, ponto cinco, seis, sete e oito. Dizer apenas que isto resultou do esforço coletivo de todos os partidos com assento nesta Assembleia, para chegarmos a um consenso sobre estas listas. Mostrando que muitas destas comissões, muitos destes grupos estão muito para lá das diferenças políticas e ideológicas que nos separam. O que mostra que nós também somos capazes de implementar aqui o que o António Costa dizia na noite das eleições: “uma maioria absoluta não é um poder absoluto.” Este é um esforço que eu acho que devemos continuar a fazer porque saímos todos melhor destes processos, mas, acima de tudo ganham as instituições que nós tentamos reforçar. No caso específico da CPCJ, todos membros foram reconduzidos. O feedback que temos também do seu empenho, porque esta Assembleia deve continuar a acompanhar, foi muito positivo. E aproveito também aqui, em nome do Partido Socialista, para agradecer, nas várias comissões, aos membros que possam sair, o trabalho que desempenharam nestes quatro anos. Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao deputado **Fernando Pais**, do PSD. =====

===== Não podia estar mais de acordo com a intervenção do Bruno Aragão, realçando dizer que é um tempo, até do ponto de vista universal e realidade mundial, que é de facto um tempo de consensos e de pacificação. Nós votamos isto no início de cada mandato autárquico. Estas comissões vão fazendo as suas funções. Eu queria sugerir, isto é uma sugestão do ponto de

vista pessoal: Eu não sei se estas comissões elaboram atas, naturalmente que terão atas. Nós gostaríamos que essas atas fossem disponibilizadas ao Presidente da Assembleia Municipal, atas das deliberações, porque são deliberações. No caso da Comissão de Toponímia são recomendações. E queria que de facto as atas fossem de alguma forma disponibilizadas, no sentido de nós podermos acompanhar mais de perto e sabermos o que em concreto se discute. Eu apenas vou ressaltar uma questão. E essa questão diz respeito à Comissão dos Menores que é salvaguardando, naturalmente, princípios que tem a ver com o sigilo profissional de alguma questão. E isso seria de facto ponderado pela própria comissão. Mas gostava de saber. Para nós também acompanharmos. Porque somos nós que os elegemos, pelo menos os membros da Assembleia somos nós que elegemos os outros são, neste caso, pelo vereador responsável por inerência. Mas nós gostaríamos de saber de facto o que é que se vota, com que pertinência é que se vota, que recomendações é que têm. Era esta a sugestão que eu deixava. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou a composição da lista, designada por **Lista A**: Composição: Bruno Miguel Costa, Brígida Susana Resende Ramos, Diana Semblano e Silvia Rodrigues. =====*

===== Após explicação dada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal sobre a forma de votação, procedeu-se à chamada do Membros da Assembleia e deu-se início ao período de votação, por escrutínio secreto, em conjunto dos pontos cinco, seis, sete e oito. =====

*===== Terminada a votação, retomando os trabalhos, o Senhor Primeiro Secretário da Assembleia Municipal anunciou o resultado da votação: Apuramento de resultado: Votantes: trinta e oito (38): **Lista A**: Votos a favor - trinta e oito (38); =====*

===== Deste modo, foram designados, para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de OAZ, os seguintes cidadãos: Bruno Miguel Costa, Brígida Susana Resende Ramos, Diana Semblano e Sílvia Rodrigues. =====

*===== **Ponto seis**: - Designação pela Assembleia Municipal de três cidadãos eleitores para a composição da Comissão de Toponímia; =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou a composição da lista, designada por **Lista A**: Luís Melo Ferreira, Albino Valente Martins e Susana Clara Mortágua Gomes. =====*

===== *Terminada a votação, retomando os trabalhos, o Senhor Primeiro Secretário da Assembleia Municipal anunciou o resultado da votação: Apuramento de resultado: Votantes: trinta e oito (38): **Lista A**: Votos a favor - trinta e sete (37); Votos brancos - um (1).* =====

===== *Deste modo, foram designados os seguintes cidadãos, para a composição da Comissão de Toponímia: Luis Melo Ferreira, Albino Valente Martins e Susana Clara Mortágua Gomes.* =====

===== ***Ponto sete:** - Designação de três membros da Assembleia Municipal para Constituição de um Grupo de Trabalho para análise e discussão dos caminhos públicos/ caminhos privados;* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou a composição da lista, designada por **Lista A**: Rui Jorge Duarte Rios Santos Rocha, António João Cabral Paiva Ferreira dos Santos e Rudolfo Lourenço Ventura Rodrigues.* =====

===== *Terminada a votação, retomando os trabalhos, o Senhor Primeiro Secretário da Assembleia Municipal anunciou o resultado da votação: Apuramento de resultado: Votantes: trinta e oito (38): **Lista A**: Votos a favor - trinta e oito (38).* =====

===== *Deste modo, para Constituição de um Grupo de Trabalho para análise e discussão dos caminhos públicos/ caminhos privados, foram designados os seguintes membros da Assembleia Municipal: Rui Jorge Duarte Rios Santos Rocha (PS); António João Cabral Paiva Ferreira dos Santos (PSD); Rudolfo Lourenço Ventura Rodrigues (CH).* =====

===== ***Ponto oito:** - Designação de dois representantes das Freguesias do Concelho para integrar a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais (I/9679/2021);* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou a composição da lista, designada por **Lista A**: José Rodrigues dos Santos - Presidente de Junta de Freguesia de Ossela e Susana Clara Mortágua Gomes - Presidente de Junta de Freguesia da União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz.* =====

===== *Terminada a votação, retomando os trabalhos, o Senhor Primeiro Secretário da Assembleia Municipal anunciou o resultado da votação: Apuramento de resultado: Votantes: trinta e oito (38): **Lista A**: Votos a favor - trinta e sete (37); Votos brancos - um (1).* =====

===== Deste modo, foram designados os seguintes representantes: José Rodrigues dos Santos - Presidente da Junta de Freguesia de Ossela e Susana Clara Mortágua Gomes - Presidente da União de Freguesias do Pinheiro da Bemposta / Palmaz / Travanca. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao deputado **Bruno Aragão**, do PS. =====

===== Relativamente à Proteção de Crianças e Jovens, há uma solução simples: Nós temos um relatório anual. É sobre ele que a Assembleia se deve pronunciar. Todos os anos temos esse relatório. Se entendermos que os membros que indicamos para essa comissão devem prestar contas de outra forma à Assembleia; acho que lhes podemos pedir que, com esse relatório, eles remetam também um anexo que preste contas sobre aquilo que foi feito e nos permita anualmente acompanhar sem termos que entrar na atividade da Comissão, que tem um quadro jurídico complexo, e, sobretudo, lida com problemas muito complexos. Relativamente aos outros três casos: O dos caminhos: por força de razão, sempre que há alguma coisa é porque há um caminho e nós recebemos o documento. Não se coloca a questão. Relativamente á comissão de toponímia: Sempre que há um caso de toponímia depois vem à assembleia. Nós também temos a informação, à exceção de alguma coisa que seja da própria iniciativa da comissão. Mas acho que podemos, mais uma vez, pedir que uma vez por ano façam um resumo dessa atividade. [diálogo entre membros]. -----

===== O Senhor deputado **Bruno Aragão** continuou a sua intervenção: A comissão de toponímia tem uma única competência: Toponímia. Única. Em lato senso a Comissão de Toponímia tem uma competência, que é Toponímia. Do ponto de vista regulamentar, as competências da Comissão de Toponímia são: propor topónimos por sua iniciativa; analisar as propostas de topónimos que lhe chegam; propor a alteração de topónimos; propor novos nomes.... Portanto, não entre com preciosismos, porque não vale a pena. Acho que fui claro naquilo que disse. Não complicuemos o que não é complicado. Sei perfeitamente o que estou a dizer. Portanto, sempre que a Comissão de Toponímia propuser algum topónimo, é a Assembleia que delibera a sua atribuição ou não. Portanto, nós sabemos sempre se há da parte da Comissão de Toponímia alguma objeção a um topónimo que chegue, por exemplo, da parte de uma assembleia de freguesia ou da parte da câmara municipal. Porque a decisão final, é nossa, é sempre nossa, Assembleia Municipal. Nem é da Câmara Municipal. É sempre nossa. O único ponto em que nós não temos informação é relativamente às florestas. Evidentemente, sabemos, porque há boa-fé nestes processos, que se houver alguma questão que seja mais delicada, naturalmente, não tenho nenhuma dúvida, que os senhores presidentes de junta nos farão chegar essas questões. Mais uma vez, também, ajuizamos previamente os nomes que indicamos. E procuramos indicar presidentes de junta que têm as maiores manchas florestais no concelho. E por isso é que indicamos Ossela. E por isso é que indicamos Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz. Sem menosprezo por outras. Nós fazemos boa-fé no trabalho dessas pessoas. Mas não vejo também problema nenhum em que possam uma vez por ano

dar conta do trabalho que fazem ou, de alguma deliberação, de alguma coisa que estejam envolvidos. Mas há uma coisa que não nos podemos esquecer: Isto é sempre num conjunto de Comissões, cujos documentos, qualquer um de nós, ao abrigo da LADA (Lei de Acesso aos Documentos Administrativos), tem acesso. É importante isto ficar claro. Nós podemos ter sempre acesso a todos estes documentos. A única Comissão que de facto nós não temos feedback é esta (Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais). Da nossa parte não vemos essa necessidade. Mas também não vemos problema. Pelo contrário, se isso facilita o escrutínio. Tudo bem. Mas é disto que estamos a falar. Não há que criar dificuldades nestes processos. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao deputado **Fernando Pais**, do PSD. =====*

===== Obviamente que, não está em causa nenhuma suspeição a quem quer que seja, nem a nomes, não está rigorosamente nada. A Comissão de Toponímia dentro daquelas competências que tem como função entre outras, várias competências, diz: propor. E esta proposta tem que estar fundamentada. Ou seja, eu para não estar aqui a criar complicações porque não é propriamente o meu estilo. Eu até proporia, em alternativa, todas as situações que eles propõem à Câmara, porque propõem à Câmara, portanto, é aprovado em Assembleia de Freguesia e propõem à Câmara, quando a Câmara as avaliar envia-nos a deliberação da assembleia de freguesia, a deliberação da câmara e a deliberação da comissão de toponímia. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao deputado **Bruno Aragão**, do PS. =====*

===== Eu mantenho exatamente aquilo que disse: Sempre que a Comissão de Toponímia se pronuncia sobre um determinado processo, esse documento é apenso aos documentos que suportam a votação na Assembleia Municipal. Se, em algum momento, a Mesa da Assembleia remete aos membros um ponto sobre topónimos que não traga o parecer da Comissão de Toponímia e que nós achemos que é importante ou que achemos mesmo que ele deve lá estar, é simples, pedimos à Mesa o favor de fazer chegar o documento em questão. Não há dificuldade nenhuma. =====

*===== Pelo Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====*

===== A Mesa, sobre a questão mais sensível que é CPCJ, sobre o eventual fornecimento de atas, tomou boa nota. =====

*===== **Ponto nove: - 3ª Modificação Orçamental 2022 - 1ª Revisão Orçamental 2022 (I/1714/2022) - Conhecimento/ Aprovação; =====***

=====*Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: ““De acordo com o estipulado no Artigo 130.º da Lei 75-B/2020, de 31 de dezembro, sob a epígrafe "Integração do Saldo de Execução Orçamental", após a aprovação do mapa "Fluxos de Caixa" pode ser incorporado, por recurso a uma revisão orçamental, antes da aprovação dos documentos de prestação de contas, o saldo da gerência da execução orçamental. O saldo da gerência pode ser utilizado para ocorrer ao aumento global da despesa orçada no ano seguinte, resultando daí uma revisão orçamental (pontos 8.3.1.3 e 8.3.1.4 do POCAL). Pelo exposto, propõe-se a apreciação do Órgão Executivo da revisão orçamental em anexo (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas) e a apresentação à Assembleia Municipal para a sua aprovação.”*====

=====*O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

=====*Aquilo que nós pretendemos através desta 3ª modificação orçamental e desta 1ª revisão orçamental de 2022, é incorporarmos o saldo de gerência de 28.353.795,59€ para acorrer a despesas no ano de 2022. Têm aí o mapa das dotações atuais e do reforço que é feito a essas dotações através da incorporação deste saldo de gerência.* =====

=====*Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

=====*O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número nove à votação tendo sido, aprovado, por maioria, com a seguinte votação: A favor: vinte (20) votos do PS, um (1) voto do CDS-PP, um (1) voto do B.E., um (1) voto do Presidente da Junta de Freguesia de Cesar, um (1) voto da Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca; Abstenções: onze (11) votos do PSD e um (1) voto do CH.* =====

=====*O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao deputado **Fernando Pais**, do PSD, que apresentou a seguinte declaração de voto:* =====

=====*Só para dizer que, do ponto de vista técnico, a incorporação é absolutamente normal e desejável. A única razão porque nós nos abstermos é que, como nos abstermos no orçamento, por uma questão de coerência também nas abstermos agora. Sendo certo que esta incorporação do saldo de gerência é perfeitamente normal e justificável. As nossas opções é que não são as mesmas.* =====

=====***Ponto dez:** - **Compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida - Subsídios (I/8213/2022) - Aprovação;*** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - o previsto na alínea b) do artigo 3.º da Lei n.º 22/2015 de 17 de março, diploma que procede à quarta alteração à Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), alterada pelas Leis n.ºs 20/2012, de 14 de maio, 64/2012, 20 de dezembro, e 66 - b/2012, de 31 de dezembro, consideram-se «Compromissos Plurianuais», “os compromissos que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido” - que, conforme dispõe a alínea c) do nº1 do artigo 6.º do referido diploma legal, e posteriores alterações e o artigo 12º do Decreto-Lei 127/2012, de 21 de junho e posteriores alterações, preconiza ainda que “Assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica (...) acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios, está sujeita a autorização prévia do órgão Deliberativo, quando envolvam entidades da administração local.” - que foi aprovada a autorização genérica no capítulo VII “Assunção de Compromissos Plurianuais - Autorização Genérica da Assembleia Municipal, pág. 32 nos pontos 1.a); 1.b) e 2. do Orçamento Municipal 2021, nos seguintes termos: “1.a) Ao abrigo das disposições legais enunciadas, do enquadramento efetuado e por questões de prudência e racionalidade, se submeta a aprovação da Assembleia Municipal, com o consentimento legal previsto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e ao abrigo do disposto nos artigos 6.º, n.º 1, alínea c) da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e posteriores alterações e artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e posteriores alterações, no sentido de emitir autorização genérica favorável para a assunção de compromissos plurianuais durante o ano de 2020, referentes a despesas (inclusive apoios/comparticipações/subsídios) que deem lugar a encargo orçamental em mais do que um ano económico, ou em ano que não seja o da sua realização, que não excedam o limite de €99.759,58 em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos; A assunção de compromissos plurianuais ao abrigo da autorização prévia e genérica concedida nos termos referidos só poderá efetuar-se quando, para além das condições aí previstas, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e posteriores alterações e cumpridos os demais requisitos legais de realização de despesas/apoios. 1.b) Ao fim de cada ano seja dado a conhecer à Assembleia Municipal, nos casos aplicáveis, uma listagem com os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica concedida. 2. Aprovação dos compromissos plurianuais constantes do orçamento e GOP do ano 2021, nos termos e para os efeitos estatuídos no art.º 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012 e posteriores alterações.” - que a 31 de dezembro de 2021, a lista em anexo encontrava-se vencida, não sendo possível efetuar o seu pagamento, dado que os requisitos legais e decorrentes das obrigações contratuais não estavam cumpridos (falta entrega de documentos justificativos e/ou relatórios), pelo que os valores mencionados transitaram para o presente ano económico, assim, tal situação e por força dos fatos retrocitados originaram compromissos plurianuais. Face ao exposto e para efeitos da alínea 1.b) da “Assunção de Compromissos Plurianuais - Autorização Genérica da*

Assembleia “, leva-se a conhecimento, autorização, convalidação e ratificação da Assembleia Municipal da listagem em anexo (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), traduzindo-se em compromissos plurianuais, resultantes da falta de execução/justificação das despesas pelas entidades respetivas no ano económico previsto (2021), dando origem a valores/compromissos transitados com efeitos em 2022, ao abrigo dos artigos 156º e 164º do CPA e nos termos da LCPA.” =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Foi aprovada esta autorização genérica para a assunção de compromissos plurianuais com o compromisso de nós levarmos ao conhecimento dos senhores deputados todos esses compromissos que estão vencidos, mas que não foi possível pagar às IPSS, às coletividades, às associações porque os requisitos legais não foram cumpridos por falta de documentos, falta de justificativos das despesas. Isto não quer dizer que este dinheiro se perca. Transita para o ano seguinte. Têm aqui a relação das verbas que não foram pagas por não estarem cumpridos todos os requisitos legais. Estão disponíveis depois para pagamento em 2022.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número dez à votação tendo sido aprovado por unanimidade a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto onze: - Isenção de taxas de esplanadas (I/3836/2022) - Aprovação;** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: ““Considerando que:*
- A situação epidemiológica da doença Covid-19 provocou elevados constrangimentos na conjuntura económica e social, nomeadamente, uma quebra significativa na receita dos estabelecimentos de restauração e de bebidas, dificultando a subsistência dos mesmos; - No âmbito das medidas excecionais de apoio social e económico a Câmara Municipal aprovou a isenção do pagamento de taxas de ocupação do espaço público, incluindo esplanadas, nos anos 2020 e 2021; - A existência de esplanadas constitui um apoio aos estabelecimentos de restauração e de bebidas, atraindo alguma clientela e garantindo dessa forma a rentabilidade da atividade dos estabelecimentos; - As esplanadas são, cumprindo-se todas as orientações da DGS, os espaços que reúnem melhores condições para acolher clientes, em oposição aos espaços fechados dos estabelecimentos; - A isenção de taxas de esplanadas constitui um apoio importante para a continuidade dos estabelecimentos de restauração e de bebidas; - A Resolução do Conselho de Ministros N.º 157/2021, de 27 de novembro, que declara a situação de calamidade em todo o

território nacional continental; Proponho, pelos fundamentos atrás mencionados e nos termos do art.º 2.º, alínea m) do n.º 2 do art.º 23.º e alíneas o) e ff) do art.º 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, artigo 35.º-U do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, aditado pelo artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 99/2020, de 22 de novembro, alínea d) do art.º 15.º e n.ºs 2 e 9 do art.º 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação e do n.º 1 do art.º 6.º do Regulamento e Tabela de Taxas, Licenças e outras receitas municipais do Município de Oliveira de Azeméis, que a Câmara Municipal submeta para aprovação da Assembleia Municipal, o seguinte: 1.º A isenção total do pagamento de taxas de ocupação do espaço público para esplanadas de estabelecimentos de restauração e de bebidas, de acordo com a estimativa da despesa fiscal que se indica em anexo, para o ano 2022; 2.º Que a aprovação desta isenção pela Assembleia Municipal tenha efeitos retroativos, ao abrigo e nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do art.º 156.º do Código do Procedimento Administrativo, retroagindo os seus efeitos a 1 de janeiro de 2022. Anexo: Quadro com a estimativa da despesa (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas).” =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Apenas para dizer que este setor da restauração foi um dos setores mais fortemente atingidos pela crise pandémica. E nós entendemos isentar para o ano de 2022 as taxas de esplanadas. Estamos a falar de uma isenção 6.681,97€.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número onze à votação tendo sido aprovado por unanimidade a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto doze: - Minuta de Protocolo de Cooperação a celebrar com Instituto Nacional para a Reabilitação (INR) - (I/71874/2021) - Autorização;** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A missão do Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P., de assegurar o planeamento, execução e coordenação das políticas nacionais destinadas a promover os direitos das pessoas com deficiência; - Sendo um dos objetivos do INR, I.P. a promoção e alargamento da Rede de Balcões de Inclusão e também estando a funcionar desde 2008, na Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis o Serviço de Informação e Mediação das Pessoas com Deficiência que se pretende que seja convertido em Balcão da Inclusão; - As atribuições e competências dos Municípios na informação e defesa dos direitos dos cidadãos e na prestação de serviços a pessoas de grupos*

específicos de maior vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da Administração Central, consignadas designadamente no n.º 1 e alíneas g), h) e m) do n.º 2, do artigo 23.º e alíneas r), u) e v) do n.º 1, do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; - Que o Município de Oliveira de Azeméis, comungando dos princípios inerentes à celebração do referido Protocolo, pretende dar resposta às necessidades de autonomia das pessoas com deficiência, no desenvolvimento de mecanismos de informação e sensibilização para as deficiências e criação de uma rede nacional de proximidades; - Que os Balcões de Inclusão têm como objetivo prestar às pessoas com deficiência, uma informação global e integrada dos direitos, benefícios e recursos existentes, apoiando-os na procura de uma solução. Proponho: - A aprovação do modelo de Protocolo de Cooperação do Instituto Nacional para a Reabilitação (INR) a celebrar com o MOA, que se anexa (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), tendo em vista a implementação e desenvolvimento do Balcão de Inclusão no Município, nas suas diversas atribuições. - A submissão da proposta à Assembleia Municipal nos termos da lei.”=====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Temos a funcionar desde 2008 um serviço de informação e mediação das pessoas com deficiência que se pretende que, através de um protocolo com o INR (Instituto Nacional para a Reabilitação), seja transformado num balcão para a inclusão, para prestar às pessoas com deficiência informação global e integrada dos seus direitos, benefícios e recursos existentes.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se os pedidos de Helga Correia e Marisa Sousa.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra à deputada **Helga Correia**, do PSD.* =====

===== *Senhor Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os presentes. Relativamente ao ponto 12 - minuta de Protocolo de cooperação a celebrar com o Instituto Nacional para a Reabilitação que vai permitir a criação de um Balcão de Inclusão em Oliveira de Azeméis, importa referir e saudar, em nome do Grupo Municipal do PSD, a criação de uma resposta de proximidade para as pessoas com deficiência. Contudo, importa referir que: - existe ainda um longo caminho a percorrer na área da deficiência, nomeadamente ao nível das acessibilidades aos edifícios públicos onde existem ainda algumas barreiras. Na sensibilização da população para a mobilidade e circulação das pessoas com deficiência, para as barreiras criadas através da ocupação dos passeios ou dos estacionamento indevidos, sem pensar no outro. Aproveito também*

neste ponto para chamar atenção para a necessidade de divulgação e esclarecimentos do Estatuto do Cuidador Informal. Existem no nosso concelho muitos cuidadores informais de pessoas com deficiência, mas também de pessoas dependentes, muitos deles desconhecem a existência de um estatuto, desconhecem o alargamento deste estatuto a todo o território, desconhecem que se podem candidatar a este Estatuto do Cuidador Informal. Deixo aqui o desafio, à Senhora Vereadora da Ação Social, Inês Lamego, em simultâneo: - para a criação um programa de apoio e divulgação e esclarecimento sobre o Estatuto do Cuidador Informal no Município de Oliveira de Azeméis; - e o desafio de retomar a parceria com o programa “cuidar de quem cuida” que presta um apoio excecional aos cuidadores de pessoas dependentes: Programa que esteve no terreno em oliveira de Azeméis de 2009 a 2013 e de 2014 a 2016 e que entretanto foi desativado e não há apoio a esse nível no nosso concelho - E siga assim o exemplo de outras autarquias na criação de bolsas de apoio aos cuidadores informais, através do apoio especializado a estes mesmos cuidadores. Existem muitos cuidadores no nosso Município de Oliveira de Azeméis. Não existe uma estatística. Não sabemos onde é que eles estão. Não sabemos quem são. E era importante para que depois o trabalho a nível nacional fosse bem feito. Muito obrigada. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra à deputada **Marisa Sousa**, do PS. =====*

===== Sintam-se todos cumprimentados na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal, Amaro Simões. Falar em inclusão ou numa sociedade inclusiva é falar da garantia de acesso à igualdade e respeito pela individualidade de ser humano, é falar de uma sociedade que reconhece todos os seus cidadãos como seres livres, iguais e com direito a exercer a sua cidadania, independentemente da sua condição física, psicológica, social, religiosa, económica. Para isso é necessário garantir oportunidades iguais para que cada pessoa se sinta mais autónoma e integrada, trabalhar para superar as diversas formas de desigualdades sociais, culturais e educacionais e económicas, bem como promover uma democratização do acesso a espaços e serviços deve ser uma prioridade do poder político local. A criação de um balcão de inclusão é promotora destas políticas. A aprovação isolada das medidas que resulta do formato da Ordem do Dia e a sua comunicação posterior dificulta, às vezes, a perceção mais global do conjunto de medidas que geram uma verdadeira política de inclusão. Medidas como as bolsas de estudo atribuídas a alunos carenciados para a frequência do ensino superior, a cadeira dentista e o seu enorme sucesso, o reforço dos apoios sociais como mais premência ainda nestes dois últimos anos, o apoio na compra de medicamentos à população mais carenciada, a requalificação do Bairro de Lações, adiada anos, que trouxe maior dignidade na habitação à população ali residente, aquisição de um veículo para o transporte de pessoas com necessidades especiais perfeitamente adaptado ou o programa de apoio a melhorias habitacionais, são exemplos das medidas que criamos e apoiamos, às quais se junta agora a que votamos. O desenvolvimento

humano constrói-se numa relação constante com o meio e com os outros. Cada um de nós influencia, mas também é influenciado. Nesta perspetiva, todos podemos e devemos contribuir para que a nossa sociedade seja livre de preconceitos e que a individualidade do ser humano seja respeitada. As medidas que o município possa desenvolver, no âmbito de uma política social e inclusiva, serão sempre determinantes para que todos os oliveirenses, qualquer que seja a sua condição, sintam que vale a pena viver no nosso concelho. E terão sempre o nosso apoio. Obrigada.

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número doze à votação tendo sido aprovado por unanimidade a proposta apresentada.* =====

===== ***Ponto treze: - Protocolo de condições de contratação e funcionamento das Equipas de Intervenção Permanente, com a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fajões e o Município. (I/72147/2021) - Autorização/ Ratificação;*** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Em cumprimento do estabelecido no nº 3 do artigo 35º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e posteriores alterações; Proponho: A ratificação do Protocolo, homologado em 08 de novembro do ano corrente, protocolo de condições de contratação e funcionamento das equipas de intervenção permanente, com a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção civil e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fajões e o Município. (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), os encargos deste protocolo serão suportados pelos orçamentos do ano de 2022 e seguintes. - Que se remeta à Assembleia Municipal nos termos e fins atrás citadas.”* =====

===== ***O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.*** =====

===== *Estamos a falar da constituição da segunda equipa EIP (Equipa de Intervenção Permanente) na nossa corporação dos Bombeiros Voluntários de Fajões. Já tínhamos seguido este percurso/ caminho na corporação dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis. Portanto, no nosso concelho, as nossas corporações cada uma delas tem duas EIP, 10 elementos cada uma, onde os vencimentos desses elementos são pagos em iguais partes pela Câmara Municipal e pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil. Estaremos a falar de um encargo anual do Município de Oliveira de Azeméis de 150.000,00€/ ano., para assegurar o funcionamento destas quatro Equipas de Intervenção Permanente.* =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de Rui Rocha. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao deputado **Rui Rocha**, do PS. =====

===== Muito boa tarde. Sintam-se todos cumprimentados na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Amaro Simões. O caminho faz-se caminhando. Sim. Quanta verdade nos versos do poeta castelhano António Machado e quanta urgência na sua concretização. Caminhando, nem sempre de forma célere ou efusiva, como muitos apreciam, mas com certeza de forma consistente e equilibrada. Encontra-se hoje, para nossa aprovação, a constituição de mais uma equipa de intervenção permanente que estará ao serviço do nosso município. Desta vez integrada na Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fajões. Mais uma equipa com a função de assegurar, em permanência, o socorro à nossa população. Mais uma prova do reconhecimento das Associações de Bombeiros Voluntários como pilares do sistema de proteção civil e socorro. Mais um passo no trajeto crescente de estruturação da resposta de proteção civil no nosso município. Podemos constatar, ao longo dos últimos anos, a construção de um conjunto sólido de meios humanos e materiais que serão parte da garantia do serviço que precisamos. Foi assim com a inclusão do coordenador municipal de proteção civil. Foi assim com a definição da nova sede do serviço municipal de proteção civil na casa das heras. Foi assim com a ambulância de suporte imediato de vida. Está a ser assim com as equipas de intervenção permanente. E tão importantes serão estas equipas, quer no apoio ao socorro em caso de incêndios, quer no reconhecimento de locais de risco e zonas críticas, num ano em que, tal como se anuncia e já se constata, teremos menos precipitação e temperaturas mais elevadas. Seguimos neste longo caminho, longe ainda do serviço pleno que se pretende da proteção civil municipal, mas certamente com convicção de o alcançarmos. Torna-se necessário continuar a reforçar a estrutura de pessoal e de meios para que os obstáculos sejam superados sem sobressaltos. O grupo municipal do Partido Socialista continuará a sinalizar as conquistas e progressos, mas também a discutir as fragilidades e as necessidades que ainda sentimos no âmbito da proteção civil municipal. Termino desejando às duas Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários do concelho sucesso na operacionalização das novas equipas de intervenção permanente, que aprovamos na última Assembleia Municipal e agora, neste momento, reforçando as duas corporações. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número treze à votação tendo sido aprovado por unanimidade a proposta apresentada. =====

===== **Ponto catorze:** - **Minuta de Protocolo de Colaboração com a Administração Regional de Saúde do Norte, I.P, (I/1207/2022) - Autorização;** =====

=====
 ===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que:
 1. O país enfrenta, no momento atual, uma situação de calamidade de saúde pública decorrente do novo coronavírus SARS-CoV-2, gerador da doença COVID-19, a qual determina o estabelecimento de prioridades e adoção de medidas extraordinárias e de caráter urgente que assegurem a capacidade de resposta dos serviços públicos de saúde para fazer face às necessidades de prestação de cuidados de saúde; 2. No domínio da saúde, é prioritário que se garanta às entidades prestadoras de cuidados de saúde do SNS a disponibilização de todos os recursos técnicos e humanos possíveis e necessários à testagem e ao tratamento de sintomas e complicações associadas ao COVID 19; 3. A Administração Regional de Saúde do Norte, IP, tem por missão garantir à população da respetiva área geodemográfica de intervenção o acesso à prestação de cuidados de saúde de qualidade, adequando os recursos disponíveis às necessidades em saúde; 4. A Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, no desempenho da sua missão, se disponibiliza a cooperar financeiramente acrescentando eficácia e eficiência na estratégia de combate e controle da situação infecciosa; 5. A participação das autarquias locais na ação comum a favor da saúde coletiva e dos indivíduos, potenciando sinergias institucionais que, de forma sustentada, incrementem uma comunicação articulada que privilegie o utente, numa perspetiva de humanização e garantia de cuidados; 6. O estabelecimento de parcerias funcionais, de aliança e de redes fortes para a promoção e proteção da saúde, que incluam os setores público, privado e outros grupos da sociedade civil, para além dos tradicionalmente envolvidos, num esforço conjunto de construção de uma sociedade verdadeiramente participativa e promotora da saúde, vão ao encontro das crescentes exigências das populações em termos de qualidade assistencial e prontidão de respostas, permitindo igualmente otimizar e potenciar recursos financeiros, materiais e humanos; 7. As atuais orientações nacionais vão no sentido de aumentar a testagem da população e dadas as dificuldades sentidas pelas unidades que prestam cuidados de saúde do SNS em alocar recursos técnicos e humanos ao processo de testagem, sem comprometer o processo de vacinação; 8. Face à necessidade de colmatar a eventual falta de recursos técnicos e humanos para fazer face ao contexto de pandemia e dada a disponibilidade manifestada pela Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, através do presente Protocolo, alocar aqueles recursos para efetuar a testagem a todos os utentes que dele necessitem, disponibilizando a ARS Norte os testes que adquiriu e que dispõe; 9. A designação do trabalhador Alberto Filipe Rebelo Godinho como gestor do presente protocolo (art.º 290-A do CCP). Proponho: - A aprovação da minuta de Protocolo de Colaboração com a Administração Regional de Saúde do Norte, I.P, conforme minuta anexa (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas).” =====

=====
 ===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== A Administração de Saúde Regional do Norte oficiou os municípios disponibilizando-lhes 10% dos testes, correspondente a 10% da sua população, nesta fase, desde que os municípios assegurassem os recursos humanos devidamente habilitados para os administrar. Equaciona-se, nesta fase, se fará sentido abrir um centro de testagem para administrar estes testes ou então procurar, como estamos a tentar fazer, que estes testes sejam disponibilizados às nossas Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), no sentido de serem administrados aos seus utentes. Estamos a ter alguma resistência por parte da Administração Regional de Saúde do Norte que entende que estes testes devem ser disponibilizados à população de uma forma geral e não disponibilizando os testes apenas às IPSS. Mas é um caminho que estamos a fazer, no sentido de procurar evitar que estes testes, enfim, não sejam utilizados efetivamente para testar as pessoas. ==

===== Aberto o período de inscrições, registou-se os pedidos de Helga Correia e Bruno Aragão. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra à deputada **Helga Correia**, do PSD. =====

===== Relativamente ao ponto 14 - minuta de Protocolo de colaboração com a ARS Norte para a instalação de um centro de testagem em Oliveira de Azeméis, importa, referir que: O Município de Oliveira de Azeméis corre eternamente atrás dos concelhos vizinhos, com a desculpa - como aqui ainda ouvi hoje - “dispensar o ruído ..., ou de atitudes populistas ..., ou de vaidade”. O município de Oliveira de Azeméis anda sempre atrás de outros municípios vizinhos. O grupo municipal do PSD não se conforma com o facto de, não existir uma maior proatividade do município numa área assistencialista e importante como a saúde. Olhamos para o concelho vizinho de São João da Madeira, com menor população, apenas com uma freguesia, mas com um centro de vacinação e um de testagem a responder ao seu concelho e ao concelho vizinho de Oliveira de Azeméis que tem muito mais população e muito mais freguesias. Será que o número de habitantes que Oliveira de Azeméis tem não conta para nada? Será que o peso que nós temos, enquanto concelho, não tem significado para a ARS-Norte e para o ACES? Será que não conseguimos ter peso para dizer: nós temos mais população, temos mais área, precisamos que o centro estivesse em Oliveira de Azeméis? Isto é tarde, Senhor Presidente. Mas acho que é importante discutir estas situações para acautelarmos o futuro. Pegando um pouco no que o Bruno dizia: - Está certo que tudo o que foi feito está correto. Se ouvirmos a intervenção do Senhor Presidente da Câmara quando foi a abertura do centro de vacinação em Oliveira de Azeméis e se formos ouvir a intervenção do Senhor Presidente do ACES, ficamos na dúvida se o centro de vacinação foi aberto tardiamente, na nossa opinião, no dia 07, porque a Câmara não disponibilizou os espaços ou porque o ACES não quis e não disponibilizou os meios. Nesta situação do centro de testagem já percebemos, e o Senhor Presidente justificou, que é tarde. Mais

uma vez vamos tarde. Agora, importa realmente acautelar - como disse - se a ARS-Norte está ou não disponível para dar os 10% dos testes, a que o Município tinha direito se abrisse o centro de testagem, para as IPSS e até para as Escolas que também têm de fazer essa testagem. É tarde. Mas acho que era importante e estou certa que o Senhor Presidente vai fazer esse forcing, no sentido de obtermos esses testes para o Município de Oliveira de Azeméis. Muito obrigada. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao deputado **Bruno Aragão**, do PS. =====*

===== Só para deixar um esclarecimento, porque não podem ficar dúvidas sobre estas questões. Não há nenhum sítio onde eu tenha dito que tudo foi feito e tudo está correto. Nenhum. Mas há uma coisa que eu sei. Sei justificar todas as afirmações que fiz. E, portanto, quando falamos no ruído, quando falamos no ruído que pode ser dispensado, eu sei perfeitamente ao que é que me estou a referir. E, portanto, vou deixar aqui também para que fique isso registado. Porque me lembro perfeitamente do dia 14 de março de 2020, e lembro-me de tudo o que aconteceu a partir daí. Há até alguns momentos, sobretudo naqueles primeiros dois meses, que foram bem duros, desse ponto de vista. Porque o País estava num blackout total e houve algumas pessoas que resolveram fazer política com isso. Há imensos registos com isso. Eu tive até cuidado de guardar alguns. E, portanto, lembro-me perfeitamente o que foi o ruído com o número de mortos, a forma como o município de Oliveira de Azeméis não dispensava os dados, a forma como só o município de Oliveira de Azeméis é que não dizia, a forma como nós não queríamos transmitir esses números à população. Lembro-me perfeitamente disso. Lembro-me perfeitamente do ruído, logo a seguir, sobre as instituições, que só o município de Oliveira de Azeméis é que não fazia. Só nós é que não dávamos mascaras. Que não disponibilizávamos álcool gel. Lembro-me perfeitamente disso. Lembro-me perfeitamente o que foi o processo com o centro de vacinação aqui na escola, que a escola não ia ter pavilhão para os alunos mesmo que as escolas estivessem com o ensino à distância. De como ia correr mal. E, afinal, correu bem. Lembro-me perfeitamente a situação com o ADR (Áreas Dedicadas para Doentes Respiratórios) que, aliás, chegamos a ter só no concelho de Oliveira de Azeméis, servindo também as populações de S. João da Madeira e de Vale de Cambra. E nem por isso essas populações fizeram ou acharam que estavam a ser preteridas pelo ADR ser aqui. Portanto, lembro-me perfeitamente disso tudo. E foi mesmo isso que aconteceu. Lembro-me até de um caso, que não sendo diretamente relacionado com a Covid tinha a ver com estas questões de saúde num momento de pandemia, que foi a questão dos médicos de família. E um momento no período de campanha eleitoral em que se resolveu dizer que havia falta de médicos de família no concelho de Oliveira de Azeméis. Aliás, informação prontamente desmentida pelo ACES. Agora, há uma coisa que para o Partido Socialista é de facto central, quando olhamos para estes processos não municipalizamos, nem num sentido nem no outro. Não foi o município de S. João da Madeira que teve o centro de vacinação para servir a sua população.

Foi o ACES que serve S. João da Madeira, Vale de Cambra e Oliveira de Azeméis que entendeu que na resposta às populações essa era a melhor opção. Tecnicamente, com toda sinceridade, não sou capaz de dizer se foi ou se não foi. Politicamente, consigo perfeitamente compreender que as pessoas tenham dificuldade em entender essa opção. Mas há uma coisa que eu também tenho que dizer às pessoas: É que se calhar não houve muitos ACES que, ao mesmo tempo que vacinaram, à mesma velocidade que os outros municípios vacinaram, - e isto nós temos que dizer: nós não vacinamos a nossa população de forma mais lenta, garantiu que todas as Unidades de Saúde Familiar (USF) pudessem continuar para recuperar, mesmo com as dificuldades, os níveis assistenciais pré-pandémicos. Isso foi uma opção do ACES. E é uma opção que eu claramente compreendo. E esta dupla capacidade que nós também temos que dizer às pessoas que justifica muitas das opções. Certamente no tempo devido o ACES apresentará os números, as estatísticas. E nós cá estaremos para reconhecer se houve mérito, se houve demérito, se correu bem, se não correu bem. Há uma coisa que nós podemos dizer a todos os oliveirenses: As Unidades de Saúde familiar do concelho de Oliveira de Azeméis funcionaram. As pessoas foram vacinadas. E nós continuamos, como desde esse dia 14 de março de 2020, com toda a serenidade, a garantir às pessoas as respostas que elas precisam. Tudo correu bem? Seguramente que não. Tudo foi feito com total seriedade? Absolutamente.=====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====*

===== Efetivamente não nos revemos nessa linguagem de andar atrás dos outros municípios, sobretudo quando somos herdeiros de hospital com as condições e com as circunstâncias que temos e quando somos herdeiros de uma ausência completa de políticas de saúde pública. Deixe-me que lhe diga o seguinte: O espírito que presidiu, desde sempre, a um problema de saúde pública gravíssimo à escala mundial, foi o espírito de cooperação e não de competição. E foi isso que esteve na base de toda a conversa que os diferentes presidentes de câmara foram mantendo com o nosso ACES e com a nossa Administração Regional de Saúde. E foi com esse espírito que foram construídas as respostas que era necessária assegurar, não para o município de Oliveira de Azeméis, não para o município de S. João da Madeira, não para o município de Vale de Cambra, mas para o território, para o conjunto dos munícipes que são servidos por este Agrupamento de Centros de Saúde. Foi esse espírito que presidiu. Um espírito de total ponderação, de total cooperação, de total seriedade, total responsabilidade. Mesmo quando fomos frequentemente acusados de que ocultávamos e de que omitíamos informações aos oliveirenses quando estávamos impedidos de o fazer e outros ACES o faziam. Mas, obviamente que, nós também não nos revemos nessas afirmações de que os habitantes de Oliveira de Azeméis não contam para nada, que nós não temos peso. Nós não encaramos as políticas públicas dessa maneira. Nós encaramos as políticas públicas num quadro de cooperação. Cooperação, muitas

vezes, institucional, outras vezes, formal. Que nos permitam criar as respostas que o nosso território e que a nossa região precisa. E foi isso que nós fizemos. Nunca deixamos - como aqui já foi dito - que este tema, que é um tema que nos merece a todos todo o respeito e toda a preocupação, um problema de saúde gravíssimo. Nunca deixamos que ele se municipalizasse. E sempre procuramos rebater essa visão. E nós fomos acusados muitas vezes de que tínhamos trabalhadores a trabalhar com Covid, que tínhamos trabalhadores a trabalhar quando os outros estavam em teletrabalho que não protegíamos os nossos trabalhadores, que não protegíamos a nossa população. Colocaram dúvidas sobre a conta solidária que abrimos. Que foi um sucesso. E que permitiu comprar equipamentos que foram indispensáveis para ajudar a salvar vidas. Fomos criticados com a abertura do centro de vacinação num pavilhão. E depois fomos criticados porque as crianças não podiam ter as aulas de educação física quando estavam, enfim, até em suas casas. Mas depois quando regressaram asseguramos a resposta. Fomos acusados que deixamos o pavilhão em condições lastimáveis., profundamente degradado. Enfim, coisas absolutamente inenarráveis que aconteceram ao longo deste processo. E algumas já foram aqui referidas. E chegaram mesmo ao ponto de ter sido dito que nós não apoiávamos as famílias, que não apoiávamos as empresas, que não apoiávamos os nossos bombeiros, que não apoiamos as nossas IPSS. Um quadro que é de todo um quadro que não se deve ter num problema com esta dimensão e com esta gravidade. Desde a primeira hora a nossa preocupação foi, naturalmente, conforme eu já disse, neste quadro de cooperação, criar as respostas que permitissem proteger e socorrer a nossa população. E o caso concreto do nosso território não é diferente da realidade que acontece no país. Nós não fomos uma ilha. Não fomos particularmente ou especialmente afetados. Infelizmente, isto atingiu todos os territórios. Evidentemente que, uns de maneira mais expressiva do que outros. Todos conhecemos casos de territórios que foram sujeitos a uma maior pressão. Mas o que é um facto, isso é que para mim releva, foi que este território, esta região e o país estiveram à altura deste grande desafio. Isso só se deve realmente ao facto de nós conseguirmos ser nos momentos certos responsáveis, solidários e termos efetivamente um Serviço Nacional de Saúde que nos orgulha a todos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra à deputada **Helga Correia**, do PSD. =====

===== Apenas para dizer que, este é um tema que sempre mereceu todo o respeito do PSD. E o Senhor Presidente sabe disso. Agora, também cabe aos deputados municipais do PSD fazer o escrutínio de algumas decisões que são tomadas pelo executivo. É essa a nossa função enquanto estamos na Assembleia Municipal. Quando questionamos relativamente às mortes, já que o Senhor Presidente puxou esse assunto a esta Assembleia, nós questionamos porque outros municípios o estavam a fazer aqui ao nosso lado e outros municípios que pertencem ao mesmo ACES. Quando questionado - eu pedi reunião com o senhor presidente do ACES - sobre essa

matéria o senhor presidente do ACES diz que não dizia porque não lhe era autorizado. Agora, é importante esclarecer porque é que o município de Oliveira de Azeméis não dizia e o outro município dizia. Isto tem a ver com esclarecimento à população. Só e apenas isso, Senhor Presidente. Não quer dizer que as pessoas não respeitem mais ou menos. Porque não são só os senhores que respeitam os oliveirenses. O grupo municipal do PSD também os respeita. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para mais esclarecimentos. =====*

===== Quero apenas dizer que, não falei em mortos, falei em ocultação de informação. Fomos acusados de ocultar informação. Mas deixe-me que lhe diga que, o que é relevante não é isso. O que é relevante é cumprir a lei. E as orientações que nós recebemos e que o ACES recebeu da Administração Regional de Saúde do Norte, é que aqueles dados não podiam ser divulgados. Nós recebemos instruções e nós respeitamos hierarquias, fazemo-lo, e devemos fazê-lo, é uma boa prática, e em matéria de saúde é particularmente importante fazê-lo, o que nós fizemos foi obedecer escrupulosamente a todas as orientações e a todas determinações que recebemos neste processo. E continuaríamos a fazê-lo exatamente da mesma maneira. Não tenha dúvidas nenhuma sobre isso. Mas não tenha mesmo nenhuma dúvida sobre isso que, repetidas vezes, estes três presidentes de câmara perguntaram e questionaram: porque é que outros ACES, porque é que outros municípios veiculavam diariamente essa informação e nós não o podíamos fazer? Aquilo que nos foi dito foi muito simples: “Esses municípios não cumpriam a Lei. Esses ACES não cumpriam a lei.” E, portanto, nós quisemos estar ao lado das orientações legais e, portanto, foi isso que nós fizemos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número catorze à votação tendo sido aprovado por unanimidade a proposta apresentada. =====

*===== **Ponto quinze:** - **Minuta de Adenda ao Contrato Interadministrativo Apoio de Financeiro - Freguesia de Carregosa (I/8457/2022) - Autorização;** =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O Contrato Interadministrativo de Apoio Financeiro, assinado com a Freguesia de Carregosa, aprovado em reunião de câmara de 27/05/2021 e em sessão da Assembleia Municipal de 21/06/2021, com o objeto o apoio financeiro para a execução do investimento aprovado no âmbito da Candidatura ao PDR2020 - Carregosa VIVA e registado com o número 84/2021; - A Candidatura aprovada para a execução do investimento no âmbito do projeto apresentado ao - PDR2020 - 10216 - CARREGOSA VIVA, com investimento total de 165.906,34€, de acordo com o mapa em anexo (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas); - Que os

pedidos de reembolso/pagamento só podem ser submetidos à ADRITEM, após estarem devidamente pagos, que esta situação está a causar constrangimentos a nível de gestão de tesouraria à entidade promotoras dos projetos, nomeadamente a Freguesia de Carregosa; - O pedido da Freguesia de Carregosa “A Junta de Freguesia de Carregosa solicita a V. Ex^a. o adiantamento do valor atribuído ao Parque Verde, apesar de já termos recebido o valor de 10.679,20€ referente ao auto nº 4, encontramos-nos com dificuldades de tesouraria e temos prazo para pagamento da fatura para enviar à Adritem, para podemos pedir o reembolso referente a esse auto.” - A intenção de alteração da redação da terceira clausula, do referido Contrato Interadministrativo, acrescentando um ponto 3. “Poderá a Junta de Freguesia solicitar de forma excepcional, invocando os fundamentos que o justifiquem, pedido de adiantamento/pagamento, sendo que o valor do pagamento nunca poderá exceder os 95% da comparticipação do MOA”. - Que compete à Assembleia Municipal “Deliberar sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações”, de acordo com a alínea j), do n.1 do art.º 25º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 setembro; Assim, pelas circunstâncias e fundamentos invocados propõe-se que a Câmara Municipal delibere: - Aprovar a adenda ao Contrato Interadministrativo n.º 84/2021; - Autorizar desde já o pagamento no valor de 17.500€ e nos termos da adenda aprovada; Que a presente Proposta vá a ratificar à próxima Assembleia Municipal ao abrigo do artigo 164º do CPA, no sentido de convalidar todos os atos já realizados bem como o pagamento efetuado à data em que ocorreu.”

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

===== A Câmara Municipal assinou com a Junta de Freguesia de Carregosa um contrato interadministrativo de apoio financeiro, maio de 2021, para apoio à construção do Parque Verde e de Lazer - “Carregosa VIVA”. Estamos a falar de um investimento previsto de 165.906,34€. Mas os pedidos de reembolsos só podem ser feitos depois de pagos e apresentados os justificativos do pagamento à Câmara Municipal. Como sabem, as juntas de freguesia têm grandes dificuldades financeiras. E, naturalmente, não têm stock financeiro que permita pagar em primeiro lugar e depois esperar para serem ressarcidas, neste caso concreto, pela ADRITEM e pela Câmara Municipal. Aquilo que vos estamos a pedir é permitir a antecipação do apoio, para não colocar em risco a continuidade do projeto e também não criar embaraços de natureza financeira à Junta de Freguesia de Carregosa. Alertar já os senhores deputados que esta vai ser uma prática recorrente, para o conjunto das candidaturas que temos, no âmbito da ADRIREM. Estamos a autorizar o pagamento de 17.500,00€, conforme consta da proposta. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número quinze à votação tendo sido aprovado por unanimidade a proposta apresentada. =====

===== **Ponto dezasseis: - Alteração do regulamento das distinções honoríficas e do cerimonial do município de Oliveira de Azeméis (I/4951/2022) - Aprovação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - que a Câmara Municipal, em reunião de 30-12-2021, deliberou dar início ao procedimento de Alteração ao Regulamento das Distinções Honoríficas e do Cerimonial de Oliveira de Azeméis; - que foi promovida a consulta, por Edital, a todos os interessados, pelo prazo de 10 dias úteis, contados da data da publicitação da deliberação da Câmara Municipal (05 de janeiro de 2022), para apresentação de contributos no âmbito deste procedimento; - e que não houve constituição de interessados nem quaisquer contributos a considerar no âmbito do procedimento de alteração do regulamento. - que compete à Câmara Municipal elaborar e submeter à Assembleia Municipal os projetos de regulamento externos do município, bem como, aprovar os regulamentos internos (art.º 33.º n.º 1 alínea k) do anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e posteriores alterações); - e que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, aprovar as posturas e os regulamentos com eficácia externa do município (art.º 25.º n.º 1 alínea g) do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações). Propõe-se: 1. A aprovação pela Câmara Municipal da “Alteração ao Regulamento das Distinções Honoríficas e do Cerimonial de Oliveira de Azeméis”, nos termos e para os efeitos do art.º 33.º n.º 1 alínea k) do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações; 2. A remessa do mesmo para aprovação pela Assembleia Municipal nos termos e para os efeitos do art.º 25.º n.º 1 alínea g) do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações; 3. Após aprovação da Assembleia Municipal, a remessa da Alteração ao Regulamento para publicação em Diário da República, nos termos e para os efeitos do art.º 139.º do Código do Procedimento Administrativo (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro).” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== Eu gostaria, em primeiro lugar, de chamar à atenção para o artigo 7º, que pudesse ser corrigido, onde diz: “Polícia de Segurança Pública”; deve ler-se: “Forças de Segurança”. Nós estamos a falar da alteração do regulamento das distinções honoríficas e do cerimonial de Oliveira de Azeméis. Estamos a atualizá-lo. Tiveram a oportunidade de o analisar. Portanto, estamos a procurar adaptar este documento. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número dezasseis à votação tendo sido aprovado por unanimidade a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto dezassete: - Normas de utilização da Casinha do Parque de La Salette (I/1493/2022) - Aprovação;** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - É da competência da Câmara Municipal a gestão dos espaços públicos integrados no seu património de acordo com o artigo 73.º, 78.º, 235.º, 241.º da Constituição da República Portuguesa, conjugado com as alíneas a), f) e m), do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual; - O Parque de La-Salette é um espaço de excelência para o lazer e convívio; - A reabilitação da “Casa do Guarda”, doravante designada por “Casinha do Parque”, localizada no Parque de La-Salette, é um imóvel do Município de Oliveira de Azeméis que deve ser colocado ao serviço da população do Concelho. - Propõe-se que: Seja aprovada a presente proposta de Normas de Utilização da Casinha do Parque de La-Salette.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Há uma casinha, ao lado do Parque Infantil, no Parque de La-Salette. Essa casa era utilizada pelos funcionários da autarquia afetos ao Parque. Encontrou-se uma localização alternativa, porque se pretendia transformar aquela casa numa resposta que permitisse criar dinâmicas naquele espaço. O que se pretende é que aquela casa seja disponibilizada para eventos para as coletividades, para as nossas escolas e permitir que sejam realizados ali eventos onde possam estar os mais graúdos nas mesas que colocamos no espaço e os mais pequenotes poderem brincar no Parque Infantil com toas as condições de segurança. E ter ali uma resposta que permita alguma animação para esses eventos. Portanto, estamos aqui a criar um conjunto de regras, um conjunto e normas que disciplinam a utilização dessa casa.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número dezassete à votação tendo sido aprovado por unanimidade a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto dezoito: - Estratégia Local de Habitação (ELH) do Município de Oliveira de Azeméis - Aprovação;** =====

=====
 ===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que:
 1. O artigo 65.º da Constituição da República Portuguesa que consagra o princípio fundamental de que todos têm direito, para si para sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto, que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar, cabendo ao Governo promover e estatuir todas as medidas políticas que permitam que o imperativo constitucional se torne realidade; 2. Os Municípios assumem, necessariamente, nesta matéria, um papel determinante e são o principal veículo das políticas de habitação preconizadas, quer a nível central, quer local, garantindo que as mesmas são aplicadas de forma a que a habitação, sendo um bem essencial à vida das pessoas, se constitua como um direito fundamental dos cidadãos; 3. O progressivo aumento dos problemas sociais e económicos verificados tem vindo, conseqüentemente, a agravar o problema da habitação, traduzindo-se num aumento de situações habitacionais indignas, de grave carência, a que há que dar resposta condigna; 4. Cabe ao município com responsabilidade e interesse em matéria de habitação definir, priorizar e implementar as políticas necessárias à satisfação das necessidades dos cidadãos e que contribuam para a resolução dos principais problemas inerentes a esta problemática, nomeadamente a implementação de novas dinâmicas de revitalização social e reestruturação urbana que conduzam a uma efetiva coesão territorial; 5. No seguimento do diagnóstico e da identificação das principais carências habitacionais do nosso Concelho, e tendo em conta, para além das políticas locais já implementadas, a “Nova Geração de Políticas de Habitação”, nomeadamente, o “1º Direito – Programa de Acesso à Habitação”, define-se agora a Estratégia Local de Habitação (ELH) de Oliveira de Azeméis para o período temporal 2022/2025, nos termos do artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de Junho, na sua redação atual, contém a caracterização das carências habitacionais atualizadas do território a que respeita bem como a caracterização do número de agregados e de pessoas que nele vivem em condições indignas, cf. os conceitos definidos no diploma 1º Direito, decorrendo, as soluções habitacionais que o município preconiza desenvolver do Diagnóstico, e cf. n.º 2 do Artigo 2.º da Portaria 230/2018, de 17 de agosto na sua redação atual, que regulamenta o “1.º Direito”. 6. A necessidade de introduzir correções ao documento inicial, nomeadamente: pequenos lapsos verificados bem como a alteração da tabela 25 no que respeita à reabilitação de 25 fogos (reconversão de edifícios municipais) que foi convertida para nova construção, uma vez que se concluiu que o edificado proposto para este fim não reunia as melhores condições para o cumprimento dos objetivos pretendidos no âmbito da Estratégia Local. Propõe-se: - A aprovação da atualização do documento da Estratégia Local de Habitação (ELH) de Oliveira de Azeméis, elaborado nos termos do Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho, na sua redação atual; - Remessa do documento da Estratégia Local de Habitação (ELH) atualizado à Assembleia Municipal, para a devida aprovação” =====

=====
 ===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== *O Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana fez um levantamento das necessidades habitacionais do nosso país, em 2017e 2018. E isso deu origem a um programa designado 1º Direito, que visa essencialmente resolver o problema da habitação indigna transformando-a em habitação digna, habitação condigna. Portanto, o Programa 1º Direito visa resolver 26.000 soluções habitacionais. E esse programa é um programa que é consubstanciado através da possibilidade de estratégias locais de habitação, que são diferentes de município para município porque atendem à realidade socioeconómica de cada um dos municípios. Portanto, esse trabalho e esse diagnóstico foi feito. Depois foram elencadas um conjunto de soluções. É também definido as necessidades financeiras para a sua execução. A forma de operacionalizar e de priorizar essas intervenções. E no caso concreto de Oliveira de Azeméis, nós estamos a falar da necessidade de termos 40 fogos que vão ser reabilitados, os nossos fogos de habitação social. Estamos a falar de um investimento de 1 milhão de euros, porque está tipificado uma verba de 25 mil euros por cada fogo. Temos para habitação social, para a Junta de Freguesia de Cesar, 2 fogos no valor de 50 mil euros. Temos também a construção de 47 respostas, no valor de 4.58 milhões de euros. Depois temos também um investimento nos privados, de 13 fogos, no valor de cerca de 1.3 milhões de euros. Em números redondos, estaremos a falar de perto de 7 milhões de euros, 6.9 milhões de euros, para a Estratégia Local de Habitação. A Estratégia Local de Habitação forneceu-nos, também, para além daquilo que é mais importante que são as nossas necessidades habitacionais, a identificação de 147 agregados, correspondentes a 328 pessoas, que precisam de uma resposta habitacional digna. Estamos a falar de diferentes tipos de agregados, monoparentais, monoparentais com filhos. Estamos a falar de vários tipos de agregados. Mas aquilo que é importante e que esta Estratégia Local de Habitação forneceu-nos também um conjunto de informação importante sobre aquilo que é a realidade habitacional no nosso território. Percebemos que temos aqui 30654 alojamentos. Percebemos que cerca de 3.5% desses alojamentos são alojamentos degradados e muito degradados. Percebemos que os nossos alojamentos têm em média mais de 37 anos de vida, de construção. Temos cerca de 12% do nosso parque habitacional degradado. Estamos a falar de 3650 fogos. E desses 3650 fogos disponíveis temos para venda apenas 940 fogos. Esta é a realidade do nosso território. E aquilo que nós procuramos com esta Estratégia que permite, conforme referi, a reabilitação de fogos existentes e também a construção de novos fogos; procuramos atender ao diagnóstico que foi feito com base na informação da Câmara Municipal, com base na informação que resultou da consulta que foi feita aos senhores presidentes de junta de freguesia, que ajudaram a diagnosticar as situações de carência habitacional nos seus territórios, e também à informação que foi disponibilizada por um conjunto de profissionais do setor, nomeadamente as imobiliárias e também o site Idealista, que apresenta informação muito atualizada sobre a habitação no país. Portanto, em resultado desse trabalho que foi feito estamos em condições de aprovar na Assembleia a nossa Estratégia Local de Habitação para nos candidatarmos a esse Programa 1º Direito que nos permitirá implementar estas respostas com taxas de financiamento que poderão, no caso de aderirmos ao PRR, ser de*

100%, no caso de não aderirmos ao PRR ou de não termos condições para aderir ao PRR, as taxas de financiamento de apoio estão aqui tipificadas em função do tipo de intervenção que se vai fazer. Portanto, temos aqui nesta Estratégia Local de Habitação, era essa a informação que eu vos queria dar, o pior cenário possível. O pior cenário possível onde, digamos, a autarquia é obrigada a fazer um maior esforço financeiro para fazer a implementação destas respostas. E é assim que as coisas devem ser feitas. E, portanto, se a situação não for esta? Melhor ainda. Mas o que importa é que nós estamos preparados para este cenário. Estamos preparados para a construção desta resposta. Sendo certo que o número de famílias no nosso concelho que tem necessidades, que tem carências habitacionais é seguramente superior. Mas, obviamente, quando estamos a falar de famílias que habitam em espaços arrendados essas famílias ficam imediatamente de fora, porque cabe aos senhorios procederem à reabilitação dos edifícios alugados. Temos também um conjunto de famílias que ficam de fora porque estão em espaços cujas rendas são substanciais, rendas elevadas que as colocam de fora. Importa dizer que esta Estratégia Local de habitação não é um instrumento rígido, pode ser revisto e atualizado de 6 em 6 meses. Portanto, poderemos naturalmente incluir um ou outro caso que tenha ficado de fora e procurar, naturalmente, dar resposta. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se os pedidos de Alcino Martins, Bruno Aragão, António Santos e Fernando Pais. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao deputado **Alcino Martins**, do B.E. =====

===== Nós (Bloco de Esquerda) vamos votar a favor. No entanto, quero que fique registo do seguinte: Enquanto estamos a discutir o plano estratégico da habitação local, São João da Madeira, já tem o plano estratégico para habitação local desde 2020 e o programa primeiro direito disponível para que a sua população se possa candidatar aos apoios, enquanto no nosso concelho, que ainda tem que se candidatar ao primeiro direito, provavelmente só daqui a um ano ou mais é que os Oliveirenses podem usufruir desses apoios. Os tais apoios para a habitação digna. Continuamos na linha da frente dos últimos, apesar de termos capacidades para fazermos muito melhor. Lembro a frase do Sr. Bruno Aragão; “Fazer as coisas no tempo certo” Fica o conselho para o Senhor Presidente da Câmara. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao deputado **Bruno Aragão**, do PS. =====

===== [Esta intervenção foi acompanhada com projeção de slides.] Este é se calhar o tema mais político de toda a Assembleia, embora possa não desparta às vezes tanta agitação da nossa

parte. Mas mostra como de facto o município não é uma ilha e como país devemos funcionar como um todo. E gostava de refletir um bocadinho sobre isso. Porque de facto somos a história que fazemos. Há, tem que haver medidas que tomamos, opções políticas que nos distingam. Visões da sociedade e do mundo que nos caracterizam e que marcam as propostas que fazemos. As últimas eleições legislativas, como aqui hoje já dissemos, são disso um exemplo. E a Estratégia Local de Habitação que hoje aprovamos é, para nós, enquanto partido, seja local a nossa ação, mas nacional a nossa expressão, mais do que um procedimento administrativo ou legal. Com a revolução de Abril, muitos sonharam por nós com um estado social capaz de mitigar desigualdades profundas, de gerar oportunidades iguais e permitir que, independentemente da sorte do berço, pudessem todos os portugueses sentir-se cidadãos por igual. Foi este o espírito que, esta imagem é sobre isso [projeção de slide], nos permitiu construir um Serviço Nacional de Saúde de que hoje ninguém tem dúvidas que é um pilar fundamental de coesão e de justiça social; Que nos permitiu construir um serviço educativo público que, em quase 50 anos, conseguiu formar milhares e milhares de portugueses e recuperar enormes taxas de analfabetismo. Uma evolução que, neste espaço de tempo, muito poucos países do mundo podem reclamar. Este estado social, que às vezes esquecemos porque adquirido, protelou, por diversas razões que se calhar hoje pouco importam, uma área fundamental constitucionalmente prevista, a habitação. Não posso por isso deixar de recordar um processo que se tornou e ainda hoje é uma referência internacional [projeção de slide]. Porque a importância que hoje damos à política de habitação é credora desse processo. Na imagem de fundo o SAAL - Serviço de Apoio Ambulatório Local, criado no calor da revolução para apoiar através das Câmaras Municipais iniciativas de populações mal alojadas, no sentido de colaborarem na transformação dos seus próprios bairros. Equipas de técnicos, arquitetos e engenheiros desenharam voluntariamente dezenas de casas. O Estado fornecia os materiais e os moradores construíam eles próprios, em comunidade, as suas habitações. Jovens arquitetos desconhecidos, como Siza Vieira, fizeram parte dessas brigadas de voluntários e desenharam dezenas de casas e bairros inteiros. Ainda que muita gente não o saiba, o SAAL ficou eternizado pelos habitantes da freguesia da Meia Praia, concelho de Lagos, na música de José Afonso “Os Índios da Meia Praia”. Essa luta mais não é do que o relato desse processo. Eram mulheres e crianças cada um com o seu tijolo. Mesmo que o SAAL seja ainda hoje um caso de estudo e de referência internacional, durante muitos anos apostamos muito pouco nesta dimensão do estado social. Foi novamente o Partido Socialista que, em 2019, fez aprovar a primeira Lei de Bases da Habitação e, com isso, traz definitivamente esta dimensão social para o discurso político recente e, o mais importante, para a perceção pública de que o direito a uma habitação condigna é mais do que uma questão de humanidade. É mesmo uma questão pública de que o estado é o garante. É desta opção política que surge muitos dos instrumentos que hoje culminam na discussão este ponto. São estes instrumentos que nos permitem definir estratégias nacionais de habitação e, a partir delas, as estratégias locais e para elas criar mecanismos de financiamento concreto. O 1º Direito, programa de acesso à habitação, é uma das suas faces mais visíveis. Sem

a sua consagração constitucional, enquanto pilar do estado social. Sem uma Lei de Bases que lhe dê enquadramento. Sem instrumentos de planeamento que lhe dê horizonte. E sem mecanismos de financiamento que lhe deem corpo, esta discussão não existiria hoje. Este caminho foi possível porque o Partido Socialista assim o entendeu fazer e priorizar. Hoje ninguém dúvida da sua pertinência, mas, tal como para o Serviço Nacional de Saúde ou para a Escola pública, nem sempre foi assim. É uma visão ideológica que temos das políticas públicas? É com certeza. É neste espírito que discutimos localmente uma estratégia que tem um profundo enquadramento nacional. As especificidades do território e a capilaridade do poder local permitem uma resposta que a proximidade facilita e sobretudo uma adaptação concreta à realidade de cada território. Em 1970, 57% das habitações portuguesas não tinha saneamento básico. Em Oliveira de Azeméis, em 2017, 58% não tinha saneamento básico nem qualquer perspetiva de o vir a ter. Só este ponto deveria obrigar ao recato de certas posições. E aqui sim, não por ideologia, mas por pura honestidade política. Somos a história que fazemos e é sempre dela que partimos. Nos últimos anos Oliveira de Azeméis foi perdendo pessoas. Nos Censos de 2011 tivemos o primeiro grande impacto. E recordo bem o que nos chamaram quando sobre isso refletimos, está em ata. Em 2021 tivemos o segundo impacto. E não deixamos também, agora nós responsáveis pela gestão, de sobre isso refletir novamente e com a mesma liberdade. De facto, a partir de 2018 há uma forte redução de perda e, nos anos anteriores a grande perda faz-se, como dissemos muitas vezes quando estávamos na oposição, por migração. Na página 45 do diagnóstico externo desta estratégia estão os dados que o suportam. Já não somos nós a dizer-lo. A profunda diferença entre o saldo migratório e o saldo natural e a sua evolução nos anos recentes, é evidente do que aconteceu. Sabemos hoje que grande parte dessa migração se fez para os concelhos vizinhos, entre outras coisas, pela disponibilidade de habitação. Ainda deste diagnóstico ressaltam características próprias do nosso concelho que balizam e definem as opções que podemos e devemos tomar. O grande desenvolvimento industrial, descrito nas páginas 21 e 22 desta estratégia, explica muito da especificidade de ocupação do território e das respostas habitacionais que emanam desse percurso de desenvolvimento. O desordenamento que se faz sentir, que, em rigor, está longe de ser uma característica só nossa, encontra no nosso concelho algumas especificidades. A mobilidade local ou dos movimentos pendulares, muito suportada no transporte privado, é uma condicionante central nesta estratégia. Como bem refere o diagnóstico na página 22, a mobilidade nas freguesias é uma questão central e por isso parece ainda mais acertado um dos compromissos que assumimos - o do transporte flexível mas, também, como refere na página 26, o impacto muito positivo que pode ter a requalificação da Linha do Vouga, aliás, fazendo já referência à melhoria das condições de segurança e de circulação, em curso. Ainda que alguns a tendam a desvalorizar. Foi também, inegavelmente, um compromisso nacional do Partido Socialista. Por último, a necessidade de dar ao território coesão e, como refere na página 25, a necessidade de o cerzir e cerzir é uma expressão bonita. Não foi à toa que, no último mandato, um dos nossos compromissos foi o reforço das verbas para as juntas de freguesia, que

neste mandato mantivemos - só para dar um exemplo concreto. É deste quadro que surgem os dados que suportam esta Estratégia dos dois grandes grupos de tipologia habitacional, público ou privado, da média do parque habitacional, do custo da habitação, da propriedade ou do arrendamento das habitações que, entre outros, corroboram uma das opções que fizemos da redução do IMI pela enorme expressão de famílias proprietárias, quase 70%. Ao mesmo tempo salienta-se a escassa oferta do mercado de arrendamento que há muito se faz sentir no nosso concelho. Uma realidade que convive com um número que não deixa de ser impactante e até surpreendente o de habitações vagas, quase 12%. Por fim, a da qualidade de arrendatários de muitas das famílias carenciadas, muito em resultado da sua dificuldade de acesso à habitação própria por dificuldades de acesso a crédito. As estratégias desenhadas respondem a este diagnóstico e a esta realidade. O investimento previsto de cerca de 7 milhões de euros será fundamental e o 1º Direito decisivo. Não se esgotando aqui as políticas dedicadas à habitação, porque vão desde os enormes investimentos que estamos a fazer em redes de água e saneamento e que permitirão que em 6 anos tenhamos infraestruturado mais do dobro da rede de saneamento tratado em comparação com os 40 anos anteriores, e isto também é um facto, aos enormes investimentos que ainda temos que fazer na rede viária e em equipamentos nas freguesias. Certamente poderemos, no fim disto tudo, resolver e mitigar ou procurar resolver e mitigar as debilidades de habitação agora identificadas. Independentemente da análise e da estratégia e até nas diferentes opções, que são sempre possíveis, há uma certeza que me parece inegável: Se em 2026 a tivermos cumprido, será absolutamente extraordinário. E, assim termino, perguntando ao Senhor Presidente, depois da aprovação desta Estratégia por esta Assembleia, quais são os passos seguintes? Qual o calendário para a sua implementação? E que dificuldades antevê na atual conjuntura que possam atrasar ou perigar esta Estratégia? Neste quadro, o Estado, o estado social, nacional ou central ou local, assume definitivamente a habitação como um direito constitucional. É ideológico? É sim, assumimo-lo absolutamente de frente. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao deputado **António João Santos do PSD.** =====*

===== Que oportuno que é falarmos do SAAL, obviamente desviamo-nos dos bairros que foram o produto desse processo. Que foi um processo turbulento e que só ultimamente é que tem sido estudado com esse apelo porque, não acabou muito bem, o projeto do SAAL, o resultado dessa política criou guetos, criou os bairros piscatórios, criou os bairros cor-de-rosa. Nem tudo foram flores. Esta parte introdutória vem um bocadinho do discurso que sinto de um certo condicionamento e que é feito pelo Partido Socialista de uma forma de estar, os outros ..., no outro tempo ..., o passado. Pois com certeza que um dia veremos como estarão infraestruturadas as zonas industriais feitas por este executivo ou por outro do partido Socialista. Ainda não tivemos essa possibilidade. Mas ela com certeza chegará. Obviamente que qualquer desenvolvimento do

território faz-se com tempo. Ninguém acerta tudo. E provavelmente este executivo também não acertará tudo. E isso não é um drama. Isso é a vida. Só dizer que não há uma linha tão acutilante e tão marcada entre nós e vós, o passado, o futuro, porque o presente de hoje é que é o passado de amanhã. Portanto, não podemos estar a falar do passado quando ele ainda não chegou. O documento que hoje é aqui apresentado para apreciação e votação desta assembleia é um instrumento vital de estratégia de habitação e conseqüentemente de melhoria das condições de vida dos oliveirenses. Deve também ser um instrumento que simultaneamente ao efeito imediato de resolver os problemas mais prementes de falta de habitação condigna, deverá ser indutor de crescimento populacional, consolidação da malha urbana já edificada e de uma injeção de vida na nossa cidade, e nas nossas freguesias, em suma é uma oportunidade para o Município. A Estratégia Local de Habitação (ELH) é o documento de suporte obrigatório para a execução de Programas que visam estruturar os apoios a serem concedidos para a melhoria do parque habitacional, da “Nova Geração de Políticas de Habitação”, nomeadamente o programa 1º Direito, regulado em portaria 230/2018 de 17 de Agosto, programa este que tem um término de execução em 2026, oito anos para conceber o plano e executar as obras. A Estratégia Local de Habitação é também um meio de acesso a financiamento e a fundos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Após a aprovação da Estratégia Local de Habitação por esta Assembleia a mesma será submetida a parecer do IHRU (Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana). Sendo que a análise da valia técnica da proposta de plano e sua fundamentação, não têm lugar nesta intervenção, restam as opções políticas e estratégicas. - Consideramos que a proposta hoje sujeita a votação é pouco ambiciosa, considera as necessidades habitacionais de quem, apesar dessas dificuldades, continua a residir no nosso território, desprezando as necessidades daqueles que, sendo oliveirenses de alma e coração neste momento já não residem no concelho e tiveram de procurar alternativas nos concelhos vizinhos, esses cidadãos merecem o nosso esforço de criar condições para que se possa inverter o decréscimo populacional a que temos assistido. - Consideramos que para uma melhor abrangência, gestão racional destes fundos que, as entidades beneficiárias deveriam ser não só a Câmara Municipal, os proprietários e as famílias, mas a mesma oportunidade deveria ser dada às Juntas de Freguesia e IPSS's muitas delas detentoras de imóveis localizados nos aglomerados urbanos e que, poderiam ser reabilitados e arrendados, contribuindo assim para o combate à desertificação das freguesias. - Consideramos que este plano de Estratégia Local de Habitação deveria fazer menção ao PRR uma vez que o mesmo possibilita o financiamento a 100% de fundo perdido, o que significaria que a cota-parte de 50% de investimento que cabe ao Município de Oliveira de Azeméis poderia ser recebida a fundo perdido canalizando este dinheiro para outras premências do território e das suas populações. - Consideramos que os quatro anos que a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis demorou para decidir e elaborar a sua Estratégia Local de Habitação, que é um documento obrigatório para viabilizar as candidaturas ao programa, são muito penalizantes para as aspirações dos nossos munícipes restam agora outros tantos anos para execução de projetos, concursos e obra,

atendendo a que o PRR só financia as soluções habitacionais concluídas até 30 de junho de 2026. - Consideramos que atendendo ao tempo já perdido, deveria ter sido prevista a modalidade de Aquisição (de fogos existentes ou futuros), mobilizando os privados para este processo e este esforço, esta modalidade será mais célere e também permite a consolidação da malha urbana que já existe, está infraestruturada e a necessitar de habitantes. Como nota final, não posso deixar esta comparação a Estratégia Local da Habitação do município vizinho de São João da Madeira, aprovada desde Junho de 2020 prevê 900 soluções habitacionais, a Estratégia Local de Habitação do município de Oliveira de Azeméis, com o Triplo da população contempla 147 soluções. Por considerarmos que já é tarde e que a existência de um plano de Estratégia Local de Habitação é fundamental, mesmo discordando do documento que hoje está sujeito a votação pelas razões já invocadas o nosso voto será uma abstenção. Disse. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao deputado **Bruno Aragão**, do PS. =====

===== É só porque acho que é importante esclarecer aqui uma questão, antes do senhor presidente responder às questões que colocamos, porque acho muito importante do ponto de vista político. Há sim, uma linha que nos separa. Há sim, politicamente - é disso que estamos a falar, uma linha que nos separa. E aqui tem um exemplo claro: Vocês discordam, votam contra. Não há problema nenhum, cada um assume naturalmente as suas responsabilidades. Há uma linha marcada e eu dou-lhe dois exemplos concretos: Um - discutindo habitação temos inegavelmente que discutir uma coisa que era da nossa estrita responsabilidade e que não fizemos, redes de água e saneamento. E o número que eu dei aqui é absolutamente assustador. Em 1970, na década de 70, 57% das habitações não tinham saneamento. Em 2017, 58% em Oliveira de Azeméis não tinham. Não estou sequer a colocar os valores do tratamento do saneamento. Segundo exemplo: Mais uma vez, numa estratégia dessas que é uma opção, naturalmente, que o município faz e que é uma opção política que tem uma carga ideológica na forma como nós vemos o mundo, na forma como nós achamos que o Estado deve assumir um conjunto de responsabilidades. Há uma coisa que nós não vamos esquecer nesta como noutras matérias quando tivermos que justificar o trabalho que fizemos à frente deste município, não vamos mesmo fugir aquilo que não conseguimos fazer, às coisas que não fomos capazes implementar. E essa garanto-vos, é uma enorme diferença. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao deputado **António João Santos**, do PSD. =====

===== Só para esclarecer dois pontos: Não faz muito sentido fazermos a comparação de um número nacional, que existiu e que está reportado há 40 anos, com um número local de uma

realidade de território como é Oliveira de Azeméis e com as dificuldades que os próprios senhores hoje em dia reconhecem que é um problema que não é fácil de resolver. Tanto que já passaram 4 anos e não foi resolvido. Compararmos dados gerais, nacionais, de há 40 anos com dados locais de alguns anos atrás, não é correto. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao deputado **Bruno Aragão**, do PS. =====*

===== É um exemplo claro da «linha que nos separa. É mesmo um exemplo claro da linha que nos separa. Eu dei um número que é ilustrativo, que não tem problema nenhum de comparação. Mas, se quiser, eu posso dar os números do que era a realidade nos municípios aqui à volta. Até de todo o Distrito de Aveiro. Sei até quem são os concelhos que ainda hoje tem alguma dificuldade no Distrito de Aveiro. Agora, há uma coisa que não pode voltar a dizer: Então, os senhores que estão há 4 anos não conhecem as dificuldades de fazer isto e por isso é que não fizeram em 4 anos. Pelo amor de Deus. Depois de todas as discussões que tivemos sobre este assunto. Há uma coisa que nós nunca nos podemos esquecer: Nós tínhamos de facto em 2017, 58% das habitações sem saneamento. Por mais difícil que isto seja de assumir. É isso. Nós hoje temos muito mais dificuldades em fazer esta infraestruturção. Foi o que nós sempre dissemos. Porquê? Porque, neste momento, não há os fundos que o município em devido tempo não aproveitou. Foi isso que permitiu aos outros municípios atingirem médias muito superiores à nossa. E isto é um facto inegável. O município de Oliveira de Azeméis não aproveitou, sobretudo, do II Quadro Comunitário, os fundos que poderia ter aproveitado. E não infraestruturou. E agora toda a infraestruturção que nós temos que fazer é mesmo, sobretudo, com o esforço do município e com medidas muito específicas e concretas que o Governo tenta criar por pressão de municípios como Oliveira de Azeméis. E o que dizem os outros municípios é uma coisa simples: Mas porque é que agora nós temos que despender fundos, que são fundos para todos, para municípios como Oliveira de Azeméis que não infraestruturaram quando podiam, quando agora nós podíamos aproveitar esses fundos para outras coisas. Felizmente que os outros municípios não têm uma postura dessas. Porque senão nós estávamos sozinhos, completamente sozinhos a infraestruturar. Agora há outro dado que é inegável. Nestes 4 anos e no fim de 2023, nós teremos sensivelmente 65% de rede de saneamento tratado. O número é claro e factual. E é mesmo esta a linha que nos separa. E vou continuar a dizer o que disse em muitas Assembleias, está em ata e está escrito: Temos consciência plena - e dissemos isso aos oliveirenses sempre olhos nos olhos, em 2017, que muito possivelmente iríamos chegar ao final desta década ainda a falar desta questão. Dissemos isto assim com esta sinceridade e com esta transparência. E porquê? Porque sabíamos perfeitamente que não conseguíamos infraestrutur nem resolver esse problema em 4 anos, em 8 anos, e se calhar em 12 anos. Mas também não fomos quem, nunca, em nenhum momento, disse que fazia isto a 100%. Nunca. Nem lá perto sequer. Mais uma vez digo, vamos ver a linha que nos

separa: Digam um sítio, um local, uma ata, uma intervenção pública onde tenha havido, do ponto de vista político, que o seu partido se tenha retratado por isso. Um, diga-me um. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao deputado **Fernando Pais**, do PSD.=====*

===== Isto é quase uma interpelação à Mesa. Houve de facto aqui intervenções que são demasiado profícuas. Nesta discussão tive alguma dificuldade em debater este tema, este documento. Porque de facto o que nós aqui discutimos são generalidades, são ataques ao passado, são a dizer que agora este executivo não tem que resolver os problemas. Eu acho que nós devemos de facto pensar todos, todos, mas todos, porque aqui não há linhas divisórias. Há uma coisa que nos une que é o desenvolvimento do concelho. Da minha parte estarei ao lado do município sempre que entender que isto contribui para o desenvolvimento do município. Esta Estratégia Local de Habitação é uma Estratégia, é o programa do Governo e nós temos todo o direito de apontar algumas fragilidades e exercer algum juízo crítico sobre o mesmo. Nós devemos, nestas coisas, olhar para o futuro. Se bem que eu acho que nós aprendemos muito com o passado. Aprendemos com os erros do passado. Aprendemos com os erros que nós próprios cometemos. E aprendemos com os erros que os outros cometem. Eu tenho esperança, implementada esta Estratégia Local de Habitação, serei o primeiro a chegar aqui e a dizer que a Estratégia foi adequada ou não foi adequada. Sei os riscos que correm. Nós temos que decidir. Os vereadores estão aqui para decidir. Não há nenhuma garantia que as decisões sejam boas, nós percebemos perfeitamente isso. Há aqui uma coisa que nós temos que inverter e ninguém disse: de 2011 para 2022, nós perdemos 2400 pessoas. O que não é normal. E isto que nós devemos - essas tais linhas que nos separa. Não há números que nos separam. Nós estamos aqui para promover o bem-estar, a coesão territorial, a integração e inclusão de todas as pessoas para termos uma estrutura e uma Estratégia Local de Habitação. Isso é uma coisa que ninguém pode dizer que separa este grupo daquele, pelo menos da minha parte. Agora, temos que ter um juízo crítico sobre o documento. Claro que temos de ter um juízo crítico sobre o documento. Claro que temos de chamar à atenção do município sobre alguns aspetos que neste documento deveriam constar aqui e não constam. E é exatamente isso. O Senhor Presidente já disse: é um documento flexível, nós daqui a meio ano podemos rever o documento, podemos readaptá-lo às novas realidades. Independentemente daquilo que nos divide e que nos separa, há mais situações que nos separa do que nos divide. O que nós esperamos é que de facto a Estratégia Local de Habitação promovida por este ou por outro documento, com as retificações que nós podemos aprovar, seja de facto inclusivo e que traga mais pessoas para Oliveira de Azeméis. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao deputado **Bruno Aragão**, do PS. =====*

===== *Eu não posso ouvir, politicamente, alguém dizer que nós dizemos generalidades e depois eu poderia vir aqui dizer a mesma coisa. Não está em causa, e já no ponto anterior a questão foi essa, nunca, todas as questões que qualquer Grupo Parlamentar entende colocar à Câmara Municipal. Se gosta, se não gosta, se concorda, se não concorda, se teria esta opção, se teria aquela. Quem sou eu? Quem somos nós? É mesmo isto a democracia, é esta capacidade que nós temos de discutir, de justificar ou apresentar. Uma coisa diferente, completamente diferente é isto que se tenta fazer, que é: Quando o Partido Socialista responde ou entende que deve responder; Epá! , isso é chato. Claro que é chato. Claro que é chato quando eu falo de dados concretos. Não são do passado, são de hoje. As redes que ainda nos faltam estruturar, são de hoje, não são do passado. E há outra coisa que é absolutamente fundamental neste tipo de discussões que é a capacidade que as pessoas têm de propor medidas concretas para um conjunto de mecanismos que tem apesar de tudo uma grande latitude. Porque é isso que nos permitirá, posteriormente, dizer: A nossa opção foi esta, a vossa foi outra. Politicamente, há mesmo linhas que nos separam. Nós temos que admitir. É mesmo assim. São as opções políticas, é a visão que nós temos do mundo, é a visão que nós temos da sociedade. Isto não tem nada a ver com urbanidade, coma relação pessoal. Nada. São linhas políticas, a forma como nós vemos as coisas. Essas nós temos mesmo. Agora, há uma coisa que nós temos que admitir. É que quando discutimos assuntos como este que resultam do que é o nosso território, com as fragilidades que ele tem, com as potencialidades que ele tem, elas são todas nossas, nossas enquanto comunidade. Agora, elas têm uma razão de ser. Umas da responsabilidade de quem geriu. Outras da responsabilidade de quem geriu o País. Outras fruto do acaso, porque também existe. Há muitas responsabilidades. Eu nem as assaquei, eu dei números, factos. Sempre. Agora, não peçam para não dizer, procurando não puxar essas questões e depois que não tenha, em matérias como estas, de explicar porque é que muitas das nossas opções são estas. Eu vou sempre fazer isso. Agora, eu serei o primeiro, e já o fiz várias vezes, se for preciso, vir aqui retratar-me. É assim que eu acho que a política se muda. É essa honestidade que eu acho que nós trazemos à política. E é essa a honestidade que eu acho que todos os eleitores nos pedem. =====*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====*

===== *Eu começaria precisamente pela intervenção do Dr. Fernando Pais. O Dr. Fernando Pais diz que será o primeiro a vir aqui felicitar se esta Estratégia Local de Habitação correr bem. Teve a oportunidade de o fazer, em relação a um conjunto de temas e a um conjunto de assuntos onde o Dr. Fernando Pais foi precisamente o protagonista da desconfiança em relação à bondade dos projetos, por um lado, e em relação ao seu sucesso, pelo outro. Eu lembro alguns: Posto da GNR de Cucujães; Antigo Centro de Saúde, onde o senhor disse que íamos perder o edifício e íamos perder o dinheiro; lembro todas as considerações que teceu, por*

exemplo, em relação à Escola de Fajões. Aí chegou mesmo a dizer que nós estávamos a desviar o dinheiro para outras escolas. Dizer-lhe também que o mesmo tipo de preocupações aconteceram em relação à Rua do Mosteiro. Pegando na sua intervenção - Eu concordo consigo quando diz que aquilo que nos une é o desenvolvimento do nosso território. E por isso nós não devemos dizer mal. Nós devemos ser rigorosos nas afirmações que produzimos porque senão aquilo que estamos a fazer é simplesmente a dizer mal. E isso não ajuda o nosso território. A vossa função aqui é ajudar o desenvolvimento do território, como disse e bem. Portanto, nós não podemos utilizar o argumento dos vizinhos quando nos convém. Porque os municípios são municípios com um terço da população, são municípios mais pequenos, são municípios que mesmo sendo mais pequenos têm 900 soluções habitacionais. Mas depois quando o município de Oliveira de Azeméis é o terceiro município de média dimensão, com todos os indicadores globais, melhor posicionado no País, quando o município de Oliveira de Azeméis é o primeiro município de média dimensão da Área Metropolitana do Porto, quando o município de Oliveira de Azeméis é o primeiro município de média dimensão do Distrito de Aveiro, a nós já não nos interessa compararmos com os outros municípios. Isto para dizer o quê? Para dizer: Nós não precisamos da Estratégia Local de Habitação para implementar políticas públicas que resolvam os problemas das pessoas. Por isso é que em 2018 agarramos imediatamente, logo que assumimos funções, o problema de habitação dos blocos de Lações. Arranjamos financiamento. Em 2019 desenvolvemos o processo. Em 2020 requalificámos. E em 2021 inaugurámos. E em 2022 as pessoas vivem com condições de dignidade nessas habitações. Portanto, nós não precisamos de uma Estratégia Local de Habitação, efetivamente, para fazer aquilo que nos compete. Obviamente que utilizar o exemplo de S. João da Madeira é um exemplo interessante. Eu poderia dizer: Bem, eles fazem uma Estratégia Local de Habitação enquanto o diabo esfrega um olho, porque são pequeninos, 7.8 km², 25000 pessoas. A realidade deles são 602 fogos de habitação social privados, sendo a resposta do município de apenas 203 fogos. E esta é que é a realidade. Nós quando comparamos as coisas devemos fazê-lo com rigor. Assim como, quando dizemos que a Estratégia Local de Habitação do nosso município peca por tardia. É preciso perceber que, em 31 de dezembro de 2021, apenas estavam aprovadas 124 Estratégias Locais de Habitação, no País, dos 308 municípios. Ou seja, 40%. Neste momento há 50 municípios que ainda não iniciaram sequer o estudo da sua Estratégia Local de Habitação. Por isso é que, sendo o 1º Direito para resolver e o PRR para resolver as primeiras 26000 soluções habitacionais, nós esperamos, esperamos sinceramente, ter possibilidade de poder aceder aos fundos do PRR e resolver o nosso problema. Mas aquilo que é importante é que se não tivermos essa possibilidade, tenhamos a capacidade na mesma para o fazer. Isso é que é absolutamente determinante. Hoje temos essa capacidade e no passado não tínhamos, infelizmente, essa capacidade. Dizer-vos também uma coisa que eu considero que é muito importante e tem a ver com algumas questões que foram aqui colocadas que me parecem merecer uma resposta objetiva. Quais são os passos seguintes? Os passos seguintes é começar a requalificar os fogos que temos no Bairro de Lações, 40 fogos, mais os fogos que estão identificados em Cesar e também em

Ossela (2 pré-fabricados). E depois, obviamente, já identificamos os terrenos do município que têm capacidade construtiva, avançar com a construção dos 47 fogos. É assim que nós vamos procurar solucionar o problema. É evidente que, existiriam outras alternativas - sugeriu uma: Porque não adquirir. Eu, há pouco, referi que nós temos 11.88% de fogos vagos, no concelho. Temos 938 disponíveis para venda. O problema é que aquilo que acaba de propor contraria precisamente a urgência que existe em avançar. Porque se nós formos comprar fogos novos, eles não existem. Não existem fogos novos disponíveis no mercado. E não existem na cidade, como não existem também nas freguesias do nosso concelho. Por outro lado, como compreende, mesmo que existissem, comprar fogos a 130.000,00€, 140.000,00€ rapidamente consumiríamos os recursos financeiros que estão disponíveis sem podermos resolver o problema destas 147 soluções habitacionais e destas 328 pessoas. Por outro lado, adotar uma metodologia de adquirir 30, 40 ou 50 fogos e fazer projetos individualizados com necessidades de contratação pública de cada um desses projetos ou então fazer um concurso para todos os projetos, ter fiscalizações independentes para todos esses projetos, ter uma ou outra reclamação, naturalmente o que resulta destes processos é, na minha opinião, uma péssima solução. E é uma péssima solução porque não está a ser até muito equacionado por muitos municípios. Aquilo que nós entendemos fazer, tendo nós terrenos disponíveis, é avançar para a construção. Sendo aqui um grande risco que nós naturalmente vamos correr. Mas corremo-lo, quer reabilitemos, quer construamos de raiz. Que é da disponibilidade de empreiteiros para fazer este trabalho. Portanto, nós temos esta dificuldade. E o grande desafio que se coloca a todos com esta meta de resolvermos estes 26000 problemas em termos de soluções habitacionais até 2026, é precisamente esse de nós termos no mercado a disponibilidade para reabilitar ou para construir de raiz permitindo que a solução se implemente. Portanto, esse é o grande perigo, esse é o grande risco que todos os municípios vão correr. Repare que, destes 124 municípios que têm assinada a sua Estratégia Local de Habitação, a grande maioria deles não conseguiu sequer arrancar com a Estratégia ainda, nem sequer conseguiu executar. Eu não vou aqui falar sobre as questões de prazo de aprovação do IHRU, digamos que há aqui uma pré-aprovação para a nossa Estratégia Local de Habitação. Portanto, vai ser muito rápido o processo de aprovação da nossa Estratégia Local de Habitação. Mais moroso, mais penoso vai ser seguramente o encontrar de respostas para podermos implementar a Estratégia Local de Habitação no concelho de Oliveira de Azeméis e, infelizmente, também, no resto do País. Dizer-lhe que, não concordo consigo quando diz que esta Estratégia é uma Estratégia pouco ambiciosa. É a Estratégia que resulta do trabalho que foi feito por uma empresa, por uma empresa especialista, que fez dezenas de Estratégias Locais de Habitação. Este foi o diagnóstico que foi feito. Diz-me que existe um conjunto de Juntas de Freguesia e IPSS que são proprietárias de edifícios que podiam ser requalificados. Pelas Juntas de Freguesia não nos foram indicados esses imóveis. E pelas IPSS conhecemos um caso (Vicentinos) que não pode acorrer a este programa. Portanto, nós tivemos a preocupação de verificar isso. Mas é evidente que existem diferentes possibilidades. Aquilo que importa é que o resultado final seja a resolução destes 147 problemas

de carência habitacional. E, se conseguirmos fazê-lo, não tenho qualquer problema em dizer aos senhores deputados que a nossa missão, missão coletiva, obviamente, foi cumprida. Porque efetivamente são menos 147 problemas. São menos 147 edifícios. E 328 pessoas que vivem em condições indignas. Portanto, seria extraordinário se o que hoje estamos a aprovar pudesse, no prazo que está definido, ser materializado e ser concretizado. Há aqui uma enorme confusão em relação à Estratégia Local de Habitação e a este programa. Estamos a falar disto como medidas de atração de pessoas para o concelho. Não estamos a falar de habitação a custos controlados ou a rendas acessíveis. Não estamos a falar disso. Estamos a falar de resolver problemas de carência habitacional de famílias carenciadas que têm de estar identificadas e a residir no concelho. É preciso que isto fique claro. É evidente que, a questão de nós identificarmos um conjunto de edifícios passíveis de serem reabilitados, não é fácil. É uma questão que é difícil. Porquê? Porque, obviamente, isso vai obrigar a uma morosidade que atrasará todo o processo. Aquilo que nós esperamos é que, no caso concreto das habitações sociais é um diagnóstico das patologias existentes nos diferentes fogos. Estamos a falar de 25.000,00€ para intervir em cada uma das habitações. A construção: É desenvolver projetos de arquitetura e de execução e lançar ao mercado para ver se o mercado está disponível para fazer. Corremos esses riscos. Como sabe, o mercado está muito pressionado. Eu concordo consigo: Isto é uma oportunidade. É evidente que é uma oportunidade que nós estamos a agarrar. Esperamos ter sucesso. Agora, é evidente que nós não controlamos o mercado. Mas, sinceramente, acho que esse risco é um risco latente, é um risco que todos vamos correr, que é o risco de termos muita dificuldade em ter capacidade instalada das nossas empresas de construção civil e disponibilidade para avançar e cumprirmos estes objetivos que o País se propôs. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número dezoito à votação tendo sido aprovado, por maioria, com a seguinte votação: **A favor:** vinte (20) votos do PS, três (3) votos do PSD, um (1) voto do CDS-PP, um (1) voto do B.E., um (1) voto do Presidente da Junta de Freguesia de Cesar, um (1) voto da Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca; **Abstencões:** nove (9) votos do PSD e um (1) voto do CH. =====

===== **Ponto dezanove:** - **Cedência e aceitação de parcela de terreno para construção do Parque Urbano para promoção da acessibilidade inclusiva (I/69530/2021) - Aprovação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “A intenção de criar o primeiro Parque de lazer acessível a todos, combatendo a exclusão, assegurando às pessoas com mobilidade reduzida o direito a uma vida plena e decente em condições que garantam a sua dignidade, favoreçam a sua autonomia e facilitem a sua participação ativa na vida da comunidade, cujo acesso seja facilitado e com condições e equipamentos adaptados, local de

encontro, reunião, estadia e diversão das diferentes faixas etárias e com uma forte componente de integração geracional e de mobilidade; - Que o Estado Português (Ministério das Finanças - Direção-Geral do Tesouro e Finanças) é proprietário de uma parcela de terreno com área de 7.018 m², inscrita na matriz predial urbana sob o artigo 7207, da União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago da Riba - UL, UL, Macinhata da Seixa e Madail, descrita a seu favor na Conservatória do Registo Civil, Predial, Comercial e Automóveis de Oliveira de Azeméis, sob o n.º 4308, sita na Rua Dr. João Manuel Godinho Sousa, junto à Escola Básica e Secundária Soares Basto e Biblioteca Municipal, em Oliveira de Azeméis; - Que para a construção do Parque urbano inclusivo, foi em 31.05.2019, pelo Município apresentada candidatura ao Norte 2020, com a referência NORTE-05-1406-FEDER-000237, sendo o valor do investimento de 184.957,00€, a qual foi aprovada em 27.04.2020; - Que no âmbito da mesma, foi pela Direção Geral do Tesouro e Finanças autorizado ao Município as intervenções necessárias, no referido imóvel; - Que em 14 de fevereiro de 2020, foi por ofício, formalizado pedido à Direção Geral do Tesouro e Finanças, de cedência do identificado prédio para construção do Parque urbano, para promoção da acessibilidade inclusiva, pelo prazo de trinta (30) anos ao abrigo do n.º1 do art.º 55 do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 07.08; - Que na Subsecção I “Cedência de utilização”, prevê o art.º 53.º “Competência” que: “Os imóveis do domínio privado do Estado podem ser cedidos, a título precário, para fins de interesse público, mediante autorização do membro do Governo responsável pela área das finanças.”, e que a cedência obedece ao princípio da onerosidade, sendo que a “N.º 2 - A compensação financeira a pagar por entidades diversas dos serviços do Estado é determinada por avaliação promovida pela Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, que deve atender à responsabilidade pelos encargos e despesas com a conservação e manutenção dos imóveis.” - Que a cedência do imóvel é formalizada por meio de auto de cedência e de aceitação, no qual ficam exaradas, designadamente, as condições da mesma, sendo lavrado na Direcção-Geral do Tesouro e Finanças ou no serviço de finanças da situação do imóvel (n.º 3, 4 e 5 do art.º 55.º do diploma), sendo da responsabilidade do Cessionário as despesas e os encargos com a conservação e a manutenção do imóvel (art.º 56º do diploma) - Que em 29 de junho de 2020, foi assumido aceitar o valor da contrapartida financeira que vier a ser homologado, em resultado da avaliação da Direção Geral do Tesouro; - Que sobre a informação da Direção Geral do Tesouro e Finanças n.º 545/2020, foi em 10.07.2020, por S.ª Ex.ª o Sr. Secretário de Estado do Tesouro proferido Despacho n.º 331/2020, a autorizar a cedência de utilização ao Município de Oliveira de Azeméis, da identificada parcela de terreno propriedade do Estado, com área de 7.018 m², inscrita na matriz predial urbana sob o artigo 7207, da União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago da Riba - UL, UL, Macinhata da Seixa, Madail, descrita na Conservatória do Registo Civil, Predial, Comercial e Automóvel de Oliveira de Azeméis, pelo prazo de 30 anos, mediante contrapartida financeira a definir nos termos propostos pela Direcção-Geral do Tesouro e Finanças e aceites pela autarquia; sendo a receita correspondente à contrapartida financeira afeta nos termos constantes do Despacho (ao abrigo dos art.º 53º e seguintes do Decreto-Lei n.º

280/2007, de 07.08, na redação atual); - Que atendendo ao valor do investimento de 184.957,00€, foi em 06.12.2021, pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças comunicado que por despacho do Sr. Subdiretor-Geral do Tesouro e Finanças foi homologado o valor de 500,00 € (quinhentos euros)/mês, como contrapartida financeira pela cedência do prédio- Parque urbano para promoção de acessibilidade inclusiva -Oliveira de Azeméis, conforme se anexa; - O interesse público que subjaz a esta cedência - implementação de um Parque Urbano Inclusivo que, para além dos demais cidadãos e em particular os cidadãos com mobilidade reduzida, será utilizado pelos alunos da EBS (1429 alunos), e da EBI Fonte Joana (168 alunos); - A urgência da formalização da cedência para a execução da candidatura; - As atribuições dos Municípios na prossecução de uma política globalizante de promoção do desenvolvimento local, sociocultural e de tempos livres; - A designação do trabalhador Dr. Paulo Bastos, como Gestor do referido Auto de Cedência (art.º 290.ºA do CCP). - Os encargos resultantes da cedência serão suportados pelo orçamento de 2022, e seguintes, conforme determina a Lei nº 8/2012, de 21.02 e DL n.º 127/2012, de 21.06 e respetivas alterações. Proponho: A aprovação da cedência do citado prédio sito na Rua Dr. João Manuel Godinho Sousa, junto à Escola Básica e Secundária Soares Basto e Biblioteca Municipal, em Oliveira de Azeméis, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 7207, da União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago da Riba - UL, UL, Macinhata da Seixa, Madail, descrito na Conservatória do Registo Civil, Predial, Comercial e Automóvel de Oliveira de Azeméis sob o n.º 4308, propriedade do Estado, a favor do Município de Oliveira de Azeméis para a construção do Parque Urbano para promoção da acessibilidade inclusiva, pelo prazo de trinta (30) anos, com área de 7.018 m², bem como a aceitação e aprovação do valor da contrapartida/compensação de 500,00 €(quinhentos euros)/mensais, com início na data de celebração do auto de cedência e aceitação, o que se prevê realizar em janeiro de 2022, sendo os encargos suportados pelo orçamento de 2022, e seguintes; - Que se remeta à Assembleia Municipal para os devidos efeitos.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== A Câmara pretende construir um parque inclusivo num terreno entre a Escola Soares Basto e a Escola Fonte Joana, é um terreno que tem 7018m², este terreno é propriedade do Estado. Nós procuramos que o terreno nos fosse disponibilizado gratuitamente. Não foi possível. Foi-nos apresentado um valor de 36.000,00€ pelo arrendamento anual. Negociamos esse valor para 6.000,00€, portanto, um sexto do valor. Temos uma candidatura aprovada desde 31 de maio de 2019, para executar esse parque inclusivo. Em junho de 2020, a Direção Geral de Tesouro e Finanças, através do Senhor Secretário de Estado, aceitou o valor da contrapartida financeira que foi acordada entre as partes. O valor desta obra era de 184.957,00€ e foi

adjudicada por 296.000,00€. Ou seja, estamos a falar de quase três anos que precisamos, para resolver este problema. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de Fernando Pais. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao deputado **Fernando Pais**, do PSD. =====*

===== Algumas precisões e sugestões: Trata-se como o Senhor Presidente disse de um terreno dedicado ao domínio privado. Já alguém identificou o terreno. Mas aqui temos algumas dúvidas que devemos de facto refletir: Este terreno tem um valor patrimonial de 22.600,00€. O valor patrimonial, toda a gente sabe não reflete propriamente o valor do terreno em si. E nós por estes 30 anos vamos pagar 180.000,00€. Ou seja, eu acho que este executivo deve fazer um esforço no sentido de reverter esta situação. Sei que do ponto de vista técnico ou jurídico, é a única forma no imediato, não há outra hipótese. Agora, nós ficaríamos muito mais confortáveis, e a nossa orientação será nesse sentido, se de facto o município pudesse adquirir em definitivo esta parcela de terreno. Nós temos aqui dados objetivos. Temos o dado objetivo que são os 6.000,00€ por ano. Temos uma cedência por 30 anos. Vamos gastar quase 300.000,00€ e daqui a 30 anos temos uma mão cheia de nada. Daqui a 30 anos não temos a garantia, sequer, que o Estado nos devolva o investimento que fizemos no terreno. Portanto, independentemente, e nós conscientes disso, da necessidade de aprovarmos esta cedência, eu acho que o município deve-se comprometer aqui a envidar todos os esforços no sentido da compra efetiva do terreno. E direi mais, eu aí, naturalmente, dava os parabéns ao Senhor Presidente, se eventualmente no valor que for encontrado para a compra do terreno fossem deduzidas as rendas entretanto pagas. Aquele é um terreno que só causa despesa ao Estado Central. Acho que o Estado Central estará aberto a esta perspetiva. E é uma perspetiva que o Senhor Presidente tem de facto que equacionar, sob pena de termos aquilo por 30 anos e chegarmos ao fim dos 30 anos, nem dinheiro, nem parque, e tudo despesa. Era esta a nossa proposta, independentemente da necessidade de aprovarmos esta cedência, era a nossa proposta. E queria que o Senhor Presidente nos dissesse o que entende sobre este aspeto. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta à intervenção anterior. =====*

===== Senhor deputado, eu dizia-lhe que o Senhor realmente tem uma aptidão para colocar uma carga trágica nas coisas que é absolutamente impressionante. O Senhor coloca sempre uma carga trágica, um cenário trágico para tudo aquilo que se faz e para tudo aquilo que acontece. E depois a realidade demonstra que as coisas não são assim, felizmente para todos nós,

como é evidente. Senhor deputado: Se a tutela estivesse disponível para entregar o terreno ou para o negociar por um valor comportável, por um valor aceitável, pois isso teria sido feito. E não estaríamos 3 anos à espera. Não estaríamos 3 anos à espera com as implicações de colocarmos em risco uma candidatura aprovada e de colocarmos também em risco o valor base para a execução da obra que, conforme se percebe, nos últimos anos, subiu exponencialmente. É evidente que, foi feita uma avaliação do terreno, a Câmara pagou uma avaliação do terreno e está neste momento a desenvolver o processo para aquisição do terreno. Agora, o que não podíamos era eternizar este assunto. E aquilo que fizemos foi negociar o valor que nos foi pedido. Chegamos a este valor de 500,00€ por mês. E, portanto, vamos avançar com esse valor. Mas está já a ser desenvolvido o processo de aquisição do terreno. Portanto, nós não vamos pagar esses 180.000,00€ que referiu, nem vamos investir 300.000,00€ para correr o risco de os perder. Posso é dizer-lhe qual é a prática de muitos municípios, se isso o tranquilizar - a mim não tranquiliza - O que muitos municípios fazem é este tipo de acordos com a Direção Geral de Tesouro e Finanças e depois deixam de pagar. Pura e simplesmente deixam de pagar. Portanto, a Direção Geral de Tesouro e Finanças que vá lá retirar os investimentos que estão feitos. Não é essa a nossa forma de estar nas coisas. Nós queremos passar o terreno para a nossa posse e estamos a desenvolver todo o procedimento para que isso aconteça. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número dezanove à votação tendo sido aprovado por unanimidade a proposta apresentada. =====

===== **Ponto vinte: - Medidas de Cooperação Interadministrativa com as Freguesias/ Uniões de Freguesias (I/7876/2022) - Aprovação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: ““Considerando que: -Num contexto de escassez de recursos, importa rentabilizar os meios disponíveis, num quadro de corresponsabilização, cooperação, solidariedade, mas sobretudo tendo em atenção a necessidade de encontrar respostas eficazes para os problemas e dificuldade com que todos os dias as autarquias locais são confrontadas; -Esta cooperação tem como objetivo a aproximação das decisões aos cidadãos, promovendo a coesão territorial, e reforçando a solidariedade inter-geracional, resultando no aumento da qualidade dos serviços prestados às populações, através da racionalização dos recursos disponíveis; -Uma administração local moderna assenta a sua ação numa efetiva articulação entre todos os órgãos das autarquias locais, em respeito pela autonomia de cada um, mas colaborando ativamente entre si no sentido da melhoria dos serviços prestados às populações; -É convicção deste Município que as Freguesias e Uniões de Freguesia do Concelho de Oliveira de Azeméis garantem uma prestação de qualidade às suas populações, através de uma utilização racional dos recursos que para tanto lhes são disponibilizados; -As Freguesias e Uniões de Freguesia estão disponíveis e reúnem as condições para executar tais intervenções em

conjugação de esforços e de cooperação com a Câmara Municipal; -Razões de eficácia, eficiência e proximidade de administração, justificam que a Câmara Municipal autorize e atribua por este meio às Freguesia e Uniões de Freguesias, poderes de intervenção e de atuação necessárias à execução de obras em diversas vias municipais, estradas, caminhos, arruamentos, ruas e passeios, de acordo com as Medidas de Cooperação interadministrativa com as Freguesias/Uniões de Freguesias, estabelecidas no anexo (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas). Assim, Neste quadro de coesão, valorização e desenvolvimento do território, o Município pretende instituir e aprovar as medidas de atuação interadministrativa de cooperação com as Freguesias e Uniões de Freguesias, assente na definição de critérios de apoios não financeiros - em espécie - para as ações mistas de cooperação a executar por administração direta, resultantes das GOP-PPI municipal, em conformidade com as possibilidades orçamentais decorrentes do Orçamento Municipal, nas respetivas rubricas de despesa referentes a Materiais por Administração Direta. Com base nos fundamentos retrocitados, e ao abrigo dos Artºs 2º, 4º, 7º, 16º, 23º, 33º e designadamente da alínea j), do nº1, do art.º 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013 e posteriores alterações, conjugado com os princípios estatuidos nos Artºs 3º a 9º, do CPA e Artºs 3º, a 7º, e 9º, da Lei nº 73/2013 e posteriores alterações, Propõe-se que a Câmara Municipal delibere: - Aprovar, as Medidas de Cooperação Interadministrativa com as Freguesias/Uniões de Freguesias, assente na definição de critérios de apoios não financeiros - em espécie - para as ações mistas de cooperação a executar por administração direta, resultantes das GOP-PPI municipal e a dotação limite anual, bem como as autorizações de intervenção, prevista no objeto e âmbito das medidas de atuação, incluindo a intervenção nas vias municipais. - que seja remetida à Assembleia Municipal para efeitos de aprovação e atribuição, nos termos das medidas retrocitadas e designadamente ao abrigo da alínea j), do número 1, do Art.º 25.º, do anexo I, da Lei nº 75/2013 e posteriores alterações.”=====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

===== Isto é uma minuta que estamos a submeter à vossa consideração. Uma minuta de cooperação interadministrativa com as nossas juntas de freguesia que permite regular a atribuição de subsídios em espécie, a atribuição de materiais às nossas juntas de freguesias quando as Juntas de Freguesia precisam de executar passeios, executar muros, pavimentações. E, portanto, nós disponibilizamos o material. Passando a haver um mecanismo que regula essas atribuições. Estamos a falar de um valor que nós definimos como 300.000,00€, que é um teto/base de trabalho. Aquilo que importa é que as nossas juntas de freguesia têm sido inexcedíveis neste trabalho de cooperação com a Câmara Municipal, assumindo muitas vezes competências que não são suas e dividindo muitas vezes a responsabilidade de execução de determinadas obras. Portanto, cabe-me a mim, neste momento, agradecer às juntas de freguesia essa permanente disponibilidade para juntos construirmos o nosso concelho. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número vinte à votação tendo sido aprovado por unanimidade a proposta apresentada. =====

===== Pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal foi apresentada a proposta para se efetuar a análise e discussão em conjunto dos pontos vinte um, vinte e dois e vinte e três, a qual foi aceite por unanimidade. =====

===== **Ponto vinte e um: - Reconhecimento de Interesse Municipal da Obra de Requalificação do Monte de S. Marcos - Fajões (I/1393/2022) - Aprovação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios referidos no n.º 1 e alíneas a), d) e i) do n.º 2 do artigo 7.º e no n.º 1 e as alíneas a), e) e m) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual; - Que as Autarquias locais prosseguem as suas atribuições através do exercício pelos respetivos órgãos das competências legalmente previstas; - Que as Juntas de Freguesia dispõem de atribuições e competências próprias de gestão nos casos e nos termos previstos na lei; - A competência atribuída à Câmara Municipal no que respeita às suas relações com outros órgãos autárquicos; - Que a Junta de Freguesia de Fajões, tem uma candidatura aprovada no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 Operação 10.2.1.6 - Renovação de Aldeias PDR2020 - 10216, sendo a entidade gestora a ADRITEM (decisão de aprovação da candidatura, documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas); - Que a candidatura prevê a requalificação do Monte de S. Marcos, com diversas intervenções no espaço, nomeadamente: a criação de uma escadaria de acesso ao cume do monte de S. Marcos, a iniciar no sopé do morro, para permitir que os visitantes usufruam da paisagem envolvente, enquanto circulam pela mesma; construção de patamares destinados a áreas de lazer ao longo da escadaria, para realização de piqueniques, de espaços de confraternização e de convívio com vista para a paisagem envolvente; colocação de binóculos no cume para avistar a Ria de Aveiro e a Cidade do Porto; recuperação do lago existente; requalificação da pavimentação, em calçada portuguesa, no largo existente no sopé do morro de S. Marcos; instalação de iluminação no morro e na área envolvente; plantação de espécies arbóreas e arbustivas para embelezar e diversificar a vegetação existente; criação de um roteiro turístico que demonstre os pontos de interesse a explorar no Monte de S. Marcos, com notas explicativas e informativas (mapa de trabalhos, documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas); - Que as intervenções previstas, contribuirão assim para a preservação do património natural e edificado, tornando o lugar num ponto turístico atrativo, com importância histórica,

beleza natural, recreação e diversão, e, conseqüentemente o aumento da afluência de visitantes à Freguesia de Fajões e ao Concelho de Oliveira de Azeméis. - O pedido de informação prévia que decorreu sob o PI/3664/2020, que incidiu apenas sobre a apreciação das obras relativas à criação de uma escadaria de acesso ao cume do monte e respetivos patamares de descanso e que mereceu o seguinte despacho proferido pela Sra. Vereadora responsável pelo pelouro à data: "sob a perspetiva do PDM em vigor é favorável". - Que compete à Assembleia Municipal deliberar sobre o reconhecimento do interesse municipal nos termos identificados no citado preceito regulamentar; - Que as operações urbanísticas ao abrigo do disposto no artigo 7.º do RJUE, embora isentas de controlo prévio, devem nos termos do n.º 6 do mesmo artigo, observar as normas legais e regulamentares que lhes forem aplicáveis; Propõe-se, nos termos da alínea e) do n.º 2 do art.º 40.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal e ao abrigo da alínea r) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que: - A Câmara Municipal delibere remeter à Assembleia Municipal o pedido de Reconhecimento do Interesse Público Municipal das obras que se pretendem desenvolver no Monte de S. Marcos, Fajões."=====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

===== Estamos a falar da necessidade de reconhecer o interesse público municipal desta requalificação que a Junta de Freguesia de Fajões está a fazer no Monte de S. Marcos, por causa de uma candidatura à ADRITEM - Plano de Desenvolvimento Regional 2020. Estamos depois a aprovar, no ponto 22, uma adenda ao contrato interadministrativo. Eu referi-vos há pouco esta particularidade. Nós precisamos de reforçar a verba que tínhamos aprovado à Junta de Freguesia para esta obra. Tínhamos aprovado inicialmente 39.990,56€, a obra acabou por custar muito mais que esta verba e, portanto, é preciso um reforço de cerca de 44.677,00€, que significa que o apoio total da Câmara Municipal ronda os 84.600,00€, 84.700,00€. Estamos a pedir a vossa autorização para isso. Em relação ao ponto 23, relacionado com a Junta de Freguesia de Fajões, é exatamente o mesmo problema de há pouco que estivemos a analisar em relação à Junta de Freguesia de Carregosa. Para permitir o adiantamento destas verbas que estão contratualizados através do contrato interadministrativo de apoio financeiro é preciso a vossa autorização para se fazer este adiantamento. Portanto, estamos aqui a pedi-lo também em relação à Junta de Freguesia de Fajões que não tem, mais uma vez, stock financeiro para poder pagar primeiro e receber depois. É exatamente disto que se trata. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se os pedidos de Fernando Pais e Óscar Teixeira. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao deputado **Fernando Pais**, do PSD.* =====

===== *Só para dizer que me parece de facto um projeto ambicioso, por aquilo que eu vi, pelas obras que tenho acompanhado. Quem conhece o Monte S. Marcos, é de facto um sítio muito aprazível. Eu só tenho que me congratular. Esta prática do facto de haver algum adiantamento do dinheiro por causa do tal stock, não tem stock financeiro para adiantar, acho que deve ser uma prática seguida por município. Não só a Fajões, que eu muito me orgulho, foi a terra que me viu nascer. Este projeto em particular já o vi, já li os documentos e já assisti às obras, parece que vai ficar muito bem. E eu quero, desde já, dar um voto de confiança e congratulação ao Presidente da Junta e ao Presidente da Câmara, por esta iniciativa que me parece de facto dinamizar a parte turístico-cultural de Fajões. Aliás, dando a conhecer à coletividade todos estes aspetos. Mas queria, Senhor Presidente, dizer que este tipo de procedimento, infelizmente todos os presidentes de freguesia que estão aqui têm muitas dificuldades de tesouraria, esta prática podia ser uma prática habitual. Porque a junta pagar primeiro e receber depois, às vezes condiciona as obras, as iniciativas. Era só este desejo que eu queria formular*=====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor **Óscar Teixeira**, Presidente da Junta de Freguesia de Fajões.* =====

===== *Cumprimentar todos os presentes, no cumprimento que faço ao Senhor Presidente da Assembleia, Amaro Simões. A “Requalificação e Dinamização do Monte de S. Marcos”, um dos projetos da junta de freguesia de Fajões que visa realçar as características deste espaço. Lazer, cultura e turismo, precisamente as características essenciais exigidas nesta candidatura realizada ao PDR 2020. A obra física em curso que respeita o enquadramento natural deste espaço e decorre de forma célere, desde já atraindo dezenas de pessoas diariamente para assistirem ao evoluir da obra. Mas esta obra não termina na implementação física, vai muito para além da escadaria e seus patamares de lazer que serão contemplados com acessos naturais ao longo da encosta. A dinamização deste espaço, estou certo, que fará do mesmo uma referência turística. Este reforço de confiança por parte da Câmara Municipal dará as garantias necessárias para levar a bom porto este projeto, que se já é bastante visitando durante a sua realização será certamente ainda mais num futuro próximo. Se queremos atrair turismo para o nosso município, temos também de criar pontos de referência para que sejamos visitados.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores.* =====

===== Não lhe vou explicar porque é que esta prática não pode ser adotada de uma forma generalizada. É óbvio porque é que não pode ser adotada. Mas dizer-lhe que, naquilo que é possível, a Câmara Municipal já o tem feito. Há aqui vários presidentes de junta que são exemplos de adiantamentos de acordos de execução e de outras práticas que visam resolver dificuldades de tesouraria, sejam elas de natureza mais conjuntural, sejam de natureza mais estrutural. Mas dizer-lhe também que, é importante que a Autarquia esteja presente nos grandes projetos das Juntas de Freguesias. E isso acontece porque a Câmara Municipal assume integralmente a componente de não financiamento, ou de financiamento privado. E isso é absolutamente determinante para que esses projetos tenham sucesso porque, todos nós compreendemos, as juntas não podem despende, neste caso concreto 85.000,00€, noutras casos 70.000,00€, noutras até mais do que estas verbas que estamos aqui a referir. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número vinte e um à votação tendo sido aprovado por unanimidade a proposta apresentada. =====

===== **Ponto vinte e dois: - Adenda ao Contrato Interadministrativo de Apoio Financeiro “Requalificação e Dinamização do Monte de S. Marcos” com a Junta de Freguesia de Fajões (I/8266/2022) - Autorização;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: Que em 18 de janeiro de 2022, foi celebrado contrato interadministrativo de apoio financeiro - Que para a concretização do seu objetivo há a necessidade de se proceder à alteração das cláusulas, segunda n.º 1 alínea a), e décima terceira, do referido Contrato; - O ofício da Junta de Freguesia de 11 de janeiro de 2022; Ao abrigo das normas e dos artigos 2º e 4º, n.º 1, e alíneas a), e), e m), do n.º 2, do art.º 23º; alínea j), do n.º 1, do art.º 25º e alínea o) do n.º 1 do art.º 33º do anexo I, da citada Lei n.º 75/2013, e posteriores alterações, conjugado com os Art.ºs 1º-A, n.º 1, alínea c), do n.º 4, do art.º 5º, 5º-B, 278º, 290ºA, e 338º do CCP, e ainda nos termos do n.º 3, do art.º 2º, 3º a 9º, e 200º do CPA. Proponho: A aprovação da minuta da Adenda Contrato Interadministrativo de apoio financeiro à requalificação e Dinamização do Monte de S. Marcos, a celebrar com a Freguesia de Fajões (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), com o compromisso de fundo disponível número 489/2022, conforme estabelece a Lei n.º8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e respetivas alterações; - Que se remeta à Assembleia Municipal nos termos e fins atrás citadas.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número vinte e dois à votação tendo sido aprovado por unanimidade a proposta apresentada. =====

===== **Ponto vinte e três:** - ***Minuta de 2ª Adenda ao Contrato Interadministrativo de Apoio Financeiro “Requalificação e Dinamização do Monte de S. Marcos” com a Junta de Freguesia de Fajões - (I/11368/2022) - Autorização;*** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: ““Considerando: Que em 18 de janeiro de 2022, foi celebrado contrato interadministrativo de apoio financeiro - Que para a concretização do seu objetivo há a necessidade de se proceder à alteração da cláusula terceira, acrescentando n.º 3, do referido Contrato; - O ofício da Junta de Freguesia de 15 de fevereiro de 2022, (E/4698/2022); Ao abrigo das normas e dos artigos 2º e 4º, nº 1, e alíneas a), e), e m), do nº 2, do art.º 23º; alínea j), do nº 1, do art.º 25º e alínea o) do n.º 1 do art.º 33º do anexo I, da citada Lei nº 75/2013, e posteriores alterações, conjugada com os Artºs 1º-A, nº 1, alínea c), do nº 4, do art.º 5º, 5º-B, 278º, 290º-A, e 338º do CCP, e ainda nos termos do nº 3, do art.º 2º, 3º a 9º, e 200º do CPA. Proponho: A aprovação da minuta da 2.ª Adenda Contrato Interadministrativo de apoio financeiro à requalificação e Dinamização do Monte de S. Marcos, a celebrar com a Freguesia de Fajões (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), - Que se remeta à Assembleia Municipal nos termos e fins atrás citadas.”*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número vinte e três à votação tendo sido aprovado por unanimidade a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto vinte e quatro:** - ***Minuta de Contrato de Consórcio a celebrar com a Universidade de Aveiro (UA) - e Cedência do Direito de superfície, à mesma, de três prédios urbanos - Autorização e Aprovação;*** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando Que constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente no domínio da habitação e promoção do desenvolvimento art.º (art.º 2.º e alínea i) e m) do n.º 2 do art.º 23.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12.09, na redação atual); - Que no âmbito do Regulamento (UE) 2021/241 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12.02.2021 (que cria o Mecanismo de Recuperação e Resiliência), está prevista a medida “Programa de Alojamento a Custos Acessíveis”; - A intenção do Município conjuntamente com a Universidade de Aveiro (UA): a) apresentarem candidatura ao “Programa de Alojamento a Custos Acessíveis”, enquadrado no Investimento REC02-i06, do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR); b) constituírem entre si contrato de consórcio (ao abrigo do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28.07), congregando interesses e meios, e concertando atividades e capacidades complementares, com vista à execução conjunta do projeto de construção/reabilitação/ampliação de edifícios para Alojamento Estudantil a Custos Acessíveis, dotando a “Escola Superior Aveiro Norte” (ESAN), de oferta de alojamento para os/as seus/suas alunos/as, preferencialmente carenciados/as (nos termos*

da Portaria n.º 29-A/2022, de 10.01); - Que o Município de Oliveira de Azeméis adquiriu por escritura pública em 12.04.2001, um conjunto de prédios situados no lugar do Outeiro, Freguesia de Santiago de Riba-Ul, que integram a denominada “Quinta do Comandante”; - A intenção deste Município de, no âmbito do referido consórcio, ceder o direito de superfície à Universidade de Aveiro (UA), sobre alguns dos prédios que integram a Quinta do Comandante, mais concretamente, os prédios inscritos na matriz sob os art.ºs 1296; 1301 e 1310, da União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul; UL; Macinhata da Seixa e Madail, descritos a favor do Município; - Decorre do art.º 1524º e seguintes do Código Civil “O direito de superfície consiste na faculdade de construir ou manter, perpétua ou temporariamente, uma obra em terreno alheio, ou de nele fazer ou manter plantações”; Proponho: Ao abrigo do art.º 1524º do Código Civil conjugado com o art.º 2.º, alínea i) e m) do n.º 2 do art.º 23.º, alínea b) e k) do n.º 2 do art.º 25.º e alínea g), o) e t) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12.09, na redação atual, que a Câmara Municipal delibere nos termos, pelos fundamentos e fins expostos: - Autorizar e aprovar a minuta do Contrato de Consórcio (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), a celebrar com a Universidade de Aveiro (UA), ao abrigo designadamente do n.º 1, do art.º 5.º do citado Decreto-Lei 231/81, de 28.07; - Ceder o direito de superfície dos prédios inscritos na matriz predial urbana sob os art.ºs 1296; 1301 e 1310, da União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul; UL; Macinhata da Seixa e Madail, à Universidade de Aveiro (UA): a) para neles ser edificado e instalado o edifício de “Alojamento Estudantil a Custos Acessíveis”; b) do prédio: art.º 1296, pelo valor patrimonial de quarenta e três mil, novecentos e vinte e nove euros e vinte centimos (43.929,20€); art.º 1301 pelo valor patrimonial de trezentos e doze mil, duzentos e oitenta e cinco euros e cinco centimos (312.285,05€), e o art.º 1310, pelo valor patrimonial de quarenta e oito mil, setecentos e oitenta euros e noventa centimos (48.780,90€); c) O direito seja constituído pelo período de cinquenta (50) anos, renovável por igual período, salvo denúncia por escrito com antecedência de um ano, relativamente ao final do prazo inicial ou da sua renovação; d) Pela cedência do direito de superfície, não seja devido qualquer pagamento de renda ou preço; e) Os prédios não poderão ser afetos a outras finalidades, nem locados, alienados ou por qualquer modo onerados, no todo ou em parte, sem prévia autorização do Município de Oliveira de Azeméis; f) No caso de os prédios (individual ou conjuntamente) virem a ser afetos a outros fins, que não para Alojamento Estudantil a Custos Acessíveis, o direito de superfície sobre o(s) mesmo(s) cessa de imediato, revertendo para o MOA todas as construções e benfeitorias nele(s) implantadas, sem que haja lugar a qualquer indemnização à UA. - Autorizar e proceder, nos termos, fundamentos, condições e fins expostos, à celebração da escritura pública de constituição de Consórcio com a Universidade de Aveiro (UA), e escritura de cedência do Direito de superfície a favor da mesma, dos prédios inscritos na matriz predial urbana sob os art.ºs 1296; 1301 e 1310, da União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul; UL; Macinhata da Seixa e Madail, ao abrigo do n.º1 do art.º 3.º do Decreto n.º 231/81, de 28.07 e art.º 1524º do Código Civil; - Se submeta à Assembleia Municipal para os devidos efeitos.” =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Isto acaba por contrariar um pouco a intervenção do munícipe Daniel Silva. Este é um exemplo de uma candidatura da Câmara Municipal em consórcio com a Universidade de Aveiro ao Plano de Recuperação e Resiliência. Nós pretendemos em conjunto construir alojamento estudantil na Quinta do Comandante. E estamos a ceder o direito de superfície de três prédios que temos e que são propriedade da autarquia para esse efeito. Dar-vos nota, apenas de um número que não pode ser considerado como número rigoroso, é apenas um número que corresponde à nossa intenção, e evidente que esse número será devidamente apurado quando estivermos em fase de concretização do projeto de arquitetura e percebermos a espacialização que vamos conseguir com esse projeto, o objetivo é nós conseguirmos 50 camas. Temos possibilidade de criarmos aqui uma resposta para 50 camas. Antes que a questão seja colocada, em relação à Escola Superior de Saúde está a ser desenvolvido um processo semelhante. A Escola Superior de Saúde também está a implementar uma resposta. E naturalmente a Câmara Municipal colaborará naquilo que for necessário ou naquilo que nos for solicitado e também no que for possível neste esforço de criação de alojamento estudantil para a Escola Superior de Saúde.* ==

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de Helga Correia.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora Deputada Helga Correia, do PSD.* =====

===== *Não é um esclarecimento porque do Senhor Presidente já acabou de o dar. Dizer apenas que, esta escassez de alojamento estudantil, em Oliveira de Azeméis, não é uma novidade, é uma carência diagnosticada há vários anos. Tem sido uma luta do Senhor Diretor Dr. Martinho Oliveira, da Escola Superior Aveiro Norte. E a pergunta que eu trazia ao Senhor Presidente era relativamente à questão da Escola Superior de Enfermagem, o Senhor Presidente acabou de esclarecer que já está a diligenciar nesse sentido. Dizer que, esta escassez de alojamento, para estudantes, a preços controlados, por um lado, mas também a falta de espaços para que os estudantes aluguem para poder estudar em Oliveira de Azeméis. Esta é uma realidade que ao longo dos anos é transversal tanto à Escola Superior Aveiro Norte como à Escola Superior de Enfermagem e saudar o município por arrancar com este consórcio no sentido de dar resposta aos estudantes de Oliveira de Azeméis. Muito obrigada.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para dar resposta à intervenção anterior.* =====

===== Só dar uma nota de que, este consórcio que vos está aqui a ser submetido para aprovação, foi contratualizado, foi negociado, foi apurado entre as partes. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número vinte e quatro à votação tendo sido aprovado por unanimidade a proposta apresentada. =====

===== **Ponto vinte e cinco: - Postura de trânsito na Rua da Galiza - Oliveira de Azeméis (I/70919/2021) - Aprovação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art.º 33.º, n.º 1, alínea ee); - Que bem assim, também lhe compete “Administrar o domínio público municipal “, (art.º 33.º, n.º1, alínea qq); - O relato de problema que houve na Rua Dr. Manuel Amador Valente, com um camião TIR que teve muita dificuldade e necessitou de ajuda para sair; - Porque se trata de uma zona maioritariamente residencial com ruas estreitas. Proponho: 1. Que seja aprovado a colocação de dois sinais C3d - Trânsito proibido a automóveis de mercadorias de peso total superior a 3,5 toneladas, na Rua da Galiza: - sendo um junto do entroncamento com a Rua Padre Alírio de Melo, com uma placa adicional “a 400 m”; - e o outro, no entroncamento com a Rua Dr. Manuel Amador Valente, em Oliveira de Azeméis. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março. Submeta-se à Assembleia Municipal para os devidos feitos.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== A Rua da Galiza é a rua que acede precisamente à Escola Superior de Saúde da Cruz Vermelha Portuguesa, onde tem aqueles prédios cor-de-rosa, quem desce do lado direito. E foi-nos solicitado isto porque, muitas vezes, talvez por indicação errada do GPS, temos camiões, veículos pesados que descem a rua e depois têm grande dificuldade em inverter o sentido. Portanto, é para colocar ali um sinal que avisa que o trânsito é proibido a pesados nesta rua. ==

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número vinte e cinco à votação tendo sido aprovado por unanimidade a proposta apresentada. =====

===== **Ponto vinte e seis: - Descentralização - Quadro da transferência de competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais - Domínio da Ação Social - Prorrogação do prazo para concretização da transferência de competências até 1 de janeiro de 2023 (I/8429/2022) - Aprovação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que estabeleceu o quadro de transferência de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local. - Que nos termos do n.º 1, do seu artigo 4.º, essa transferência efetiva -se através de diplomas legais de âmbito setorial relativos às diversas áreas a descentralizar da Administração direta e indireta do Estado; - Que por força da Lei-Quadro citada e dos respetivos diplomas setoriais publicados entre 2018 e 2020, ocorreu a transferência de competências universal nos diferentes domínios, a partir de 01 de janeiro de 2021, nos termos e condições específicas referidas nos diplomas respetivos, com a exceção dos domínios da Educação, Saúde e Ação Social; - Que em reunião da Câmara Municipal e sessão da Assembleia Municipal, respetivamente de 18 de novembro e 06 dezembro de 2021, deliberaram não aceitar a transferência de competências nos domínios da Educação, Saúde e Ação Social até finais de março de 2022, situação comunicada à DGAL, nos termos legais; - Que nos termos do artigo 2º, da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, as transferências de atribuições e competências regem-se pelos seguintes princípios e garantias: a) A transferência efetua-se para a autarquia local ou entidade intermunicipal que, de acordo com a sua natureza, se mostre mais adequada ao exercício da competência em causa; b) A preservação da autonomia administrativa, financeira, patrimonial, e organizativa das autarquias locais; c) A garantia de qualidade no acesso aos serviços públicos; d) A coesão territorial e a garantia da universalidade e da igualdade de oportunidades no acesso ao serviço público; e) A eficiência e eficácia da gestão pública; f) A garantia da transferência para as autarquias locais dos recursos financeiros, humanos e patrimoniais adequados, considerando os atualmente aplicados nos serviços e competências descentralizados; g) A estabilidade de financiamento no exercício das atribuições cometidas. - Os princípios e as disposições legais, designadamente os Art.ºs 5º, 30º-A, 80º-B, 80º-D 80º-E, e 80º-F, do RFAL - Regime Financeiro das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 73/2013 e posteriores alterações, que preveem um Fundo de Financiamento da Descentralização (FFD), que constitui uma transferência financeira do Orçamento do Estado com vista ao financiamento das novas competências das autarquias locais e das entidades intermunicipais, decorrente da lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, acima mencionada; - Que no âmbito do FFD, são atribuídos às autarquias locais e às entidades intermunicipais os recursos financeiros previstos no artigo 80.º-B, do RFAL; - Que o financiamento das novas competências das autarquias locais e das entidades intermunicipais decorrente do processo de transferência de competências considera o acréscimo de despesa e de receita em que estas incorrem pelo exercício dessas competências; - Que até ao momento, se continua a não ter dados suficientes,

havendo ainda muitas questões por resolver quanto às diversas componentes associadas ao domínio da Ação social; - Que em comunicado do Conselho de Ministros de 03 de fevereiro de 2022, foi aprovada a possibilidade de prorrogação, até 1 de janeiro de 2023, do prazo para concretização da transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social; Assim, - Tendo em linha os considerandos e fundamentos que enformaram as deliberações da assembleia municipal anteriores, sobre o processo de descentralização e quadro de transferência de competências em curso, em que foi deliberado a não aceitação geral, nos diferentes anos e períodos, do exercício de transferência de competências para o Município de Oliveira de Azeméis, e designadamente no âmbito do diploma setorial da Ação Social; - Existindo ainda reservas, dificuldades de avaliação e falta de informação suficiente e oportuna, quanto ao domínio - Ação Social, designadamente quanto ao planeamento e preparação da organização, dos meios logísticos e operacionais a afetar e capacidade de resposta dos serviços municipais, nem permite aferir dos compromissos futuros, seus impactos organizacionais, funcionais, financeiros, patrimoniais e de recursos humanos, que traduzam a qualidade que se exige na prestação de serviços aos cidadãos e cidadãs e o exercício responsável de tal competência no domínio indicado, justifica-se por isso desde já tomar uma medida preventiva de tomada de posição e pronúncia de requer desde já a possibilidade de prorrogação de não aceitação do domínio da ação social até ao fim do ano de 2022. Pelo que proponho: Que no exercício das competências que lhe são conferidas pela alínea ccc), do n.º 1, do art.º 33º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, e posteriores alterações e ao abrigo do disposto na Lei n.º 50/2018 e do DL n.º 55/2020, e posteriores, A apreciação e tomada de deliberação/posição pelo órgão executivo e deliberativo no sentido de requer e aprovar a possibilidade já consignada em Resolução do Conselho de Ministros de 3 de fevereiro do corrente ano, de prorrogação, até 1 de janeiro de 2023, do exercício da competência no domínio setorial - Ação Social - (DL n.º 55/2020 e posteriores alterações) - No caso da deliberação ser no sentido da prorrogação, posterior envio à Direção-Geral das Autarquias Locais, após prévia deliberação do órgão deliberativo nesse sentido. - A submissão da proposta ao órgão deliberativo para os fins consignados.” =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Julgo que a proposta é clara. Tivemos a possibilidade de adiar a assunção desta competência que ocorreria até ao final de março. O prazo foi prorrogado até janeiro de 2023. Existem ainda um conjunto de questões para esclarecer, em relação às verbas para transferir neste domínio e também noutros domínios. Portanto, a Câmara Municipal, à semelhança de muitos municípios por esse País afora, decide não aceitar a transferência de competências e aceitar a prorrogação desse prazo para janeiro de 2023.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de Helga Correia.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora Deputada **Helga Correia**, do PSD.* =====

===== *Neste ponto 26, uma nota prévia para dizer que, o grupo municipal do PSD votará favoravelmente a prorrogação do prazo para a concretização da transferência de competências no domínio da área social, até 1 de janeiro de 2023. Contudo, queremos referir que o Decreto-lei nº 23/2022 veio prorrogar o prazo das transferências para as autarquias e entidades intermunicipais no domínio da ação social, salientando que o alargamento dos prazos fosse solicitado pelos municípios, pelo fato de muitos autarcas terem sido eleitos em setembro de 2021. No caso do município de Oliveira de Azeméis falamos de uma reeleição, pelo que o executivo municipal conhece bem de perto as entidades da economia social do município e os seus recursos. Portanto, Senhor Presidente, Senhor Vereador Rui Luzes Cabral, antigo vereador da ação social do Município de Oliveira de Azeméis, Senhora Vereadora Inês Lamego, atual vereadora da ação social do município de Oliveira de Azeméis, os oliveirenses e as instituições particulares de solidariedade social depositam no executivo, neste período de prorrogação do prazo, a expectativa de fazerem a preparação e datação dos recursos humanos ao nível da formação e da adaptação, bem como o levantamento exaustivo das necessidades sociais e financeiras respeitantes à ação social. O executivo, como disse - foi reeleito, conhece as necessidades do nosso município, por esse motivo tem responsabilidades acrescidas neste trabalho. Assim, nesta fase, importa ver esclarecidas algumas questões que deixo ao Senhor Presidente: A Comissão constituída por elementos do município e da Segurança Social já começaram a trabalhar? Se não, quando é que vão iniciar? O município tem conhecimento do envelope financeiro a atribuir a Oliveira de Azeméis? Cobre as nossas necessidades? Caso a verba a transferir seja insuficiente para fazer fase às necessidades da ação social do município, que ações vão ser tomadas? O município vai transferir essas competências e celebrar acordos com as nossas IPSS, aproveitando desde já o seu conhecimento, ou está a prever canalizar essas competências para os técnicos da Ação Social do Município? As IPSS vão ser envolvidas neste processo, ou já estão a ser envolvidas? Se sim, como é que estão a pensar fazer? Que ações têm sido programadas? Muito obrigada.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta à intervenção anterior.* =====

===== *Temos aqui um conjunto de considerandos que justificam a não-aceitação destas competências. E não tem exclusivamente a ver com o ato eleitoral. Aqui diz que até ao momento continuamos não ter dados suficientes havendo ainda muitas questões para resolver e muitas coisas para esclarecer. Também aqui é dito que, existem várias reservas e várias dificuldades de avaliação e falta de informação suficiente e oportuna num conjunto de questões. E portanto, não existe ainda a informação, como existe na área da saúde, que nos permita dizer que os meios*

financeiros são suficientes para assegurarmos as respostas que estão implementadas. Porque existe claramente muita dificuldade no domínio da ação social e no domínio da saúde. Havendo um bocadinho menos na área da educação. Em relação trabalho que nós estamos a fazer, os nossos serviços já há muito tempo que estão a trabalhar, porque não conheciam esta possibilidade de se prorrogar o prazo, para que no prazo que estava definido poderemos assumir obrigatoriamente essas competências. Deixem-me dizer-vos que, hoje, na reunião da Área Metropolitana do Porto, foi assumido por um município que não vai aceitar mesmo as competências mesmo quando for obrigado a fazê-lo. Houve uma reunião alargada entre vários municípios, estou a falar de municípios da Área Metropolitana do Porto, mas esse município participou efetivamente na reunião, que equacionam não assumir as competências. Portanto, este processo está longe de ser um processo fácil. Está longe sequer de termos assegurado que o fundo que está previsto para a transferência destas competências se mantenha no futuro. E é fundamental que o asseguremos. E é fundamental que esse fundo fosse transformado em Lei, para que não estejamos ano a ano a negociar esse fundo. E naturalmente que esse fundo tivesse a capacidade para anualmente ser avaliado e poder dar resposta a um aumento de custos que necessariamente vai haver. As IPSS vão ser envolvidas nesse processo? Com certeza que sim. É fundamental que as IPSS que são nossos parceiros no terreno sejam envolvidas. A Senhora Vereadora (Inês Lamego) poderá dar esclarecimentos adicionais, em relação à Comissão. Julgo que a Comissão ainda não reuniu. A garantia que eu tenho é que o envelope financeiro é insuficiente para aquilo que são as competências que vamos assumir. É insuficientes neste domínio, como é insuficiente em todos os domínios. E mesmo em matéria de educação. Como sabem, nós já temos essa experiência a alguns anos. Há um conjunto de coisas que o envelope financeiro não assegura e, portanto, é o município que as suporta. E os municípios encaram isto como um rude golpe nas suas finanças. Portanto, estas questões têm de ser devidamente acauteladas, têm que ser devidamente pesadas. Este processo tem de ser muito afinado. Há aqui questões, por exemplo, no caso da saúde: segurança, manutenção de sistemas informáticos, manutenção de jardins, transportes por táxi ou com veículos da própria entidade, mas veículos muito degradados. Há aqui um conjunto de questões que ainda não têm uma resposta afinada, uma resposta apurada. E só depois destas questões estarem devidamente esclarecidas é que nós temos condições para avançar. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora Vereadora - Inês Lamego, para prestar mais esclarecimentos. =====

===== Efetivamente, essa Comissão ainda não reuniu. Já tivemos uma reunião com a Segurança Social. E assumo que ainda não reuniu porque também não temos feito muita pressão, uma vez que temos mais esta folga. E temos sido, em termos de agenda, muito pressionados por um outro trabalho no âmbito de uma candidatura ao PRR para a elaboração de um plano de ação para as comunidades desfavorecidas. Temos tido a agenda realmente muito preenchida. Deixar

aqui só uma nota que temos procurado fazer chegar às IPSS: Que se têm mostrado com muitas reservas, com muitas preocupações, nomeadamente em relação aos seus quadros de pessoal. Não temos neste momento condições de assumir com elas aquilo que será a matriz de implementação desta resposta na sua componente de SAS, no território. Porque, continuamos a ter, por parte da tutela, informação relativa a um valor que nos é transferido que não cobre aquilo que são as despesas que neste momento as IPSS têm com a prestação desse serviço. Temos procurado dar-lhes esta segurança, de que tudo faremos para que não haja nenhum drama de pessoal (despedimentos). Não podemos garantir nada, ainda. Mas tudo faremos para que isso não aconteça, nomeadamente trabalhar junto com a tutela e provar-lhes que o valor que nos querem transferir não chega para nós fazermos o trabalho que cada vez mais percebemos é necessário junto da comunidade. Portanto, temos procurado mantê-los a par desta autenticidade, que é aquilo que nós sabemos e do que não sabemos. Naturalmente que eles serão sempre parceiros na implementação desta resposta. Essa garantia, eu diria, é das poucas que nós podemos dar. O Município não pode assumir esta competência com os seus técnicos, não temos essa capacidade de internamente e de forma completa assumir esta resposta. Portanto, vamos precisar das IPSS. Não estamos em condições ainda de garantir, porque não está definido o envelope financeiro de forma definitiva, de que forma é que isso se vai materializar em termos de matriz no território beneficiando do apoio das IPSS. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra à Senhora Deputada **Helga Correia**, do PSD. =====*

===== Só para agradecer a explicação da Senhora Vereadora. E dizer que sou solidária com o Município, no sentido de a Segurança Social e o Estado Central ter de criar uma resposta, mas uma resposta com um envelope financeiro compatível. Porque as Instituições de Solidariedade Social (IPSS), do nosso município e não só, vivem diariamente com subfinanciamento nas respostas sociais que têm de prestar em nome do Estado. E se não for o braço firme da autarquia perante o estado central nesta descentralização de competências, a autarquia vai ficar com o menino nas mãos para poder acudir às respostas destas instituições. Daí a minha solidariedade. Eu acho que têm de ter aqui um braço firme, no sentido de terem um envelope financeiro respetivo às necessidades do nosso município. Muito obrigada. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número vinte e seis à votação tendo sido aprovado, por unanimidade, a prorrogação do prazo para concretização da transferência de competências até 1 de janeiro de 2023, nos termos e ao abrigo do Artigo 24º, nº 5, do Decreto-Lei nº 55/2020 de 12 de agosto, na sua atual redação conferida pelo Decreto-Lei nº 23/2022, de 14 de fevereiro. =====

== 2º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 23º DO REGIMENTO) ==

===== Aberto o pedido de inscrições, registou-se o pedido de Joaquim Costa. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao senhor **Joaquim Costa**, residente em Ul. =====

===== Sintam-se todos cumprimentados, na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Dizer que, esta minha intervenção já estava agendada há algum tempo e, curiosamente, foi uma situação despoletada pelo senhor Fernando Pais que suscitou uma discussão entre o Bruno de Aragão e que é a história da constituição do grupo da toponímia. Em 28 de dezembro de 2017, em Assembleia de Municipal, disse, entre outras coisas, o seguinte: “considerando que a toponímia assume uma dupla importância, pois para além do seu significado como elemento de identificação, orientação, comunicação e localização dos imóveis rústicos e urbanos, é também uma área onde o poder local pode e deve intervir, tendo em conta aspetos de ordem cultural e histórica. A toponímia, para além de todos os seus objetivos de organização de espaço, pode e deve ser utilizado para conservar a memória das pessoas, acontecimentos e valores, tendo também uma função pedagógica. A atribuição do nome da pessoa na toponímia deve obedecer a critérios de rigor, coerência e isenção, pois é a única maneira de respeitar a memória das populações...”. Na altura propunha, que a Assembleia Municipal diligenciasse no sentido de submeter à aprovação, neste órgão deliberativo, o nome de Maria Julieta Guimarães Gândara. Entreguei uma síntese biográfica de Maria Julieta Guimarães Gândara, que nasceu na Rua Bento Carqueja pelas três horas e trinta minutos do dia 16 de setembro de 1917, conforme consta no seu assento nascimento. Filha de Mário Pereira Gândara e Aurora Rocha Guimarães Gândara, ambos naturais da freguesia de Oliveira de Azeméis. Maria Julieta Guimarães Gândara foi prisioneira de consciência em deliberação da amnistia internacional em 1964. Foi concedida uma pensão, tendo em consideração o mérito excepcional da contribuição dada à defesa da liberdade e da democracia, publicada em Diário da República em 04/02/1997. Foi-lhe atribuída a Ordem de Liberdade, no segundo mandato do Presidente da República - Jorge Sampaio, que a mesma rejeitou. Entreguei, na altura, um conjunto de publicações biográficas numeradas do número 01 ao 37, que ajudaram, penso eu, a perceber a imensidão da sua estatura profissional e cívica. Na resposta o Senhor Presidente da Câmara achou que era uma proposta que fazia algum sentido e que ia ser remetida à Comissão da Toponímia. E eu estava à espera que, a Comissão de Toponímia, me dissesse se esta proposta tinha ou não sentido ou se não fazia sentido nenhum. Portanto, a discussão que houve aqui sobre a história da obrigação da Comissão da Toponímia dar conta daquilo que faz durante o ano, faz todo sentido. Portanto, a minha intervenção é no sentido de reiterar a proposta feita há quatro anos e dois meses. Muito obrigado. =====

===== *Antes de terminar, o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, propôs a aprovação por minuta da ata relativa à presente Sessão, sendo a mesma aprovada por unanimidade.* =====

===== *Para terminar a Sessão o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** disse: ==*

===== *Desejo-vos a continuação de um bom fim-de-semana. Muito obrigado.* =====

===== *E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a Sessão, eram 22 horas e 55 minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos da Mesa. ==*